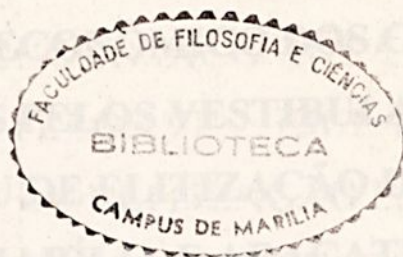


CÁSSIO MIRANDA DOS SANTOS

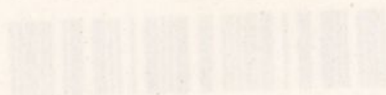


SVE

**O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CANDIDATOS E DOS
MATRICULADOS PELOS VESTIBULARES DA UNESP EM
1993 : O GRAU DE ELITIZAÇÃO DOS CURSOS DE
MARÍLIA E ARAÇATUBA**

ORIENTADOR: PROF. DR. FERNANDO MAGNONI PRADO

14100073



Marília, SP, 1996

378.105
S337p
Tese
738



CÁSSIO MIRANDA DOS SANTOS

CLASS.: 378.105
S 337 p
TOMBO: 738

**O PERFIL SÓCIOECONÔMICO DOS CANDIDÁTOS E DOS
MATRICULADOS PELOS VESTIBULARES DA UNESP EM
1993 : O GRAU DE ELITIZAÇÃO DOS CURSOS DE
MARÍLIA E ARAÇATUBA**

COMPONENTES DA BANCA

**Dissertação de mestrado do Curso de
Pós-graduação em Educação, Faculdade
de Filosofia e Ciências da Unesp,
Câmpus de Marília**

ORIENTADOR: PROF. DR. FERNANDO DAGNONI PRADO

1410000738



Marília, SP, 1996



DEDICATÓRIA

Ao professor Roque Perfirio dos Santos e à professora Alzirina Miranda dos Santos, meus pais, que ao me levarem "à tiracolo" pelas "escolas da vida" despertaram em mim um gosto incorrigível pela Educação;

COMPONENTES DA BANCA

à Silvia, esposa e companheira, por ter compartilhado cada uma das minhas lutas, dificuldades e alegrias, dando-me sempre o seu imprescindível apoio.

AGRADECIMENTOS

DEDICATÓRIA

A Deus, por ter, na Sua fidelidade, concedido no tempo oportuno o privilégio de iniciar e concluir o mestrado ("Buscai, pois, em primeiro lugar, o Seu reino e a Sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas." Mateus 6:33);

ao professor Fernando, pela maneira criteriosa, exigente e dedicada com que me orientou durante todo o processo de pesquisa e elaboração desta dissertação;

Ao professor Roque Porfirio dos Santos e à professora Alzirina Miranda dos Santos, meus pais, que ao me levarem "à tiracolo" pelas "escolas da vida" despertaram em mim um gosto incorrigível pela Educação;

à Sílvia, esposa e companheira, por ter compartilhado cada uma das minhas lutas, dificuldades e alegrias, dando-me sempre o seu imprescindível apoio.

às professoras Dra. Ethel Volfvon Kosminsky e Dra. Tírsia Regazzoni Peres, pelas valiosas contribuições dadas durante o exame de qualificação;

às professoras Dra. Maria Cecília Mattoso e Dra. Maria Alice Faria, pelo incentivo dado no início do mestrado;

à Ana Maria, Carmem Lúcia e Antonio Piratelli, amigos e companheiros de curso, pela amizade e auxílio que me concederam;

às professoras Alda Galdino e Maria da Consolação, pelas sugestões dadas e pelo apoio bibliográfico;

à Ket e ao Wellington, pelas orientações técnicas e cessão da impressora;

à D. Alzirina, pelo financiamento do computador;

à Livinha e ao Mateus, por toda a paciência com que esperaram que o pai terminasse este demorado "Para Casa".

AGRADECIMENTOS

RESUMO

À Deus, por ter, na Sua fidelidade, me concedido no tempo oportuno o privilégio de iniciar e concluir o mestrado (“Buscai, pois, em primeiro lugar, o Seu reino e a Sua justiça, e todas estas cousas vos serão acrescentadas.” Mateus 6:33);

ao professor Fernando, pela maneira criteriosa, exigente e dedicada com que me orientou durante todo o processo de pesquisa e elaboração desta dissertação;

ao CNPQ, pelo suporte financeiro;

à coordenação da Vunesp, pelo pronto fornecimento das informações solicitadas;

à Edna e Maria Inês, pelo atendimento cortês que sempre nos dispensaram quando recorriamos à secretaria de pós-graduação;

às professoras Dra. Ethel Volfvon Kosmimsky e Dra. Tirsia Regazzoni Peres, pelas valiosas contribuições dadas durante o exame de qualificação;

às professoras Dra. Maria Cecília Mattoso e Dra. Maria Alice Faria, pelo incentivo dado no início do mestrado;

à Ana Maria, Carmem Lúcia e Antonio Piratelli, amigos e companheiros de curso, pela amizade e auxílio que me concederam;

às professoras Alda Galdino e Maria da Consolação, pelas sugestões dadas e pelo apoio bibliográfico;

à Ket e ao Wellington, pelas orientações técnicas e cessão da impressora;

à D. Alzirina, pelo financiamento do computador.

à Livinha e ao Mateus, por toda a paciência com que esperaram que o pai terminasse esse demorado “Para Casa”.

ABSTRACT

RESUMO

This essay has as a central theme the problems with the social segregation (elite vs not favoured) at the Brazilian public university promoted by the college entrance examination. The initial approach is done through a quick historical

O presente trabalho tem como eixo central a questão da elitização da universidade pública brasileira promovida pelos concursos vestibulares. A abordagem inicial se dá através de um breve panorama histórico das variações e permanências ocorridas no perfil socioeconômico do universitário brasileiro. O aspecto elitizante da universidade pública é questionado, de forma mais direta, na análise feita do perfil socioeconômico dos inscritos e dos matriculados pela Vunesp/93, enfocando os câmpus de Marília e Araçatuba. O trabalho procura mostrar que o concurso vestibular não é o único nem o maior responsável pela escassez de alunos das camadas populares no ensino superior público. Contesta a tese de que as universidades públicas são cursadas predominantemente por jovens de famílias mais abastadas, entendendo que determinadas instituições, como no caso a Unesp, não se caracterizam pela elitização de seu corpo discente.

ABSTRACT

This essay has as a central theme the problems with the social segregation (elite vs not favoured) at the brazilian public university promoted by the college entrance examination. The initial approach is done through a quick historical panorama of the variations and stabilities in the social-economical profile of the brazilian university student. The elite aspect of the public university is questioned, directly, by the analisys of the social-economical profile of the registred for the test and of the registred at Unesp (by Vunesp/93), focusing the Marilia and Araçatuba campus. The essay tries to show that the college entrance exam is not the only responsible nor the greatest responsible for the lack of the students of the popular share of society in the public university. It also contests the thesis that the public university is occupied mainly by the young adults of rich families, understanding that certain institutions, like Unesp, do not have the characteristic of segregating students from the popular share of society.

2ª PARTE - ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS SOCIOECONÔMICOS VUNESP 1993.....	71
1- INTRODUÇÃO.....	72
2- ANÁLISE DOS DADOS GERAIS - VUNESP 1993.....	74
A- Dados Relativos Ao Sexo.....	74
B- Dados Relativos À Faixa Etária.....	75
C- Dados Relativos À Origem Escolar.....	76
D- Dados Relativos À Frequência A Cursos.....	77
E- Dados Relativos À Renda Familiar.....	78
3- COMPARAÇÃO DOS MATRICULADOS POR ÁREAS - VUNESP 1993.....	80
A- Matriculados- Sexo.....	80
B- Matriculados- Faixa Etária.....	82

ÍNDICE

	PÁG.
INTRODUÇÃO.....	09
1ª PARTE - O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS NOS PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E REPUBLICANO.....	14
1- INTRODUÇÃO.....	15
2- PERÍODO COLONIAL.....	15
A- Fase Jesuítica.....	15
B- Fase Pombalina.....	21
C- Fase Joanina.....	23
3- PERÍODO IMPERIAL.....	25
4- PRIMEIRA REPÚBLICA	31
5- ERA VARGAS.....	36
6- PERÍODO POPULISTA.....	43
7- REGIME MILITAR.....	53
8- PERÍODO DE 1985 A 1995.....	59
9- AS ELITES BRASILEIRAS E A UNIVERSIDADE.....	66
2ª PARTE - ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS SOCIOECONÔMICOS VUNESP - 1993.....	71
1- INTRODUÇÃO.....	72
2- ANÁLISE DOS DADOS GERAIS - VUNESP 1993.....	74
A- Dados Relativos Ao Sexo	74
B- Dados Relativos À Faixa Etária.....	75
C- Dados Relativos À Origem Escolar.....	76
D- Dados Relativos À Frequência A Cursinhos.....	77
E- Dados Relativos À Renda Familiar.....	78
3- COMPARAÇÃO DOS MATRICULADOS POR ÁREAS- VUNESP 1993.....	80
A- Matriculados- Sexo	80
B- Matriculados- Faixa Etária.....	82



C- Matriculados- Origem Escolar.....	83
D- Matriculados- Frequência A Cursinhos.....	85
E- Matriculados- Renda Familiar.....	88
4- COMPARAÇÃO ENTRE O PERFIL DOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA VUNESP/93 PARA OS CURSOS DE ARAÇATUBA E MARÍLIA.....	90
A- Dados Relativos Ao Sexo	90
B- Dados Relativos À Faixa Etária.....	93
C- Dados Relativos À Origem Escolar.....	97
D- Dados Relativos À Frequência A Cursinhos.....	100
E- Dados Relativos À Renda Familiar.....	103
5- RESULTADOS.....	109
3ª PARTE - O VESTIBULAR E A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA..	111
1- INTRODUÇÃO.....	112
2- A QUESTÃO DA SELETIVIDADE SOCIAL	114
A- O problema.....	114
B- As carreiras de prestígio.....	116
C- A gratuidade do ensino superior público.....	119
D- A seletividade sócio-escolar e a aparente responsabilidade do vestibular.....	123
CONCLUSÃO.....	129
BIBLIOGRAFIA.....	134
ANEXOS.....	145
Anexo 1 - Questionário socioeconômico Vunesp.....	145
Anexo 2 - Inscritos e matriculados Vunesp 1993.....	153



INTRODUÇÃO

O vestibular tem sido objeto de diversos estudos em razão de sua importância na vida escolar dos jovens brasileiros que aspiram ao ensino superior. Construiu-se um mito a seu respeito, reforçado pelos colégios e cursinhos (cujas existências estão diretamente ligadas ao alto grau de seletividade dos concursos), tornando a passagem do ensino secundário para o superior uma experiência difícil e muitas vezes traumática para os candidatos e suas famílias. A sua importância na cultura escolar brasileira é indiscutível. No dicionário “Aurélio”, a palavra vestibular é encontrada acompanhada por uma descrição bem específica, relacionando-a à admissão dos candidatos ao primeiro ciclo do curso superior. A origem do termo está associada ao conceito de *vestíbulo*: “o espaço entre a rua e a entrada de um edifício” (Ferreira, 1976: 1456). Maria Ciavatta Franco, referindo-se a uma figura do século XIX, relaciona a ideia de *vestíbulo* ao espaço que ficava entre a porta de entrada e a escadaria interior de uma casa. A menção à escadaria traz a ideia de acesso a um nível superior, confere uma conotação de entrada em um local separado, sagrado. A relação entre as partes e níveis de uma casa e este período da carreira escolar revela “o vestibular como *performance*, como *rito de passagem*, o vestibular sacralizado na cultura de sua própria simbologia. Há uma ressonância colonial nesse altar do *culto do sacrifício* dos jovens, que se relaciona com a universidade em nossa sociedade: uma instituição separada alguns degraus acima dos mortais”. (Franco, 1994: 47).

O editorial da Folha de São Paulo de 7 de maio de 1996, intitulado “Ensino ruim e elitista”, trazia a seguinte colocação: “Os mais ricos beneficiam-

se de uma universidade gratuita e, muitas vezes, de boa qualidade (...) Na prática, o acesso ao ensino superior e a cargos qualificados é garantido a quem pôde pagar por uma boa formação no primeiro e segundo graus; é barrado a quem só pôde contar com a educação oferecida pelo Estado” (Folha, 7/5/96). Cabe a indagação: Quem são os mais ricos? A universidade pública é efetivamente voltada ao atendimento destes “ricos”? Aqueles que só obtiveram ensino público no 1º e 2º graus são realmente barrados? Como esta, diversas afirmações têm sido feitas acerca da questão do acesso ao ensino superior público no Brasil as quais, por se generalizarem, acabam não correspondendo à realidade. Dentre tais generalizações destaca-se a tese de que as universidades públicas (federais ou estaduais) são freqüentadas predominantemente por alunos oriundos dos segmentos mais elevados da pirâmide socioeconômica, que têm seu ingresso favorecido pelos atuais concursos vestibulares. Duas questões surgem em decorrência desta generalização. Inicialmente questiona-se o real grau de elitização da universidade pública contemporânea. Qual é o perfil do universitário brasileiro da década de 90? A universidade pública é monopólio das camadas de maior poder aquisitivo da sociedade? A análise do perfil socioeconômico dos inscritos e matriculados pela Vunesp¹ 1993 visa responder parte destas questões.

Outra questão relevante refere-se à dimensão da responsabilidade do vestibular neste pretenso processo de elitização do ensino superior público. A marginalização escolar das camadas populares ocorre exatamente no momento do vestibular? Será tal instrumento de avaliação o “culpado” pela seleção dos mais ricos em detrimento dos mais pobres? A mudança na metodologia dos concursos vestibulares seria suficiente para alterar o perfil dos alunos das universidades públicas?

A escolha do Câmpus de Marília como objeto de nossa pesquisa deve-se, inicialmente, aos resultados de um estudo feito anteriormente sobre os

¹ Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista

cursos que ali funcionavam. Em 1986 e 1987, as professoras Yolanda de Castro e Cecília Yuko detectaram a predominância de jovens provenientes das classes C, D e E (utilizando o critério da ABA-ABIPEME² de classificação) dentre os aprovados na Vunesp para os cursos do Câmpus de Marília. Tal resultado contraria, pelo menos no que se refere aos cursos e turmas investigados, a imagem de que a universidade pública é monopólio das classes média alta e alta, capazes de manterem os filhos nos principais colégios particulares de 2º grau ou nos chamados “cursinhos” (declaradamente voltados ao preparo dos jovens para o concurso vestibular). O Câmpus de Marília contava, na época dessa pesquisa, com cursos na área de humanidades (Pedagogia, Biblioteconomia, Filosofia e Ciências Sociais), o que permitiu às autoras identificarem a realidade desse segmento dos matriculados. Após a realização da referida pesquisa foi iniciado em Marília um curso de Fonoaudiologia, da área de ciências biológicas. Para um melhor entendimento da questão, consideramos importante estender nossa investigação aos alunos deste novo curso, a fim de observar se os mesmos mantêm o perfil socioeconômico verificado anteriormente.

No tocante ao Câmpus de Araçatuba, a pesquisa justifica-se tanto pela inexistência de trabalhos que tratem do perfil dos ingressantes em seus cursos como pelo fato desses cursos pertencerem à área de ciências biológicas, permitindo uma comparação com o novo curso de Marília. Em 1995, o professor Antônio César Perri de Carvalho publicou um trabalho relativo aos ex-alunos daquele câmpus³, que teve como objeto os odontólogos recém formados nas Faculdades de Odontologia de Araçatuba (Unesp) e Lins (particular), comparando o perfil socioeconômico e expectativas profissionais dos mesmos. A pesquisa não abordou o perfil dos inscritos e matriculados na Unesp, enfocando o momento de saída e não o de entrada na universidade, tema central da pesquisa que embasa esta dissertação. A escolha dos câmpus da Unesp de Marília e

² Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado

³ “Educação e Saúde em Odontologia”



Araçatuba deve-se também ao fato de ter estabelecido um contato mais estreito com estas duas cidades enquanto cursava as disciplinas do mestrado. Nos anos de 1993 e 1994 estava residindo em Araçatuba e estudando em Marília, conhecendo, assim, um pouco mais de perto os alunos destes dois câmpus.

A pesquisa teve como primeiro objetivo o levantamento do perfil socioeconômico do universitário brasileiro ao longo da história, identificando o grau de elitização do ensino superior. O segundo objetivo foi analisar as respostas aos questionários socioeconômicos da Vunesp/1993, visando obter o perfil socioeconômico dos inscritos e matriculados naquele ano. O terceiro objetivo foi apresentar e discutir as diversas posturas referentes à relação entre a elitização da universidade pública e o concurso vestibular, procurando a sua confirmação ou refutação no confronto com o resultado obtido na análise dos questionários socioeconômicos da Vunesp.

Os dados para a execução do trabalho foram coletados inicialmente através de pesquisa bibliográfica junto aos autores que apresentaram e analisaram a evolução e as questões referentes ao acesso ao ensino superior no Brasil. A leitura dos textos forneceu subsídios para a elaboração de um breve apanhado do perfil do universitário brasileiro ao longo da história, apresentando as metodologias e critérios empregados no acesso ao ensino superior. Somando-se ao estudo destas obras fez-se uma análise dos documentos relativos aos vestibulares da Unesp (Vunesp) dos Câmpus de Marília e Araçatuba, para obtermos uma possibilidade de comparação, necessária dentro da especificidade que deve caracterizar um trabalho desta natureza. Os dados foram extraídos dos questionários socioeconômicos respondidos pelos candidatos aos vestibulares, processados pela Vunesp e discriminados entre inscritos e matriculados. Os dados coletados nos questionários socioeconômicos da Vunesp passaram por uma análise estatística simples, para as conclusões acerca do perfil dos inscritos e dos matriculados nos cursos dos Câmpus abordados. Em seguida, fez-se um levantamento do “perfil predominante” dos matriculados na Unesp em 1993, área



por área (ciências biológicas, exatas e humanidades). Na última parte da análise, foi feita uma comparação entre matriculados nos cursos da Unesp de Marília e Araçatuba, a fim de se confirmar o perfil encontrado na análise “área por área” e determinar as diferenças e semelhanças entre os alunos dos referidos cursos.

A última parte do trabalho foi reservada para apresentação das diversas concepções quanto à seletividade social do vestibular e o processo de elitização da universidade pública, as quais foram discutidas e confrontadas com os dados obtidos na pesquisa feita através dos questionários socioeconômicos.

UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS NOS
PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E
REPUBLICANO



1ª PARTE

O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS NOS PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E REPUBLICANO

2- PERÍODO COLONIAL

A- Fase Jesuítica (1530 - 1759)

No Período Colonial, o ensino brasileiro ficou concentrado nas mãos dos jesuítas. No auge da onda missionária do Concílio de Trento, os religiosos daquela ordem criaram e administraram a quase totalidade dos estabelecimentos de ensino em terras brasileiras. Os principais colégios mantidos pela ordem localizavam-se no litoral, nas cidades de maior importância sociopolítica. As escolas, destinadas ao ensino primário, secundário ou superior², baseavam-se em um tripé funcional. A primeira função destes colégios era a formação de

² A não existência de instituições de ensino superior no Brasil até a chegada de D. João VI (1808) não implicou na falta de universitários brasileiros uma vez que, durante todo o período colonial, milhares jovens cruzaram o Atlântico para cursarem uma universidade europeia.

³ Consideravam-se como cursos de nível superior o Curso de Artes, também conhecido como Curso de Ciências Naturais ou Curso de Filosofia e o Curso de Teologia.

1- INTRODUÇÃO

O grau de elitização do ensino superior brasileiro pode ser identificado através de um levantamento do perfil dos universitários brasileiros ao longo da história. O acesso ao ensino superior de elementos oriundos dos estratos com maior poderio socioeconômico configuraria tal elitização. A obtenção do perfil socioeconômico dos estudantes universitários brasileiros, desde a Colônia⁴, passando pelo Império à República, propiciará a identificação do grau de seletividade social do acesso ao ensino superior do Brasil.

2- PERÍODO COLONIAL

A- Fase Jesuítica (1530 - 1759)

No Período Colonial, o ensino brasileiro ficou concentrado nas mãos dos jesuítas. No auge da onda missionária do Concílio de Trento, os religiosos daquela ordem criaram e administraram a quase totalidade dos estabelecimentos de ensino em terras brasileiras. Os principais colégios mantidos pela ordem localizavam-se no litoral, nas cidades de maior importância sociopolítica. As escolas, destinadas ao ensino primário, secundário ou superior⁵, baseavam-se em um tripé funcional. A primeira função destes colégios era a formação de

⁴ A não existência de instituições de ensino superior no Brasil até a chegada de D João VI (1808) não implicou na falta de universitários brasileiros uma vez que, durante todo o período colonial, inúmeros jovens cruzaram o Atlântico para cursarem uma universidade européia.

⁵ Consideravam-se como cursos de nível superior o Curso de Artes, também conhecido como Curso de Ciências Naturais ou Curso de Filosofia e o Curso de Teologia.

religiosos para a continuidade da obra missionária. Em segundo lugar, era objetivo das escolas o fornecimento (preparo) de pessoal qualificado para o preenchimento de postos-chave na burocracia estatal, compondo os quadros do aparelho repressivo da Coroa. A terceira e última finalidade dos educandários jesuítas era a formação intelectual dos filhos dos proprietários de terras, de minas, ou dos comerciantes portugueses aqui residentes.

“Os jesuítas tinham seu programa original de cristianização do indígena e o programa convencional de formação do clero e da elite dominante. Este segundo programa consubstanciou-se no sistema de *colégios* reais, amplamente desenvolvido, mantido pelo erário e destinado à educação da classe conquistadora e aristocrática, e nos seminários teológicos para a formação do clero. Segundo os hábitos da Idade Média, a formação do clero não estava rigorosamente adstrita à classe aristocrática; podiam ser admitidos alunos provenientes de outras camadas ou castas, embora isto somente se desse por exceção e com licença especial” (Teixeira, 1989: 63)

Fica patente que principalmente o ensino superior durante o período colonial destinava-se às elites, os casos de acesso de jovens de outras origens socioeconômicas aos seminários teológicos (o que de mais próximo se tinha de ensino superior na Colônia) eram raríssimos. Os alunos dos cursos de Teologia eram escolhidos dentre os jovens das ricas famílias. Desta forma, “os padres acabaram ministrando, em princípio, educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo as mulheres), educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal, e *educação superior religiosa* só para esta última.” (Romanelli, 1993:35).

Na realidade, enquanto várias universidades já haviam sido criadas nas colônias hispano-americanas nos séculos XVI e XVII, no Brasil, os primeiros

cursos superiores (laicos) só foram criados no início do século XIX com a vinda da família real portuguesa (Luckesi, 1991:34). “Ao contrário da Coroa espanhola, a Coroa portuguesa preferiu reservar à metrópole o monopólio do ensino superior, não chegando a fundar nenhuma universidade na colônia portuguesa durante o período colonial” (Costa, 1977: 183). Desta forma, os universitários brasileiros, durante o período colonial, encontravam-se na Europa, principalmente na Universidade de Coimbra. Para conseguirem uma vaga nas universidades européias, os jovens brasileiros das famílias mais abastadas cursavam, aqui no Brasil, os colégios pré-universitários. O perfil destes alunos, aqueles que poderiam obter uma vaga nas universidades européias, já era bem definido e elitizado.

“A frequência dos colégios era constituída por filhos de Funcionários Públicos, de Senhores de Engenho, de Criadores de Gado, de Oficiais Mecânicos e , no século XVIII, também de Mineiros, o que representava no Brasil a nobreza e a burguesia européia, embora estas duas denominações sejam um tanto fictícias transportadas ao Brasil dos primeiros séculos.” (Cunha, 1980: 29).

A transferência dos estudantes brasileiros para as instituições de ensino européias, mais particularmente as portuguesas, se dava, via de regra, sem problemas, por estarem ambas as escolas sob a administração dos jesuítas. Já em 1577, dois jovens brasileiros, Manoel de Paiva Cabral e Sebastião Dias, estavam matriculados na Universidade de Coimbra (Niskier, 1989: 33). Contudo, havia casos em que os ex-alunos de cursos realizados no Brasil deviam prestar *exames de equivalência* com o propósito de demonstrarem sua capacitação para os cursos desenvolvidos em Portugal. Um caso típico era o da tentativa de ingresso dos concludentes do Curso de Artes do Colégio da Bahia⁶ na Universidade de Coimbra. Muito embora tal curso tivesse estrutura e currículo

⁶ Colégio fundado em 1550, em Salvador, pelos jesuítas.



idênticos ao do Colégio de Évora (Portugal), os graduados neste tinham acesso direto à Universidade de Coimbra, enquanto os oriundos do Colégio da Bahia tinham que se submeter a um *Exame de Equivalência*.

A elite latifundiária escravocrata do Brasil colonial assumiu contornos aristocráticos mediados neste processo pela ação educativa da Companhia de Jesus. O acesso à escola era determinado pela origem socioeconômica dos indivíduos, que viviam em um contexto caracterizado pela desigualdade.

“A transmissão de conhecimentos se encarregava de garantir e reproduzir este quadro, trazendo apenas aos filhos dos senhores de engenho os conhecimentos necessários à formação dos quadros dirigentes. Neste contexto, a própria cultura clássica, transmitida pelos jesuítas, nada mais era que sinal de status, ao lado da posse de bens. Era mais um luxo destinado à aristocracia da época”. (Luckesi, 1991:106)

Uma questão tomou, por alguns anos, parte da atenção dos jesuítas e da Coroa portuguesa com relação ao ensino. Em meados do século XVII iniciou-se, dentro do Colégio da Bahia, um processo de discriminação contra os estudantes "pardos". As famílias brancas da Bahia não queriam que seus filhos estudassem na mesma escola em que estudavam pardos. Tal problema se avultou a ponto de a discriminação repercutir na metrópole. A resistência em admitir estudantes pardos contribuiu para a negativa das instituições de ensino portuguesas em reconhecer o curso de Artes do Colégio da Bahia. A questão tornou-se grave, envolvendo a Coroa e a Companhia de Jesus. Aquela, valendo-se do fato de serem as escolas subsidiadas pelo Estado, defendia que as mesmas eram públicas, não podendo os jesuítas, portanto, agirem discriminatoriamente, negando-se a admitir jovens de outras origens sociais e raciais. A Companhia de Jesus, por sua vez, afirmava que o subsídio estatal destinava-se única e

exclusivamente ao ensino elementar e à tarefa de catequese dos indígenas. Segundo os jesuítas os colégios, principalmente no curso de Artes, consistiam em atividades estritamente particulares, permitindo assim a seleção de clientela a ser atendida. Após anos de debates e discussões jurídicas, os jesuítas acabaram por rever sua postura inicial, declaradamente favorável às elites brancas coloniais, admitindo formalmente que a exclusão dos pardos se deu não por problemas de conduta ou procedimento dos pardos em si, mas *pela falta de vagas naqueles estabelecimentos*. Tal retratação objetivou principalmente o reatamento de boas relações com a Coroa, o que se concretizou com a publicação de uma carta régia em 1689 que conferia "estatuto civil" aos colégios jesuítas. A partir daquela data os estudantes que fossem graduados em Filosofia já não precisavam freqüentar cursos complementares nem tampouco prestarem exames de equivalência, caso desejassem estudar na Universidade de Coimbra (Cunha, 1980: 33). O acesso a cursos superiores durante o período colonial foi marcadamente social e étnico. Os ingressantes nestes cursos eram, via de regra, brancos oriundos das elites socioeconômicas da colônia. A presença de pardos era pequena em proporção à de brancos, e os negros não tinham qualquer possibilidade de acesso.

“As circunstâncias em que se forma o povo brasileiro geram permanentemente ambigüidades, senão pluralidades, de planos existenciais, com o choque entre veleidades e propósitos diversos da Coroa portuguesa, dos jesuítas a quem fora entregue o poder espiritual e educativo, da elite colonizadora e da própria elite nativa que assimilava, por vezes acentuando, os valores da elite colonizadora (...) registram-se episódios históricos que comprovam ser a comunidade nativa dos “brancos” da Colônia muito consciente de sua posição de elite, já exigindo a discriminação racial nos colégios dos jesuítas” (Teixeira, 1989: 57).

A “valorização” do ensino, a importância dada à posse de um título acadêmico, é um importante referencial para a compreensão da ideologia reinante na sociedade colonial.

"Já não era somente pela propriedade da terra e pelo número de escravos que se media a importância ou se avaliava a situação social dos colonos: os graus de bacharel e os de mestre em artes (dados pelos colégios) passaram a exercer o papel de escada ou de ascensor, na hierarquia social da Colônia, onde se constituiu uma pequena aristocracia de letrados, futuros teólogos, padres-mestres, juizes e magistrados." (Romanelli, 1993: 37).

Em meados do séc. XVII havia uma forte pressão para a instalação de um curso superior no Colégio de Santos⁷, contudo, o destaque de São Paulo fez com que em 1708 o curso de Filosofia solicitado pelos "homens bons" de Santos, mais o de Teologia, fossem instalados no Planalto de Piratininga. A menção aos "homens bons" de Santos deve-se à pressão exercida pelos oficiais da Câmara Municipal junto ao Geral dos Jesuítas para que providenciasse a instalação do curso ali. Uma das cartas elaboradas pelos oficiais pedia:

"Os oficiais de Câmara desta Vila de Santos, abaixo assinados, desejosos que nossos filhos sejam participantes de doutrina e honra, que a muito Santa Companhia de Jesus reparte aos demais, em todo este Estado do Brasil, pedimos humildemente a V. Paternidade nos faça honra e mercê considerar licença para que o R.P. Providencial nos dê um Religioso, Mestre, para que nos leia nesta Vila, um Curso de Filosofia, assim aos nossos filhos como aos da Vila de Piratininga (...)" (Cunha, 1980: 34).

⁷ Fundado pelos jesuítas em 1653.



A atuação dos jesuítas no ensino superior da colônia estendeu-se até meados do século XVIII, quando da sua expulsão, deixando na época aproximadamente 300 jovens estudando nos cursos de Filosofia nos diversos colégios da ordem, principalmente na Bahia. A obra educacional da Companhia de Jesus foi executada em favor da elite colonial, "com as características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural." (Romanelli, 1993: 35).

B - Fase Pombalina (1759-1808)

Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras e posteriormente Marquês de Pombal, foi o Primeiro-ministro (ministro do rei) de Portugal entre 1750 e 1777. Durante a sua gestão várias medidas foram tomadas visando fortalecer o poder do Estado e centralizar a administração das colônias. Pombal foi um dos principais nomes do "despotismo esclarecido" que ocorreu na Europa no ocaso do Absolutismo e início das Revoluções Burguesas. O fim do sistema de capitanias hereditárias e a transferência da capital para o Rio de Janeiro foram duas das medidas que Pombal tomou com relação ao Brasil. Outra medida que afetou diretamente a colônia foi a expulsão dos jesuítas, através do Alvará de 28 de junho de 1759⁸. Com a saída dos jesuítas, outras

⁸ As razões que levaram o Marquês de Pombal a se indispor com a Companhia de Jesus são inúmeras, todas vinculadas ao regalismo (submissão da Igreja à tutela do Estado) e à laicização de sua política. O principal motivo da perseguição aos jesuítas residia no fato de que os mesmos representavam um entrave aos propósitos centralistas e autoritários de Pombal. Os aldeamentos indígenas liderados pelos jesuítas eram responsáveis pela manutenção da Ordem no Brasil através dos valores obtidos com a exportação de produtos da Amazônia (drogas do sertão). A ligação dos indígenas com os jesuítas era um entrave para os colonos da região, que pretendiam utilizá-los como mão-de-obra escrava, o que se tornava inviável pela proteção dada pelos religiosos; além de proteção, os jesuítas evitavam ensinar a língua portuguesa para os indígenas, o que tornava ainda mais difícil o contato com os colonos. A pressão exercida pelos colonos, aliada ao fato de que a Coroa não recebia nenhum tributo ou taxa sobre os produtos comercializados pelos jesuítas, foi um dos fatores que contribuíram para sua

ordens religiosas passaram a atuar de forma mais incisiva na educação brasileira. Em 1776, com o aval do estado, os franciscanos iniciaram no Rio de Janeiro um curso destinado ao clero e àqueles leigos que porventura aspirassem obter conhecimento acadêmico.

Durante o governo de Pombal, a Universidade de Coimbra sofreu algumas modificações curriculares que visavam adequá-la à modernidade da época. O ensino do latim foi substituído pelo da língua moderna e uma maior ênfase passou a ser dada ao ensino da matemática e das ciências da natureza. Houve um crescimento considerável na procura pelos cursos “científicos”, em detrimento dos cursos “humanísticos”, principalmente o de Teologia, como se verifica no quadro seguinte.

DEMANDA PELOS CURSOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA - 1772/73

CURSOS	ANOS		SITUAÇÃO
	1772	1773	
DIREITO	360	531	AUMENTO DE 47,5%
TEOLOGIA	14	0	QUEDA DE 100%
MEDICINA	14	62	AUMENTO DE 442%
MATEMÁTICA	5	162	AUMENTO DE 3240%
FILOSOFIA	0	78	AUMENTO + DE 7800%
TOTAL	393	833	

FONTE: CARVALHO, 1978.

O curso de Filosofia teve um aumento considerável, mas o mesmo se encaixava na categoria dos cursos “científicos”, pois era composto pelas ciências exatas e ciências da natureza. O quadro atesta a mudança provocada pelas reformas de Pombal na Universidade de Coimbra e sua ênfase

expulsão. A situação dos jesuítas para com a Coroa não estava delicada somente no extremo norte da Colônia, o mesmo acontecia ao sul, na região dos Sete Povos das Missões. Ali, os jesuítas, espanhóis, resistiram à soberania portuguesa determinada pelo acordo feito entre Portugal e Espanha (Tratado de Madri) envolvendo a Colônia de Sacramento. A resistência em se submeter às diretrizes determinadas pela política pombalina contribuiu para a expulsão da Ordem do Brasil. (Linhares, 1990: 95).

secularizadora (o curso de Teologia foi totalmente esvaziado com as alterações executadas). Após a reforma da Universidade, o número de brasileiros que concluíram seus cursos na área de ciências foi praticamente o dobro do número daqueles que o fizeram nos cursos de humanidades. À formação destes cientistas seguiu-se o envio de grande parte deles para o Brasil, sendo que muitos se dirigiram para a região das minas (Carvalho, 1978:21).

C - Fase Joanina (1808 - 1822)

A transferência de Família e Corte Real Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 trouxe importantes modificações no ensino superior do Brasil. Até aquele ano, a formação superior dos brasileiros era conseguida na Universidade de Coimbra, onde já haviam se formado mais de 2.500 jovens oriundos da Colônia. A elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal trouxe alterações político-administrativas com reflexos na área educacional, com a criação de diversos cursos e academias voltados ao preparo e formação de pessoal para trabalhar na burocracia do Estado e de profissionais liberais para suprir os setores em defasagem no Rio de Janeiro, então sede do trono.

O acesso aos cursos superiores criados com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil limitou-se aos jovens oriundos das classes dominantes, os quais estariam sendo preparados para exercer funções de importância junto à Corte. Já em 1809, havia a pressão por parte da elite baiana para que fosse instalada uma universidade em Salvador (Niskier, 1989:86). Com a vinda da Família Real,

“a preocupação fundamental do governo, no que se refere à educação, passou a ser a formação das elites dirigentes do país. Ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior.” (Piletti, 1995:145).

Foram criados cursos de Medicina e Cirurgia, visando suprir a carência de profissionais qualificados na área; em 1808 havia apenas dois graduados em medicina atuando em São Paulo. Foram criados cursos militares e o curso de matemática (visando suprir as necessidades de engenharia militar). Ocorreu um deslocamento da procura pelos cursos de Filosofia, ligados à Igreja e por ela controlados, para os cursos militares e de Medicina. Os cursos de Medicina e Cirurgia, instalados no Hospital da Misericórdia em 1813 no Rio de Janeiro, eram ligados diretamente à Coroa⁹. Ainda na área de saúde, houve uma inovação por parte do rei ao conceder, em 1819, doze bolsas para estudantes pobres ingressarem nos cursos de Medicina e Cirurgia na Escola do Rio de Janeiro. Tal medida, favorável ao acesso de jovens sem recursos financeiros à faculdade consistia, porém, em uma “honrosa” exceção.

O curso da Academia Militar Real do Rio de Janeiro tinha como objetivo preparar engenheiros, geógrafos e topógrafos para a elaboração e supervisão dos serviços a serem executados nas áreas de transportes e edificações. Os ingressantes neste curso era jovens oriundos das famílias mais abastadas, as quais ofereciam os pré-requisitos necessários não somente para o ingresso como para a permanência no curso¹⁰.

⁹ Dentre os alunos, havia um grupo de estrangeiros oriundos das colônias portuguesas na África com o objetivo de prover o suprimento de pessoal qualificado na área médica naquelas regiões. “Vieram estudantes de Angola, de S. Tomé e de Príncipe; o governo pagou suas passagens, seus alojamentos e os sustentou no Hospital Real” (Almeida, 1989: 48).

¹⁰ O curso tinha duração de 7 anos e grande parte dos textos de leitura obrigatória eram escritos em francês, o que o tornava altamente seletivo.

3- PERÍODO IMPERIAL (1822 - 1889)

O que se viu no Brasil, com a separação política de Portugal em 1822, foi um fortalecimento da elite nativa. Por elite nativa entendemos os brasileiros brancos que tinham, durante todo o período colonial, a companhia dos portugueses no topo da pirâmide socioeconômica.

“As elites brasileiras que tomaram o poder em 1822 compunham-se de fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação e interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção cuja base era o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade”(Costa, 1977: 11).

Durante todo o Período Imperial os graduados em escolas superiores exerceram papéis-chave no aparelho do Estado. Diversos autores fazem alusão à figura de *Mandarins do Império* ao se referirem a estes profissionais, por construírem suas carreiras dentro da burocracia estatal através de exames e promoções, sem apresentarem uma produtividade que justificasse seus vencimentos.

"Nas academias, principalmente na de São Paulo e Olinda, os jovens oriundos das classe dominantes (dos proprietários de terras e de escravos, e dos comerciantes) desligavam-se dos padrões culturais provincianos, formando-se segundo uma perspectiva nacional imperial (...) na década de 1830, as Faculdades de Direito já eram ante-salas da Câmara" (Cunha, 1980: 71,72).

A formação superior não religiosa foi determinante no “currículo” dos ministros do Império. A tabela seguinte revela que durante os 77 anos do período imperial somente 0,5% dos ministros tiveram sua formação superior religiosa¹¹, enquanto 99,5% tinham outra formação superior, principalmente através das faculdades de Direito.

FORMAÇÃO SUPERIOR DOS MINISTROS DO IMPÉRIO (%)

FORMAÇÃO	PERÍODOS					TOTAL
	1822/31	1831/40	1840/53	1853/71	1871/89	
DIREITO	51	57	85	77	86	72.5
C. EXATAS	21	13	5	2	0	7
MILITAR	28	20	10	19	8	16.5
MEDICINA	0	7	0	2	6	3.5
RELIGIOSA	0	3	0	0	0	0.5
TOTAL	100 (N=39)	100 (N=30)	100 (N=20)	100 (N=48)	100 (N=63)	100 (N=200)

FONTE: CARVALHO, 1978.

O acesso às faculdades da época era permitido exatamente aos membros das famílias que dominavam o cenário sócio-político e econômico e, desse modo, tal domínio se perpetuava.

“O ensino, de caráter elitista, atendia aos interesses de uma pequena minoria, descuidando-se da educação do povo. Essa educação aristocratizante se desenvolveu trazendo sempre a marca da influência do regime de economia latifundiária e sociedade patriarcal e do ideal de homem e de cidadão traçado” (Silveira, 1987:20).

¹¹ O único ministro do Império com formação teológica foi o Padre Feijó, ministro da justiça em 1831 e “Regente Uno” de 1835 a 1837.

Os alunos dos cursos superiores no Brasil imperial eram na sua imensa maioria homens, brancos, jovens, oriundos dos setores que dominavam a vida socioeconômica do país; a exemplo do ocorrido no período colonial, ainda havia uma discriminação social e étnica quanto ao acesso ao ensino superior. Emília Viotti, analisando a situação social e educacional dos *não-brancos* do império, afirmou:

“Segura de suas posições, controlando a mobilidade social e imbuída de uma concepção hierárquica do mundo, que ratificava as desigualdades sociais e postulava obrigações recíprocas, a elite brasileira não precisou recorrer a formas explícitas de discriminação racial (...) Os que foram incorporados à elite, pela via do sistema de clientela, adquiriram automaticamente o *status* de branco, identificando-se - não obstante a ambigüidade de sua situação- com a comunidade dos brancos” (Costa, 1977: 14).

Na década de 1880 havia casos de mulheres matriculadas em cursos superiores, como na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas tal ocorrência era insignificante diante do predomínio masculino, não somente naquele curso como em todos os demais pelo país. Havia basicamente duas vias de acesso ao ensino superior no período imperial: a primeira era o Colégio Pedro II, que fornecia ensino secundário regular, assim como alguns liceus que funcionavam nas províncias e outras escolas particulares¹². O segundo caminho era através dos cursos e exames preparatórios¹³, que não exigiam dos candidatos

¹² Neste caso os alunos deveriam ser aprovados nos exames finais do Colégio Pedro II.

¹³ Desde o início do século XIX, com a instalação da Corte no Brasil e a criação de diversas escolas superiores, uma série de exames e cursos preparatórios foram criados visando em primeiro lugar *verificar* o aprendizado obtido pelo candidato no ensino secundário e, em segundo lugar, oferecer uma *preparação* propriamente dita para o curso superior. Os cursos preparatórios, conhecidos como *aula de preparatório*, estavam ligados às suas respectivas escolas, contudo, não eram de frequência obrigatória. Os candidatos àquela escola poderiam submeter-se aos exames preparatórios sem terem cursando as aulas de preparatórios. Tais exames podiam também serem feitos parceladamente, matéria após matéria. Ao longo dos anos, os exames foram sofrendo uma série de alterações. Até a década de 1850 os exames era feitos nas próprias instituições, tendo a validade restrita à própria escola e pelo prazo de um ano. A partir de 1851 criou-se a possibilidade de se prestarem exames gerais preparatórios no Rio de Janeiro, junto à Inspetoria de Instituição Primária e Secundária, completando-os no Colégio Pedro II. A aprovação nos exames gerais dava ao aprovado condições de ingresso em qualquer escola



pré-requisitos acadêmicos. A maioria dos aspirantes ao ensino superior optava por se matricular nos cursos preparatórios e se submeter aos exames ao invés de cursar de forma regular as escolas secundárias. Bastava a comprovação da idade mínima para o ingresso na faculdade e a aprovação nestes exames para ter o acesso garantido. “Na capital do Império, os alunos matriculados no Pedro II representaram, durante o período imperial, uma média de 10% em relação aos que freqüentavam outros estabelecimentos; o caminho para os estudos superiores era mais rápido quando não passava pelo Pedro II.” (Piletti, 1995: 151). A década de 1870 trouxe o benefício da extensão do prazo de validade dos exames e a possibilidade de que os mesmos fossem realizados, perante delegados, nas províncias em que não houvesse escolas superiores. A possibilidade de parcelamento facilitou também um pouco mais o ingresso nas faculdades, uma vez que os candidatos tinham a opção não somente de prestar o exame em uma matéria de cada vez, como de prestá-lo em escolas diferentes. As liberdades e facilidades concedidas ao longo da década de 1870 geraram problemas, principalmente com os professores que passaram a reclamar de baixa qualidade dos novos alunos¹⁴. Muitos entravam nas escolas através de mecanismos políticos, visto que eram freqüentes as deliberações da Assembléia geral, órgão que cuidava do ensino no Império, concedendo matrícula condicional a alunos que ainda não haviam realizado todos os exames preparatórios. Cunha cita um trecho da *Memória Histórica* da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1876) que ilustra bem os artifícios utilizados pelos candidatos às escolas superiores para obterem sua vaga: “Quem não sabe que muitos estudantes fazem hoje verdadeiras imigrações para a Província onde melhor lhes corre a estação, e

universidade no Brasil. Os liberais defendiam a criação da universidade, mesmo admitindo o baixo nível do ensino fornecido às camadas populares. Para os

superior do Império. A validade destes exames aumentou gradativamente de um ano em 1851, para dois em 1854 e daí para quatro em 1864. No ano de 1877 a aprovação nos exames gerais preparatórios passou a ter validade permanente.

¹⁴ Podemos fazer uma analogia entre esta situação e a “desunificação” dos vestibulares ocorrida a partir de 1980. Outra analogia pode ser feita entre a possibilidade de parcelamento dos exames e o Programa de Avaliação Seriada implementado pela UnB e apoiado pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

dentre todas a do Espírito Santo é a que melhor fama tem conquistado pelos numerosos recursos em causas quase perdidas?" (Cunha, 1980: 115).

A questão dos exames preparatórios chegou a abalar a tranquilidade do Colégio Pedro II, que detinha a hegemonia do acesso garantido ao ensino superior até o advento de tais exames. Vários alunos do Pedro II chegaram a deixar seus cursos inconclusos por já terem conseguido o acesso à escola superior por meio de aprovação nos exames preparatórios. O próprio diretor da Faculdade de Direito de Recife, ao enviar um relatório ao Ministro do Império (1885), expõe sua preocupação por estar sentindo diretamente o reflexo dos maus exames preparatórios prestados na província do Rio Grande do Norte: "Esses exames são aqui um objeto de galhofa, e os Jornais da terra, de vez em quando, convidam os carroceiros, carvoeiros, cacheiros, a ir àquela província habilitar-se para a matrícula nesta Faculdade". (Cunha, 1980: 115).

Dentre as propostas para alteração destes exames, a idéia de Rui Barbosa (1889), de substituição dos mesmos por um único *exame de Madureza*¹⁵, encontrou grande receptividade na elite intelectual da época, que havia lutado pela maior liberdade no ensino, mas também reconhecia os reflexos negativos, em termos de qualidade, das mudanças ocorridas. Segundo Cunha, era um meio de atender às aspirações das classes dominantes, seria a "recondução da escola, especificamente a superior, ao desempenho da sua função social/cultural, a serviço das classes dominantes, comprometida pela facilitação do acesso aos seus cursos de alunos sem o preparo tido como adequado" (Cunha, 1980: 116).

As últimas décadas do séc. XIX foram permeadas por acalorados debates entre positivistas e liberais quanto à questão de implantação de uma universidade no Brasil. Os liberais defendiam a criação da universidade, mesmo admitindo o baixo nível do ensino fornecido às camadas populares. Para os mesmos, a universidade formaria uma elite preparada e competente, capaz de

¹⁵ O exame de madureza seria realizado nos próprios liceus oficiais e particulares, sob a supervisão de representantes do ensino superior.

traduzir, desenvolver e incentivar as aspirações populares. Já os positivistas mostravam-se extremamente contrários à idéia, por verem a universidade como fator de aumento do poder da burguesia nacional, cujos filhos deixariam as demais profissões em busca do diploma que lhes conferiria poder e prestígio, dando acesso a importantes cargos públicos. Viam maior validade em investir os recursos efetivamente no ensino popular do que aplicá-lo na universidade destinada a um pequeno número de privilegiados (Falcon, 1987: 204)¹⁶.

O que se viu em termos de ensino superior nos últimos anos do Império foi o acesso de alguns elementos das camadas médias às faculdades, principalmente às de Direito. Contudo, a formação de nível superior destes “estranhos à elite” não alterou o perfil predominante dos “universitários” brasileiros da época nem tampouco implicou em ameaças ao domínio da elite. Os recém saídos das faculdades, não oriundos da elite, eram normalmente por ela absorvidos e controlados. “Exemplo do processo de cooptação dos indivíduos mais talentosos, pertencentes à pequena burguesia e às classes populares, é a ascensão do bacharel. Ligado às elites por laços de família, amizade ou clientela tornou-se frequentemente porta-voz dos grupos dominantes.”(Costa, 1977: 13)

¹⁶ Ocorre, em 1996, uma discussão semelhante, entre setores do governo (que discordam dos gastos do Ministério da Educação com as universidades federais - mais de 70% de seu orçamento, supostamente voltadas para atender “as elites”, desguarnecendo o ensino fundamental das “camadas populares”) e as entidades universitárias (que acusam o governo de descaso para com as universidades públicas).

4- PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 -1930)

As alterações políticas ocorridas com a transição da Monarquia para a República tiveram seus reflexos na educação e particularmente na questão do acesso ao ensino superior. A tendência federalista e desoficializante, própria dos positivistas que assumiram os principais cargos nos governos de Deodoro e Floriano, repercutiu de forma incisiva na possibilidade de ingresso nos cursos superiores. O Colégio Pedro II, principal porta de entrada para as faculdades, em se tratando de ensino secundário regular durante o império, passa a se chamar Ginásio Nacional, submetendo seus alunos, ao final do curso, a um *Exame de Madureza*; uma vez aprovados em tal exame, estavam aptos a ingressar em qualquer escola superior do país.

A reforma empreendida pelo então ministro da instrução pública, correios e telégrafos, Benjamim Constant, possibilitou a concessão do direito de executar os exames de madureza também aos colégios públicos estaduais. Com a reforma, os alunos oriundos tanto de escolas secundárias públicas como particulares passariam a prestar os exames nos colégios estaduais, sem a necessidade de se submeterem aos exames preparatórios. Em 1896 o direito de montar exames de madureza foi estendido às escolas particulares. O exame de madureza teve vida curta, pois foi aos poucos deixando de ser um exame de conclusão do ensino secundário e se tornando mais um exame preparatório para o ensino superior; deixou sua marca de *exame de saída*, assumindo contornos de *exame de entrada*.

O federalismo trouxe consigo o aumento no número de empregos públicos nas diversas unidades da federação. O preenchimento destes cargos seguia critérios políticos; contudo, havia a exigência de que os candidatos tivessem nível de escolaridade compatível com o cargo pretendido. A abertura obtida com a reforma de Benjamim Constant não tirara, entretanto, a preferência



dos candidatos pelos exames preparatórios, os quais podiam ser realizados de forma parcelada em diversas localidades, o que aumentava, em muito, a possibilidade de aprovação de candidatos inaptos. O alargamento do acesso ao ensino superior obtido com a reforma de Benjamim Constant encontrou fortes resistências as quais culminaram na reforma proposta por Rivadávia Correia. Contudo, as reformas anteriores, implementadas desde o início do período republicano, tiveram o mérito de conseguir ampliar as possibilidades de acesso ao ensino superior.

No governo do Marechal Hermes da Fonseca, o ministro do interior Rivadávia da Cunha Correia redigiu a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental, promulgada por decreto em 1911. A lei tocava em diversos aspectos na questão do acesso ao ensino superior; determinava que as escolas secundárias criadas pelo governo federal, inclusive o “novamente” Colégio Pedro II¹⁷, não teriam qualquer privilégio em relação aos demais estabelecimentos de ensino no tocante à garantia de ingresso de seus alunos nas escolas superiores. Criava também os *exames de admissão* que deveriam constar de uma prova escrita e uma oral¹⁸ e pelos quais os estabelecimentos de ensino superior estatais passariam a cobrar taxas.

Os exames de admissão trouxeram uma certa moralização ao processo de ingresso nas escolas de ensino superior. A situação anterior era tão crítica ao ponto de ocorrerem casos em que, após a instituição dos exames, o número de novos alunos foi reduzido pela metade devido a não aprovação. Contudo, a medida não foi suficiente para resolver o problema. Foram diversas as faculdades, principalmente particulares, que facilitavam os exames de admissão, temerosas de passarem por uma brusca queda no número de alunos. Havia casos de faculdades nas quais os professores componentes das bancas examinadoras ofereciam aulas particulares aos candidatos (Cunha, 1980: 164).

¹⁷ Ex- Ginásio Nacional.

¹⁸ Decretos nº 8.661 e 8.662 de abril de 1911.

Em 1911, na então chamada Universidade de São Paulo, havia a possibilidade de que os candidatos aprovados em metade das matérias de um determinado curso poderiam se matricular como alunos-ouvintes, com o compromisso de se submeterem aos exames até o final do curso. Era uma maneira de permitir o ingresso daqueles que não haviam sido aprovados em todos os exames preparatórios ou que não haviam obtido sucesso nos exames de admissão. Na Universidade do Paraná algumas práticas divergiam da Lei Orgânica, principalmente com relação aos exames de admissão, que acabavam sendo confundidos com os exames preparatórios. Os candidatos à Universidade, além de terem a idade mínima de 15 anos, deveriam ser aprovados em exame de admissão; contudo, os candidatos aprovados nos exames preparatórios, aplicados pela própria Universidade, ficavam dispensados de prestar o exame de admissão. Havia a possibilidade também de que um candidato reprovado em alguma matéria do exame de admissão fizesse os exames adicionais ligados ao curso preparatório da própria instituição. A aprovação nos exames de admissão tinha a validade de 3 anos, o que desobrigava o aprovado de iniciar imediatamente o curso, tornando tal exame ainda mais parecido com os exames preparatórios. Tanto na Universidade de São Paulo como na do Paraná havia a possibilidade de um aluno estudar gratuitamente devido à subvenção dada pelo governo federal e pelo estadual; contudo, os candidatos a estas “bolsas” deveriam se submeter aos exames de admissão e ter um bom aproveitamento acadêmico durante todo o curso. Apesar desta possibilidade, o ensino superior continuava sendo praticamente exclusivo dos jovens oriundos das classes dominantes. Era a tônica da seleção e do próprio ensino superior a possibilidade de acesso e permanência daqueles que tivessem os pré-requisitos acadêmicos necessários ao curso, o que era ainda privilégio dos setores sociais que dominavam a vida econômica do país. Era necessário que o exame vestibular fosse capaz de selecionar os jovens dotados de formação prévia, que assegurasse um aprendizado satisfatório, aprendizado este voltado aos interesses dos grupos dominantes. Esperava-se que



tais transformações mantivessem o *status quo* da classe dominante e dos setores médios que emergiam com as novas condições políticas e sociais da vida republicana. Ghiraldelli reforça esta tese afirmando que

“as elites não só enviavam seus filhos aos colégios particulares como também se utilizavam do Estado para criar uma rede de ensino público para o atendimento de seus filhos. Assim, todas as reformas da legislação do ensino providas do Governo Federal priorizavam suas atenções para o ensino secundário e superior.”(Ghiraldelli, 1991: 27).

Em 1915, foi promulgado o Decreto 11.530, que tratava do ensino secundário e superior no Brasil. No decreto, o então ministro Carlos Maximiliano mantinha as restrições feitas ao Colégio Pedro II e demais escolas secundárias na Lei Orgânica de 1911. O decreto estabelecia também a necessidade de apresentação de certificado de conclusão do ensino secundário ao aspirantes ao ensino superior. Mantinha os exames de admissão, rebatizados de *Exames Vestibulares*, que cuidariam da seleção dos candidatos às escolas superiores. Havia uma preocupação com o rigor da aplicação de tais exames, os quais seriam obrigatórios a todos os aspirantes a uma vaga em instituições de ensino superior. Os exames vestibulares mantinham, de forma geral, a mesma estrutura dos exames de admissão: uma prova escrita e uma prova oral. A prova escrita era composta por textos em língua estrangeira, que deveriam ser traduzidos pelo candidato; o conteúdo da prova oral variava de acordo com o curso e faculdade pretendida. As provas, realizadas sempre em janeiro, eram feitas sob intensa fiscalização, e tal rigor acarretou uma redução significativa no número de aprovados¹⁹.

¹⁹ Em 1915 foram aprovados 1302 candidatos às faculdades brasileiras (excetuando-se os aprovados na Escola de Minas de Ouro Preto e em duas faculdades de Direito do Rio de Janeiro); já em 1916, após a vigência do novo sistema, o número caiu para 144, uma redução de aproximadamente 90%. Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o efeito de tal “rigor” foi avassalador: em 1915 foram 283 os novos alunos, em 1916, após o decreto instituindo o exame vestibular, somente 2 pessoas foram aprovadas e matriculadas (Cunha, 1980:169).



A década de 20 foi marcada por diversas agitações políticas e intelectuais. Juvenil da Rocha Vaz foi o redator da reforma empreendida pelo Ministro do Interior, João Luis Alves, que visava dar ao estado maiores e melhores instrumentos de controle do sistema de ensino. No tocante aos exames vestibulares, a reforma serviu como um aperfeiçoamento do sistema. Até a Reforma Carlos Maximiliano (1915), todos os aprovados nos exames de admissão tinham direito à matrícula, isto é, vaga garantida na faculdade. A partir de 1925 cada faculdade ficou obrigada a definir o número de vagas disponíveis a cada ano. Começa a se delinear o *caráter classificatório* dos exames vestibulares. Os alunos iriam preenchendo as vagas disponíveis de acordo com o desempenho nos exames, até o fim das vagas. Muitos candidatos passaram a ser aprovados, porém não matriculados; caso desejassem obter vaga nos anos seguintes, deveriam se submeter novamente aos exames vestibulares. Aspecto importante da Reforma Rocha Vaz foi a possibilidade de alunos cursarem a faculdade sem ônus. Pela reforma, cada escola superior deveria ter cinco *alunos gratuitos* por série, os quais seriam selecionados da seguinte forma: um pela nota no exame vestibular, outro por indicação do governo e outros três indicados pelo próprio corpo discente.

As medidas tomadas a partir de 1910 visaram, de forma geral, dar uma maior eficiência e qualidade ao ensino superior através da limitação do número de alunos nos cursos mais procurados, procurando redirecionar a demanda para os cursos menos procurados. Tais medidas fizeram parte da tentativa de conter o fluxo de entrada nas faculdades iniciada com a introdução dos exames de admissão em 1911 (chamados de vestibulares a partir de 1915). Tal tentativa prosseguiu com a exigência de certificados de conclusão do ensino secundário em 1915 (cancelando a hipótese de admissão via exames preparatórios sem comprovação de escolaridade anterior) e foi finalizada com a limitação de vagas e a substituição da ênfase habilitatória pela classificatória em 1925.



5 - ERA VARGAS (1930 - 1945)

O período compreendido entre 1930 e 1945, conhecido por Era Vargas, foi caracterizado por grandes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. No período que precedeu o Estado Novo (1937-1945) a política educacional federal foi marcadamente autoritária, enquanto que o liberalismo caracterizava a política educacional estadual. Com o golpe de 1937, Vargas estendeu seu severo controle também à política educacional dos estados. Após o Movimento de 1930, que colocou fim à Primeira República, caracterizada pelo domínio político e econômico das oligarquias agrárias de Minas Gerais e São Paulo, duas políticas educacionais podiam ser identificadas no país: a primeira, acentuadamente autoritária e intervencionista, e a segunda, de caráter mais liberal, própria das unidades da federação, subdividida em dois ramos, um de cunho mais elitista e o outro de cunho mais igualitário.

O caráter elitista do liberalismo educacional baseava-se na ênfase dada ao preparo das elites nacionais ou daqueles grupos emergentes (setores médios) que tinham então a possibilidade concreta de assumir a direção dos destinos políticos da nação. A finalidade do ensino secundário seria dupla: o preparo de bons candidatos às escolas superiores e a formação da classe média, responsável pela assimilação e difusão da ideologia dominante. Neste período, um nome se destacou em termos de liberalismo pedagógico: Fernando de Azevedo. O educador defendia uma educação secundária mais utilitarista, pragmática, voltada ao preparo adequado dos futuros alunos dos cursos superiores. Julgava de vital importância a estruturação de universidades que realmente promovessem o estudo aprofundado e o desenvolvimento do conhecimento. Opunha-se àquelas universidades que se constituíam em meras

“escolas profissionalizantes de nível superior”, enquadradas e em harmonia com as aspirações estatais de fornecimento de mão-de-obra qualificada, divorciadas, contudo, da busca do “saber desinteressado”, da ciência pura.

“É na Universidade que se podem plasmar homens e ideais capazes de resguardar, dos perigos que as ameaçam por todos os lados, a democracia e a ciência, a autoridade e a liberdade, e de opor um sistema democrático de seleção e utilização necessária das capacidades recrutadas em todas as camadas sociais a todo sistema demagógico que, tendendo ao nivelamento dos bens e dos indivíduos, tende a rebaixar aquele que pode mais e a paralisar, em consequência, o esforço, a criação e a vida.” (Azevedo, 1947: 124).

A questão levantada por Fernando de Azevedo girava em torno do perigo de que as universidades se afastassem ou não preenchessem seu papel de centro de pesquisa e produção de conhecimento. Preocupava-se por perceber que a criação das novas escolas superiores não atendiam a estes requisitos. O estudo nas universidades, entendidas na sua função ideal, seria prioritariamente reservado aos jovens oriundos das classes dominantes ou em vias de se tornarem dominantes (setores médios). A aparente contradição entre o discurso liberal e a defesa dos interesses das elites era esclarecida com a tese de que havia a necessidade urgente de se formar no Brasil uma classe dirigente autóctone e culturalmente preparada. Não seria uma seleção dos jovens das camadas mais abastadas em detrimento dos jovens das camadas populares; na realidade, seria uma seleção daqueles jovens em favor não só destes como de todo o país.

“A preparação das elites intelectuais precedeu sempre, em toda a parte, à instrução das massas (...) A conquista da civilização e dos meios de enriquecê-la, pelas contribuições originais, é vitória dos países que sabem extrair do seio da nação uma elite de homens, utilizada, pela intensidade de culturas sucessivas em toda a extensão

de sua capacidade. (...) Este conflito que se quer, por ignorância ou má fé, estabelecer entre o ideal da formação das elites e os ideais democráticos, não impressiona, porém, senão os que ainda se deixam deslumbrar de ideologias românticas. Pois, educação popular e preparo das elites são, em última análise, as duas faces de um único problema : a formação da cultura nacional.”(Azevedo, 1957: 268).

As teses de Fernando de Azevedo, respaldadas nas teorias de sociólogos como Durkheim e Pareto²⁰, encontravam receptividade e apoio principalmente em São Paulo, materializando-se em 1933 com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política. Na fundação da escola, foi redigido um manifesto expondo os ideais da instituição, os quais convergiam para o alvo de propiciar formação científica adequada à elite brasileira. A escola foi montada graças ao apoio financeiro de empresários paulistas, interessados no sucesso da empreitada.

Os primeiros anos da década de 30 foram particularmente atribulados na relação entre São Paulo e o Governo Federal. Desde os problemas surgidos com a eleição de Júlio Prestes e a “revolução” liderada pelos estados componentes da Aliança Liberal (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba), a situação em São Paulo era extremamente delicada, principalmente com a indicação, feita por Getúlio Vargas, de um Interventor “não-paulista” (João Alberto) para assumir o poder executivo do estado. As insatisfações culminaram com a Revolução Constitucionalista de 1932 que, embora sufocada pelas tropas federais, tornou clara a oposição e resistência de São Paulo ao governo federal. A iniciativa de criação de uma universidade em São Paulo (1934) vinha dar seqüência aos ideais da Escola de Sociologia e tinha também o caráter político de resistência ao controle federal. A hegemonia das oligarquias paulistas, perdida com o Movimento de 30, somente seria reconquistada com o “restabelecimento”

²⁰ De Durkheim a tese da dupla função da educação (homogeneizadora e diferenciadora), de Pareto a tese de formação especial das elites (justificada pelas desigualdades inatas à condição humana).

da democracia e a formação de um grupo paulista intelectual e moralmente apto a assumir a liderança dos rumos da nação.

“Foi esse o pensamento que orientou Armando Sales quando fundou a Universidade de São Paulo. O que pretendia, criando-a, foi organizar um centro de altos estudos, para a preparação e renovação constante das elites do país, e fazer da Universidade o foco intelectual de uma atividade, criadora e fecunda, em todos os domínios do conhecimento humano.” (Azevedo, 1949: 112)

O Governo Provisório de Vargas (1930 - 1934) e o seu primeiro Governo Constitucional (1934 - 1937) foram marcados pelo que os historiadores denominam *Estado de Compromisso*. O rompimento entre as oligarquias agrárias paulista e mineira propiciou a ascensão das oligarquias de outros estados, além de abrir espaço para a emergente burguesia industrial e setores da classe média. O Movimento de 30 só foi bem sucedido por contar com o apoio, em graus diferenciados, destes setores. Para se manter no poder, Vargas viu-se forçado a se comprometer com cada um destes segmentos, procurando atender a seus interesses (mesmo que superficial ou aparentemente). A ascensão das classes médias possibilitou a divulgação dos ideais liberais em escala mais intensa, principalmente no campo educacional. O principal divulgador das concepções liberais-educacionais de cunho mais igualitarista, centradas na defesa do acesso das massas trabalhadoras e da classe média ao ensino, foi o baiano Anísio Teixeira que, em 1931, veio a trabalhar no Ministério da Educação e Saúde.

Os liberais igualitaristas tinham também como bandeira a gratuidade do ensino superior, o que possibilitaria, pelo menos em tese, o acesso de jovens oriundos das camadas populares. Tal questão era particularmente oportuna, uma vez que o Estatuto das Universidades, redigido em 1931 pelo Ministro da Educação e saúde Francisco Campos, determinava o pagamento do curso superior mesmo nas escolas mantidas pelo Estado (Albuquerque, 1986: 585). Em

1932 o “grupo dos igualitaristas” se reuniu ao “grupo dos elitistas” com o propósito de, deixando em segundo plano os pontos divergentes, montarem um documento que expressasse os alvos liberais para a educação comuns a ambos, mas esquecidos pela política educacional federal. Deste encontro saiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que apresentava as principais concepções liberais, mas também deixava transparecer a forte influência das reivindicações de cunho igualitarista sem, contudo, deixar de tocar em aspectos defendidos pelos “elitistas”²¹.

“De facto, a Universidade, que se encontra no apice de todas as instituições educativas, está destinada, nas sociedades modernas a desenvolver um papel cada vez mais importante na formação das elites de pensadores, sábios (...)Se o problema fundamental das democracias é a educação das massas populares, os melhores e os mais capazes, por seleção, devem formar o vertice de uma pyramide de base imensa. Certamente, o novo conceito de educação repelle as elites formadas artificialmente por ‘diferenciação econômica’ ou sob o critério da independência econômica, que não é nem pode ser hoje elemento necessário para fazer parte dellas.” (in Guiraldelli, 1991:71).

Se nos estados, principalmente em São Paulo, a política educacional tinha contornos liberais, no nível federal a mesma apresentava-se de forma centralizadora e autoritária. O controle pretendido por Vargas sobre os diversos setores da vida do país foi sendo obtido gradativamente por meio de vários instrumentos, principalmente a cooptação das lideranças emergentes, impedindo assim a sua organização e autonomia política. Desta forma, Vargas obteve o controle dos sindicatos e, conseqüentemente, da grande massa trabalhadora, já devidamente “amaciada” pelas leis trabalhistas criadas após a sua chegada ao

²¹ O caráter liberal manifestava-se pela ênfase no perfil científico e superior do ensino universitário. A influência igualitarista transparecia nas menções ao acesso das diversas camadas sociais à universidade e à gratuidade do ensino superior. O “toque” elitista aparecia na defesa feita da formação das elites nacionais de pensadores e sábios.

poder. Objetivando controlar também o segmento estudantil, principalmente o universitário, o governo criou a UNE - União Nacional dos Estudantes, com propósitos semelhantes aos da criação dos sindicatos trabalhistas.

Quanto ao ensino superior, o decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, estabelecia os novos padrões, sendo conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras. O processo de seleção dos candidatos ao curso superior continuou se dando pelo vestibular, sendo necessário também, além da comprovação de conclusão do ensino secundário, um atestado de "idoneidade moral". O decreto estabelecia o pagamento para os cursos oferecidos pelas instituições superiores, até mesmo públicas. O acúmulo de taxas representava um grande empecilho ao estudo de jovens com menor poder aquisitivo. Em 1931, um curso na Universidade do Rio de Janeiro custava em média 800 mil-réis por ano, pagos em taxas referentes a matrículas, exames e certificados (Cunha, 1981: 263). A necessidade do pagamento de taxas já era, por si só, um forte elemento de seleção, uma vez que somente os candidatos oriundos das classes com maior poderio econômico teriam condições de arcar com os custos de um curso superior.

Ainda em 1931, o decreto 20.158, de 30 de junho, abriu a possibilidade de acesso ao ensino superior, sem a necessidade do vestibular, para os concludentes do ensino comercial (nos ofícios de atuário ou perito-contador), curso este realizado após a conclusão do curso primário. A matrícula só seria permitida àqueles que tivessem realizado um curso de três anos e pretendessem ingressar nos cursos de Administração ou Finanças. Naquele mesmo ano, o ministro Francisco Campos estabeleceu uma reforma que dividia o ensino secundário em duas partes, a primeira de 5 anos (ensino fundamental) e a segunda, durando 2 anos, com o propósito de promover uma adaptação dos alunos às futuras especializações profissionais. Esta segunda parte seria cursada nas próprias instituições de nível superior. "Eram os chamados pré-universitários: pré-jurídico, pré-médico, pré-politécnico. O vestibular passou a ser determinado

pela natureza do curso de nível superior e restrito a algumas disciplinas tidas como pré-requisitos mais importantes.” (Ribeiro Neto, 1987:18).

Na Constituição de 1934, cerca de 10 artigos tratavam da educação em seus mais diversos níveis. No segundo parágrafo do artigo 157 ficavam estabelecidos ajuda e suporte governamental aos alunos necessitados, que corresponderiam não somente a uma bolsa de estudos, mas também ao fornecimento de material escolar, assistência de saúde e até um auxílio financeiro para as viagens necessárias. O texto estabelecia: “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alumnos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar dentária e medica, e para villegiaturas” (Castro, 1936).

Em 1937, o governo passou a conceder 21 bolsas de estudos para alunos carentes, desde que os mesmos tivessem uma conduta irretocável. A finalidade destas bolsas era, em última instância, sufocar os movimentos estudantis que reivindicavam a gratuidade do ensino superior oficial. Além da bolsa, o governo concedia uma ajuda de custo no valor de 300 mil-réis/mês, quantia superior ao salário médio de um trabalhador da indústria da época. O governo exigia reciprocidade: caso algum bolsista não obtivesse aprovação em todas as matérias, tivesse envolvimento com pessoas ou atividades inconvenientes, perdia não só o privilégio da isenção do pagamento da mensalidade, como também a ajuda financeira.

Em 1942 foi implantada nova reforma do ensino pelo ministro Gustavo Capanema, que pôs fim aos cursos pré-universitários que funcionavam nas escolas superiores²². Para substituir estes cursos foram criados os cursos colegiais (clássico e científico) voltados ao preparo dos estudantes para o ensino superior. O colegial científico era voltado para Medicina, com forte ênfase em biologia, ou para Engenharia, cuja ênfase estava na matemática.

²² Os cursos pré-universitários compunham a segunda parte do ensino secundário estabelecida na reforma de 1931.

6- PERÍODO POPULISTA (1946 - 1964)

As duas décadas que sucederam o Estado Novo se caracterizaram pela política populista. A importância política das massas era incontestável e os governantes assumiram posturas voltadas a atender, mesmo que somente de forma superficial, ao anseios e aspirações desta nova força. Na educação, especificamente na questão do acesso ao ensino superior, ocorreu um alargamento da possibilidade de ingresso por parte daqueles que até então não tinham esta oportunidade.

As alterações ocorridas no sistema educacional brasileiro foram também influenciadas pela conjuntura internacional. No final da Segunda Guerra Mundial, foi criada a ONU e esta seu braço educacional, a UNESCO, que emitiu diretrizes mais “igualitárias” para as políticas educacionais de seus países-membros. Também o fim da guerra provocou um acentuado crescimento demográfico, que pressionou a expansão do ensino ao longo das décadas de 50 e 60.

Em 1948, o projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional tocou na questão da possibilidade de acesso dos egressos dos cursos médios profissionais ao ensino superior²³. A iniciativa tomou forma de lei em 1950 (Lei nº 1.076) com as chamadas “leis de equivalência”, que asseguravam não somente o direito de matrícula aos egressos dos cursos profissionais de 1º ciclo (com exceção dos cursos normais) nos cursos clássico e científico de 2º ciclo, como também equiparava o curso técnico comercial aos demais cursos de 2º ciclo. Tal

²³ Os cursos médios profissionais funcionavam nas escolas comerciais, industriais, agrícolas e normais. O projeto foi encaminhado pelo Ministro Clemente Mariano. Foi montada uma comissão, presidida pelo Prof. Lourenço Filho, para estruturar o anteprojeto das alterações a serem implementadas no ensino (dentre elas a criação de um colégio universitário para preparar os candidatos ao ensino superior).

lei abriu a possibilidade de inscrição nos diversos exames vestibulares oferecidos, o que era um grande progresso, visto que “os portadores daqueles diplomas, até então, somente podiam se candidatar aos cursos superiores tidos como diretamente relacionados ao comercial técnico” (Cunha, 1983: 79).

Em 1953 nova “lei de equivalência” foi promulgada (Lei nº 1.821), concedendo também aos concludentes dos cursos normais de 1º ciclo e dos cursos de formação de oficiais das polícias militares o direito de ingressarem no 2º ciclo, clássico ou científico. A mesma lei estendia aos concludentes dos cursos secundários profissionais (industrial, agrícola e normal) a possibilidade de prestarem exames vestibulares, concessão também estendida aos egressos de seminários maiores de comprovada idoneidade. A plena equivalência dos cursos secundários profissionais ao 2º ciclo convencional (clássico e científico) foi restringida pelo decreto nº 34.330, ainda em 1953, que estabelecia as limitações de matrícula no ensino superior. Pelo decreto, apenas os egressos dos cursos clássico ou científico tinham plena liberdade de escolha do curso superior ao qual pretendiam prestar exame vestibular. Os concludentes dos cursos profissionais tinham suas possibilidades bem definidas e delimitadas.

A última “lei de equivalência” da década de 50 foi a de nº 3.104, em 1957, que concedia aos egressos de cursos de formação de oficiais a possibilidade de prestação de exames vestibulares em qualquer curso superior, desde que o candidato tivesse concluído regularmente o ginásio. A plena equivalência dos cursos secundários se deu em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que eliminava as restrições aos concludentes dos cursos técnico profissionais. As medidas tomadas junto ao ensino secundário atingiram um dos pilares da discriminação sócioeducacional da Era Vargas: o

POSSIBILIDADE DE PRESTAÇÃO DE EXAMES VESTIBULARES E MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR (1953)

ENSINO SECUNDÁRIO	PROFISSIONAL	CURSO SUPERIOR (FACULDADES)
COMERCIAL		-FAC. DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, -FAC. DE DIREITO, -FAC. DE FILOSOFIA (CURSOS DE JORNALISMO, GEOGRAFIA, HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS)
INDUSTRIAL		-FAC. DE ENGENHARIA -FAC. DE FILOSOFIA (CURSOS DE QUÍMICA E DESENHO)
AGRÍCOLA		- FAC. DE AGRONOMIA -FAC. DE VETERINÁRIA -FAC. DE ENGENHARIA - FAC. DE FILOSOFIA (CURSOS DE QUÍMICA, FÍSICA, HISTÓRIA NATURAL E CIÊNCIAS NATURAIS)
NORMAL		- FAC. DE FILOSOFIA (CURSOS DE PEDAGOGIA, LETRAS NEO-LATINAS E LETRAS ANGLO-GERMÂNICAS)
SEMINÁRIOS		- FAC. DE DIREITO - FAC. DE FILOSOFIA (CURSOS DE FILOSOFIA, LETRAS CLÁSSICAS, LETRAS NEO-LATINAS, LETRAS ANGLO-GERMÂNICAS E PEDAGOGIA)

FONTE: CUNHA, 1983.

A presença da Faculdade de Filosofia como possível a todos os alunos de escolas profissionais, independentemente do curso, é outro fator que explica o expressivo aumento no número destas instituições nas décadas de 50 e 60.

A última “lei de equivalência” da década de 50 foi a de nº 3.104, em 1957, que concedia aos egressos de cursos de formação de oficiais a possibilidade de prestação de exames vestibulares em qualquer curso superior, desde que o candidato tivesse concluído regularmente o ginásio. A plena equivalência dos cursos secundários se deu em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que eliminava as restrições aos concludentes dos cursos técnico profissionais. As medidas tomadas junto ao ensino secundário atingiram um dos pilares da discriminação sócioeducacional da Era Vargas: o

ensino técnico-profissional destinado às camadas populares e o ensino secundário (clássico e científico) voltado às elites. Esta dualidade não podia resistir à pressão das massas durante o período populista.

As alterações no ensino secundário, contudo, não foram suficientes para eliminar o caráter discriminatório da educação. Mesmo que equiparados aos cursos secundários convencionais, em termos de direito formal de acesso ao ensino superior, os cursos profissionais não forneciam aos seus alunos as mesmas condições de obtenção de sucesso nos exames vestibulares ou no decorrer do curso superior. Nas escolas secundárias, onde se fazia o clássico ou o científico, o currículo era “voltado para a continuação dos estudos; as chances eram ainda menores quando o curso comercial era feito no período noturno, de duração mais curta, pouco exigente com estudantes menos predispostos às práticas acadêmicas”(Cunha, 1983: 83).

Até a Era Vargas, a discriminação mais evidente se dava no ensino secundário; no decorrer do período populista, com as alterações ocorridas, o ponto crítico se desloca para o momento do exame vestibular.

“Trincada a estrutura dual no ensino médio, pelas ‘leis de equivalência’ e pela LDB, os exames vestibulares passaram a ser a grande e visível muralha a obstruir o caminho das camadas médias em busca dos diplomas superiores, requisitos da ascensão ocupacional/social” (Cunha, 1983: 84).

O problema dos inscritos nos exames vestibulares, que obtiveram aprovação sem contudo conseguirem vaga nas faculdades, é anterior ao aumento da demanda ocasionado pelas “leis de equivalência”. Já em 1951 a Lei nº 1.392 tratava da matrícula dos aprovados nos exames vestibulares que não conseguiam vagas. A lei estabelecia que as faculdades particulares estavam autorizadas a receber os “aprovados não matriculados” em instituições oficiais, criando turmas especiais para este fim. Em 1962, Valnir Chagas, através do Parecer nº 68, expõe

sua preocupação com os exames vestibulares que, ao seu ver, estavam assumindo um caráter habilitatório para o ensino superior, caráter este reservado ao ensino secundário. Propunha que os exames se prestassem somente à classificação dos candidatos através de notas, visando o preenchimento das vagas disponíveis. Após o vestibular, os classificados seriam matriculados em cursos básicos que selecionariam os alunos progressivamente, encaminhando-os para as devidas especializações. O Conselho Federal de Educação entendeu como válida a recomendação feita por Valnir Chagas quanto ao caráter classificatório e não habilitatório do vestibular, contudo não deu sequência à idéia dos cursos básicos (Cunha, 1983:86).

Os exames vestibulares foram duramente criticados pela UNE, que teve no deputado federal Carvalho Netto seu porta-voz junto ao Congresso. Em 1963, o deputado apresentou o Projeto de lei nº 735, propondo a supressão dos exames vestibulares e a adoção de outro critério para o preenchimento de vagas nas escolas superiores. Propunha que os candidatos com as melhores notas nas três séries do 2º grau tivessem a prioridade no preenchimento das vagas nas escolas superiores e que o governo se prontificasse a instalar novas escolas para atender à demanda²⁴. Em 1964, um mês antes de sua deposição, o presidente João Goulart assinou o decreto nº 53.642, que tratava da expansão das matrículas no ensino superior. O decreto estabelecia a utilização mais racional dos prédios e equipamentos das escolas superiores, a duplicação de vagas nos cursos de tecnologia e saúde e a eliminação do critério “nota mínima”²⁵ nos exames vestibulares, para possibilitar o preenchimento das vagas ociosas.

As primeiras iniciativas de exames vestibulares unificados ocorreram no mesmo período, visando facilitar o ingresso nas escolas superiores. Segundo o professor José Goldemberg o sistema de seleção anterior à implantação dos vestibulares unificados era problemático uma vez que exigia de

²⁴ O parecer do CFE de nº 324, de 1963, invalidou a proposta do deputado.

²⁵ O critério “nota mínima” conferia ao vestibular um caráter habilitatório, deixando dúvidas quanto à eficácia do ensino secundário, ou quanto à adequação das provas do vestibular à realidade.

peessoas bem jovens uma definição de carreira já no momento da inscrição. O vestibular unificado tinha a virtude de “agrupar o acesso em carreiras, evitando, em parte, opções prematuras por parte dos estudantes”. (Goldemberg, 1995: 4). Embora os vestibulares unificados, aos quais se refere o professor Goldemberg, tenham se iniciado na década de 70 (Mapofei²⁶ e Fuvest²⁷), a avaliação feita aplica-se também à década de 60. Já em 1963, foi criado o Cescem (Centro de Seleção às Escolas Médicas), em São Paulo, por um grupo de professores da área médica, visando racionalizar e otimizar a seleção dos candidatos ao curso superior de Medicina. Em 1964, o Cescem passou à condição de fundação, a Fundação Carlos Chagas. Dentre as várias modificações introduzidas estavam a inclusão de disciplinas da área de ciências humanas nos vestibulares, a substituição do caráter habilitatório pelo classificatório (evitando a figura do excedente), a adoção dos testes de múltipla escolha e a unificação dos vestibulares com o sistema de opções prévias, pelos inscritos, ordenando os cursos de sua preferência (o que evitaria o não preenchimento de vagas em determinados cursos).

“A vantagem que se anunciava aos estudantes era de diminuir as despesas financeiras com taxas de inscrição e de deslocamento para várias cidades/faculdades, além de não serem surpreendidos pela coincidência de datas. Para as escolas, as vantagens estariam na diminuição dos gastos com as provas, no seu aperfeiçoamento e no aproveitamento dos melhores alunos, eliminando os bloqueios financeiros e de data de exames”(Cunha, 1983: 89).

O acesso ao ensino superior, ao longo de todo o período colonial, imperial e republicano, fora reservado àqueles que dispunham de renda suficiente para arcar com os custos de um curso. Salvo as exceções dos alunos bolsistas, a

²⁶ Vestibular unificado das faculdades Mauá, Politécnica e FEI.

²⁷ Fundação que organizava os vestibulares das universidades estaduais paulistas e em 1996 é responsável pelo concurso vestibular da USP, Ufesp e UFSCar.

maioria dos alunos de escolas superiores era composta por jovens oriundos dos estratos com maior poder aquisitivo. A Constituição de 1946, a primeira após a Era Vargas, apontava para a possibilidade de ensino superior gratuito àqueles que provassem não terem condições de arcar com os custos do curso superior. Da mesma forma, a constituição paulista (1947) e o projeto de diretrizes e bases da educação nacional (1948) mostravam-se favoráveis à gratuidade do ensino superior público. Tal gratuidade não foi obtida de forma abrupta, através de lei ou decreto. As taxas foram mantidas em seu valor original e com o passar do tempo acabaram corroídas pela inflação. Havia resistência, dentro do próprio governo, à iniciativa de conceder ensino superior gratuito indistintamente. O Parecer nº 67 do CFE, de 1962, não considerava legítima a gratuidade do ensino superior oficial, alegando a incoerência e injustiça do oferecimento da gratuidade no nível superior enquanto a mesma não havia se concretizado no nível primário. O parecer propunha o estabelecimento de uma faixa de alunos com condições de custeio do curso, com base na renda familiar, os quais não obteriam o privilégio da gratuidade.

No início da década de 60, os vestibulares eram usados como instrumento de descarte e não de seleção de candidatos, devido à baixa oferta de vagas em relação à grande e crescente demanda. O aumento no grau de dificuldade das provas e do número de aspirantes a uma vaga nos cursos superiores propiciou o surgimento dos cursinhos pré-vestibulares, voltados a suprir as possíveis lacunas deixadas pelo ensino do curso colegial. Os alunos dos últimos anos do colegial passaram a concentrar suas atenções nas matérias específicas dos cursos pretendidos, deixando de lado as demais.

Um levantamento das matrículas, do curso mais procurado de cada área, entre as disciplinas básicas, mostrou que a maioria das matrículas era para o curso de Engenharia. No caso de Medicina, por exemplo, encontrávamos provas de Física, Química e Biologia. Para a Engenharia, mais frequentemente, as provas eram de Matemática, Física, Química. Não

figurando, por exemplo, a Matemática nos programas dos vestibulares de Medicina, os alunos que pretendiam inscrever-se em vestibular de escola médica consideravam desperdícios o tempo e o trabalho dedicados ao seu estudo.”(Ribeiro Neto, 1987: 21).

Quanto aos cursos de ciências humanas, mais especificamente aqueles das faculdades de Filosofia que proliferaram pelo Brasil nas décadas de 60 e 70, o grau de exigência era menor, o que acabava por propiciar o acesso de uma camada diferenciada de alunos. O aumento expressivo do número das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, escolas voltadas prioritariamente a formação de docentes, foi motivada pela expansão da escolarização primária e média (posteriormente 1º e 2º graus), que passou a necessitar de professores em grande número, a partir dos anos 60. O crescimento das escolas de licenciatura se deve à expansão da rede de ensino primário e médio nos anos 50 e 60, quando houve alargamento de possibilidades de escolarização para a população e, em consequência, a necessidade de muitos professores.

“Embora a evolução da rede de escolas secundárias fosse conduzida, nessa fase, a partir de motivações não educacionais, mas sim políticas, os resultados desse processo implicariam profundas mudanças no ‘ideário educacional’ da época. A abertura das oportunidades de acesso fez com que perdessem qualquer significado as teses que definiam a escola secundária como uma escola de formação e encaminhamento propedêutico das ‘futuras elites’ do país” (Beisiegel, 1974: 15).

Um levantamento das matrículas, do curso mais procurado de cada área, entre 1932 e 1971, revela o crescimento vertiginoso dos cursos de ciências humanas em relação aos de biológicas e exatas. Fator preponderante na expansão dos cursos de ciências humanas foi o baixo custo dos mesmos (conhecidos como

“cursos de quadro e giz”), mais baratos para os estudantes e para as entidades mantenedoras.

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NOS CURSOS MAIS PROCURADOS DAS TRÊS ÁREAS DO ENSINO SUPERIOR ENTRE 1932 E 1971.

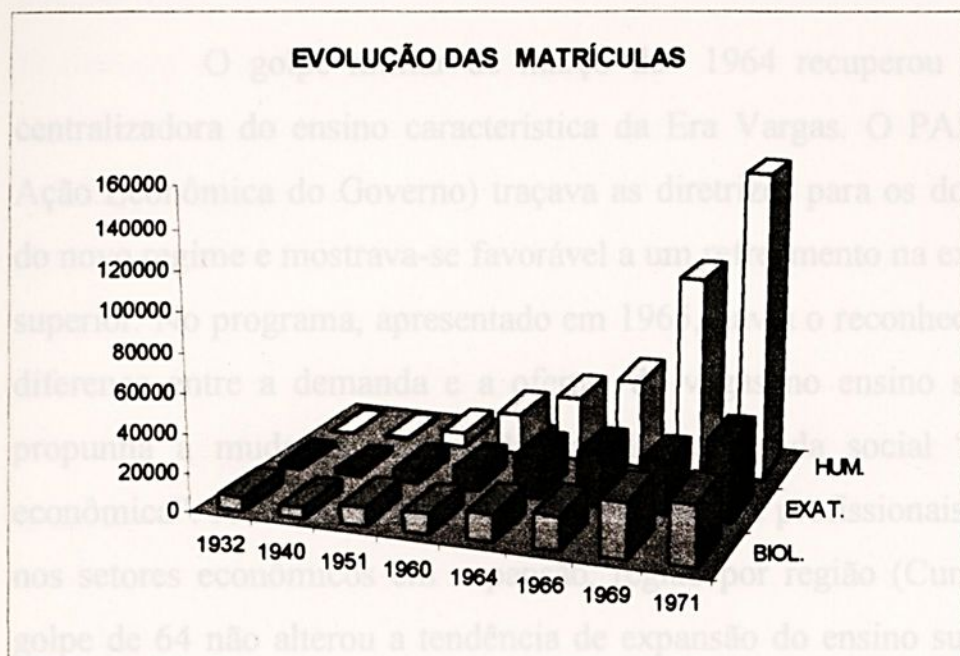
ANOS	BIOLÓGICAS- MEDICINA	EXATAS- ENGENHARIA	HUMANAS- FILOSOFIA
1932	7.197	2.203	59
1940	5.548	2.172	1.622
1951	9.208	6.907	7.279
1960	10.316	10.821	20.270
1964	14.183	20.728	32.396
1966	17.152	26.603	44.802
1969	27.726	26.015	100.984
1971	30.990	39.433	156.187

FONTE: ROMANELLI, 1993.

Pelos dados e pelo gráfico identifica-se o crescimento vertiginoso da demanda pelos cursos de ciências humanas nestas quatro décadas. Tal crescimento ocorreu devido ao significativo aumento das vagas oferecidas pelas faculdades de Filosofia, principalmente particulares.

Os debates sobre o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5.692/68) durante o governo de João Goulart (1961-1964) foram fundamentais para o período de 1962-1970. Com relação ao acesso ao ensino superior, o plano expunha como meta a “expansão da matrícula até a inclusão, pelo menos, da metade dos que terminaram o curso colegial”. O plano recebeu revisões em 1965 e 1966. Em 1970, quanto à questão do acesso ao ensino superior, a avaliação oficial era que cerca de 62% daqueles que concluíam o ciclo colegial conseguiam ingressar em uma faculdade.

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NAS TRÊS ÁREAS DO ENSINO SUPERIOR ENTRE 1932 E 1971



FONTE: ROMANELLI, 1993.

Os debates sobre o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional duraram de 1948 a 1961, quando finalmente foi votada a Lei 4.024 em 20 de dezembro. Para o ensino superior, a lei mantinha o estabelecido até então, e somente em 1962 o recém instalado Conselho Federal de Educação aprova o Plano Nacional de Educação para o período de 1962-1970. Com relação ao acesso ao ensino superior, o plano expunha como meta a “expansão da matrícula até a inclusão, pelo menos, da metade dos que terminaram o curso colegial”. O plano recebeu revisões em 1965 e 1966. Em 1970, quanto à questão do acesso ao ensino superior, a avaliação oficial era que cerca de 62% daqueles que concluíam o ciclo colegial conseguiam ingressar em uma faculdade.

7- REGIME MILITAR (1964 -1984)

O golpe militar de março de 1964 recuperou a forte tendência centralizadora do ensino característica da Era Vargas. O PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) traçava as diretrizes para os dois primeiros anos do novo regime e mostrava-se favorável a um refreamento na expansão do ensino superior. No programa, apresentado em 1965, havia o reconhecimento da grande diferença entre a demanda e a oferta de vagas no ensino superior; contudo, propunha a mudança de paradigma: de “demanda social “ para “demanda econômica”. A necessidade seria o suprimento de profissionais de nível superior nos setores econômicos em expansão, região por região (Cunha, 1988: 71). O golpe de 64 não alterou a tendência de expansão do ensino superior já presente nas duas últimas décadas. O crescente processo de urbanização e a maior participação da mulher nos setores produtivos da economia contribuíram para um aumento na procura pelo ensino superior. Neste período acentua-se o problema dos excedentes com a dificuldade encontrada pelas universidades públicas de suprir a crescente demanda. Neste contexto,

“o ensino particular atua como elemento de equilíbrio entre as dimensões da oferta e da procura de vagas: nos escalões superiores do ensino, quando a triagem da população escolar já eliminou a maior parte dos contingentes menos favorecidos da procura, agora constituída preponderantemente por indivíduos das camadas médias e superiores das cidades, em condições de pagar pelos serviços educacionais, nos momentos em que o Estado restringe a oferta, os excedentes da procura propiciam o investimento de recursos privados nos negócios da educação” (Beisiegel, 1974:17).

O problema dos *excedentes* foi herdado do período populista, tendo se transformado em uma questão jurídico-política. Normalmente os excedentes haviam prestado exames para os cursos de Engenharia ou Medicina, que tinham as maiores relações candidatos/vaga, sendo assim os cursos mais concorridos. Como tais cursos exigiam recursos materiais e instalações especiais para seu funcionamento, as instituições particulares não tinham condições de atender ao proposto pela lei nº 1.392 de 1951, que abria a possibilidade de ingresso nestas escolas aos excedentes dos exames vestibulares das escolas oficiais. Durante a década de 60 a questão dos excedentes levantou muitos debates e polêmicas, uma vez que muitos inscritos eram aprovados sem, contudo, conseguirem efetivar a matrícula por falta de vagas. Exigiam, então, na justiça o direito de cursar a universidade, mesmo que o número de vagas fosse inferior ao número de aprovados.

“Os movimentos em favor da admissão dos excedentes (manifestações várias, acampamento diante das escolas, etc) levaram as universidades, ao invés de ampliar as vagas, a modificar o caráter dos exames vestibulares, que se tornaram classificatórios, eliminando-se com esse artifício a existência de excedentes. Por outro lado, o governo encontrou nessa situação justificativa para apoiar ainda mais financeiramente a criação de escolas particulares ou o aumento do número de vagas já existentes.”(Werebe, 1994: 181)

Para uma melhor compreensão do problema, é viável uma análise de alguns dados relativos ao número geral de inscritos e matriculados nas universidades brasileiras na década de 60 e início da década de 70.

INSCRITOS E MATRICULADOS NOS EXAMES/CONCURSOS VESTIBULARES NO BRASIL ENTRE 1960 E 1971

ANOS	RELAÇÃO CANDID./ VAGAS	INSCRITOS	MATRICUL.
1960	1,8	64.635	26.950
1964	1,6	97.481	49.181
1968	2,4	214.996	84.844
1971	1,9	400.958	196.785

FONTE : ROMANELLI, 1993.

A pequena alteração na relação candidatos/vagas entre 1960 e 1971 indica que aumento do número de inscritos foi acompanhado pelo aumento do número de vagas; contudo, esta proporção indica um elevado número de concludentes do ensino secundário fora do ensino superior. Para a solução do problema, o aumento da oferta de vagas deveria não somente acompanhar como também suplantiar o aumento na demanda, para que todos os candidatos tivessem efetiva possibilidade de acesso a uma escola superior.

EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR, 1960 - 1988

ANOS	CONCLUSÕES 2º GRAU	INSCRITOS VESTIBULAR	VAGAS VESTIBULAR	MATRICULAS TOTAL
1960	61.101	64.635	35.381	93.202
1964	95.417	97.481	57.990	142.386
1968	175.075	214.996	88.588	278.295
1971	260.658	400.958	202.110	561.397
1975	368.479	781.190	348.227	1.072.548
1980	541.325	1.803.567	404.814	1.377.286
1985	585.193	1.514.341	430.482	1.367.609

FONTE: NEIVA, 1992.

A importância da questão dos excedentes foi notada e destacada pelo norte-americano John M. Hunter, professor da Universidade Estadual de Michigan e consultor da EAPES²⁸ (Acordo MEC-Usaid). Em um de seus

²⁸ Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior



relatórios, observou que “os meses de janeiro e fevereiro no Brasil parecem marcados por dois eventos principais: o Carnaval e os vestibulares; o primeiro libertando a comunidade de alguns problemas sociais e o segundo contribuindo com alguns novos, particularmente com aqueles relativos aos excedentes” (Hunter *apud* Cunha, 1988: 187).

Em relatório elaborado em 1966, os professores e alunos da UFMG apontavam o problema dos excedentes como de repercussão nacional. Segundo o relatório, estava ocorrendo um descompasso entre o ritmo de crescimento do ensino médio e do ensino superior, este ainda aquém daquele, não obstante a proliferação de faculdades de filosofia ocorridas ao longo da década. Propunham uma política de reorientação de demanda, desviando o foco dos cursos tradicionais, canalizando-o para cursos que promovessem mudanças na estrutura produtiva do país, como Agronomia e Veterinária, ou fomentassem o desenvolvimento tecnológico e científico, como Engenharia e Geologia (Cunha, 1988: 272).

A preocupação com os excedentes perdurou até a publicação do Decreto 68.908, de 13/7/71, que no seu segundo artigo estabelecia: “O concurso vestibular far-se-á rigorosamente pelo processo *classificatório*, com aproveitamento dos candidatos até o limite das vagas fixadas no edital, excluindo-se o candidato com resultado nulo em qualquer das provas”. Tal decreto atribuía ao vestibular um caráter classificatório, o que em última instância fazia desaparecer a figura do excedente e os problemas jurídicos decorrentes desta condição.

No final de 1967, o governo criou uma comissão especial para tratar da educação. No item reforma universitária, a comissão propôs a instituição de um vestibular unificado, que evitaria o desperdício de vagas, distribuindo-as de maneira mais racional entre os aprovados. Em julho de 1968, um grupo de trabalho, composto por intelectuais e políticos, foi convocado pelo Presidente da



República para montar uma proposta de reforma universitária. Estudantes foram convidados para compor o grupo, contudo, não o fizeram, por divergirem da ideologia governamental²⁹. O Grupo de Trabalho propôs uma “verticalização” dos estudos universitários, tendo como um de seus objetivos recuperar falhas evidentes provocadas pelo vestibular no perfil de cultura dos novos alunos. No tocante à expansão do ensino superior, o grupo mostrou-se preocupado com a questão dos excedentes, a relação desproporcional entre a demanda e a oferta de vagas e a ênfase no aumento de vagas nas “carreiras prioritárias para o desenvolvimento econômico” (Romanelli, 1993: 224). Houve ainda a forte preocupação com a proliferação de alguns cursos e o conseqüente aumento na oferta de determinado tipo de mão-de-obra (bacharéis em direito, pedagogos), sem que houvesse mercado de trabalho compatível com este crescimento. O exíguo tempo concedido não foi impedimento para a elaboração do projeto de reforma, visto que ao longo da década outros encontros haviam ocorrido e documentos foram elaborados³⁰. O projeto tocava também em uma “questão semântica”: a substituição da expressão *exame vestibular* por *concurso vestibular*. A contribuição do Grupo de Trabalho redundou, em última instância, na Lei 5.540/68, que nos seus artigos 17 e 21 abordava a questão do acesso ao ensino superior³¹. Aspectos importantes da lei, no tocante ao acesso ao ensino superior, referem-se ao conhecimento a ser avaliado (artigo 21), que deveria ser

²⁹ Em junho de 1968, grupos de estudantes invadiram algumas universidades na tentativa de fazer valer suas reivindicações: maior autonomia nacional, desenvolvimento sem dependência externa.

³⁰ Relatório Atcom, Relatório da Equipe de Assessoramento ao Planejamento do Ensino Superior, Relatório Meira Matos, Documentos do IPES.

³¹ A razão da mudança da expressão estava no sentido “eliminatório”, de aprovação ou reprovação, que a palavra *exame* trazia consigo, ao contrário do sentido “classificatório”, ao qual estava associada a palavra *concurso*. Os artigos da lei 5.540 que tratavam mais especificamente da questão do acesso ao ensino superior eram os de nº 17 e 21: Artigo 17 - “Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos:

a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido **classificados em concurso vestibular**; (...)”

Artigo 21 - “O concurso vestibular, referido na letra a do artigo 17, abrangerá os conhecimentos comuns às diversas formas de educação do segundo grau **sem ultrapassar este nível de complexidade** para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para estudos superiores.

Parágrafo único - Dentro do prazo de três anos a contar da vigência desta Lei o concurso vestibular será idêntico em seu conteúdo para todos os cursos ou áreas de conhecimento afins e **unificado em sua execução**, na mesma universidade ou federação de escolas ou no mesmo estabelecimento isolado de organização pluricurricular de acordo com os estatutos e regimentos.”

compatível com o ensino de segundo grau. Dentre as críticas feitas às provas elaboradas nos vestibulares estava a crítica ao nível de complexidade das mesmas, mais compatível com alunos de um curso superior, que com ex-alunos do segundo grau. Outro ponto importante do decreto refere-se à unificação da execução do concurso vestibular, o que vinha sendo experimentado por algumas faculdades e seria amplamente difundido e aplicado nas décadas de 70 e, em parte, 80.

No início da década de 70, é criada a Comissão Nacional de Vestibular Unificado (COMESU) visando promover a aplicabilidade das determinações legais no nível regional. Em 1971, o decreto 68.908 vinha estabelecer a simultaneidade da realização das provas em todo o país e a uniformização das mesmas - sempre com conteúdos relativos às disciplinas obrigatórias do ensino de grau médio. Foi permitida também, pelo decreto, a criação de organizações públicas (como o Cesgranrio³², Fuvest) ou privadas, voltadas à montagem e aplicação dos vestibulares unificados.

Em 1977, novo decreto³³ foi editado e tocava em um aspecto muito particular do vestibular: o tipo de provas. Havia muitas críticas aos testes de múltipla escolha, as chamadas “provas de cruzinhas” que, em primeiro lugar, davam margem ao acerto por acaso e, em segundo lugar, supostamente não avaliavam a capacidade de expressão dos candidatos. O decreto abria a possibilidade do vestibular realizado em duas etapas, além da inclusão de questões discursivas, redação e prova de habilidades específicas para alguns cursos. Havia, também, a possibilidade do estabelecimento de um número mínimo de acertos para a classificação. O enunciado do artigo primeiro trazia no seu bojo uma crítica implícita ao ensino de 2º grau, uma vez que admitia a

³² Centro de Seleção de candidatos do Ensino Superior do Grande Rio.

³³ Decreto número 79.298/77

Artigo 1 -“c) Utilização de mecanismos de aferição que assegurem a participação, na etapa final do processo classificatório, apenas dos candidatos que comprovem um mínimo de conhecimentos a nível de 2º grau e de aptidão para prosseguimento de estudos em curso superior;

d) Inclusão obrigatória de prova ou questão de redação em língua portuguesa”

possibilidade de um candidato com o curso concluído sem, contudo, apresentar conhecimentos compatíveis com o nível secundário. Por outro lado, neste mesmo item havia uma ênfase na importância do conteúdo ministrado no 2º grau, além de uma abertura para a criação de provas de aptidão, como música ou desenho, que não constavam do currículo. Outro aspecto importante a ser observado é a utilização da expressão *etapa final*, que indicava a possibilidade da realização do concurso em duas ou mais fases. Era abordado ainda o problema da exclusividade das questões de múltipla escolha, tentando saná-lo com a aplicação de uma redação.

8 - PERÍODO DE 1985 A 1995

As décadas de 80 e 90 foram profícuas em estudos e debates envolvendo a questão do acesso ao ensino superior. Diversas publicações, como “Educação e Seleção”³⁴, “Educação Brasileira”, “Pesquisa Vunesp” e “Tendências do Vestibular”, passaram a tratar, de forma mais direta, da problemática do ingresso na universidade. Inúmeros livros foram escritos, frutos de reflexões e pesquisas a respeito da questão do vestibular. Seminários foram promovidos³⁵, reunindo educadores especialistas na área do acesso ao ensino superior. No decorrer da década de 80, diversas propostas de alterações técnicas foram levantadas e colocadas em prática por algumas instituições. Em termos de legislação alguns decretos e portarias foram publicados, contudo, a nova Lei de

³⁴ “Estudos em Avaliação Educacional” na década de 90.

³⁵ No nível regional (Fortaleza, Belo Horizonte e Florianópolis, em abril de 1986) e nacional (na capital federal, em dezembro de 1985).



Diretrizes e Bases da Educação, que traria também alterações relativas ao acesso ao ensino superior (“educação superior”, nos termos do Projeto de Lei), ainda tramita no Congresso. Ao longo da década de 80 e início da década de 90, diversos autores trataram da questão da metodologia de seleção dos candidatos ao ensino superior (principalmente nas instituições públicas) e apresentaram propostas de alterações técnicas para uma melhor realização dos concursos vestibulares. A defesa do vestibular unificado foi feita por vários educadores, como José Goldemberg, que, ao se referir ao Mapofei comparou-o à organização de uma fila, na qual os primeiros lugares seriam ocupados pelos melhores classificados, que teriam a prioridade na escolha da faculdade a cursar (Goldemberg, 1995: 3).

Um forte elemento de seleção que causava sérias dificuldades no vestibular era o conteúdo abordado nas provas, o qual, por diversas vezes, era de nível universitário, incompatível com os conteúdos do ensino secundário. Outro item tratado referia-se à precoce especialização, devido à escolha da carreira já no momento da inscrição no concurso vestibular, que levava muitos ao trancamento de matrícula ou à evasão. O estabelecimento da nota mínima para aprovação, bem como a adoção do ingresso nos cursos por 2ª opção geraram problemas. Principalmente no tocante ao alunos que ingressaram em cursos de 2ª opção, era e é muito alto o índice de desistências e trancamento de matrículas, o que gerava um considerável número de vagas ociosas nas instituições públicas de ensino superior.

“Também é interessante notar que a progressiva desunificação dos concursos-vestibulares durante os anos 70, com as próprias instituições voltando a assumi-los diretamente ou através de organismos criados especialmente para este fim, não solucionou muitos dos problemas decorrentes da admissão em larga escala. Na Universidade de São Paulo, em particular, a evasão aumentou

ligeiramente após o início da atuação da Fuvest, em 1977” (Prado, 1990: 16).

Dentre as propostas apresentadas para a melhoria da seleção dos candidatos ao ensino superior está a realização de uma avaliação parcelada, diluída ao longo do segundo grau, alvo de críticas por parte de alguns educadores. A proposta do Sistema da Avaliação Progressiva para Ingresso no Ensino Superior (Sapiens) foi defendida desde 1985 pela Fundação Cesgranrio e estudada por diversos organismos, inclusive públicos. O sistema consistiria na substituição do concurso vestibular pontual (concentrado em uma só época) por uma série de provas a serem aplicadas ao longo do 2º grau (Franco, 1995: 76). Em 1986, o professor Carlos Alberto Serpa de Oliveira, da Cesgranrio, fez uma apologia do parcelamento do processo seletivo dos candidatos ao ensino superior.

“Embora muito nos orgulhemos na Fundação CESGRANRIO pelo trabalho que desenvolvemos, resultando daí o melhor concurso vestibular que hoje pode ser feito, não podemos concordar, como educadores que somos, em que um exame episódico, realizado em condições psicológicas adversas, sob um forte calor de verão, com 3 a 4 dias de prova, seja a melhor forma de avaliar 11 anos de escolaridade pregressa e predizer sucesso acadêmico na Universidade.” (Oliveira, 1987: 47).

Em palestra proferida durante o Seminário Vestibular Hoje, em 1986, o professor Ernesto W. Hamburger deu seu parecer com relação à proposta de mudança.

“Li uma proposta da Universidade de Brasília, resultado de um seminário realizado no fim do ano passado. O vestibular começaria na primeira série do 2º Grau. A Universidade iria às escolas, realizando exames no 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º semestres. O aluno seria avaliado 6

vezes, seria avaliado com perfeição. O que ele ganharia com isso, não sei. As entidades organizadoras do exame aumentariam suas atribuições, teriam mais trabalho, gastariam mais. Acho que esse dinheiro poderia ser melhor aplicado em bolsas e na melhoria do 1º e 2º Graus. A proposta também transformaria o 2º Grau em uma espécie de cursinho de 3 anos. Finalmente, a essência da seleção não seria alterada, a população estudantil escolhida seria essencialmente a mesma” (Hamburger, 1987: 159).

A proposta de avaliação progressiva foi defendida pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e colocada em prática pela UnB a partir de 1996³⁶. Diversas vantagens foram levantadas em favor deste novo processo seletivo: a mudança no ensino secundário livresco e baseado na memorização mecânica (determinado pelas características das provas do vestibular), a ênfase na avaliação qualitativa, a integração entre a educação básica e a superior, a eliminação do momento traumático da prova do vestibular. O programa funcionaria para as escolas que se credenciassem, as quais possibilitariam a seus alunos a execução, ao fim de cada uma das séries do ensino secundário, de provas relativas ao currículo regular. Tais provas, realizadas nas próprias escolas credenciadas, seriam coordenadas por professores da UnB/CESPE³⁷. Após as provas das duas primeiras séries os alunos receberiam boletins apresentando seu rendimento por blocos de disciplinas, que lhes dariam

“indicadores referentes à qualidade do ensino ministrado em sua escola, apesar de a divulgação de resultados relativos só ocorrer na última série, quando o candidato estiver concorrendo aos 50% das vagas de cada curso, para ingresso no ano seguinte”(Todorov & Martins, 1995).

³⁶ Através do PAS - Programa de Avaliação Seriada.

³⁷ Centro de Seleção e Promoção de Eventos.



Além do professor Hamburger, outros educadores têm feito ressalvas quanto à implantação deste modelo de seleção, como a professora Zaia Brandão, que alertou para o fato de que “as atuais propostas de ‘diluição de vestibular’ no segundo grau devem ser encaradas com extrema cautela” (Brandão, 1987: 165). Outro educador preocupado com o novo sistema é o professor José Goldemberg, que atribui a dificuldade de implantação “à enorme heterogeneidade das escolas secundárias brasileiras e ao risco cartorial de ‘obter’ históricos escolares de excelente qualidade em escolas de péssima qualidade”(Goldemberg, 1995: 4). Segundo Fernando D. Prado, a proposta de avaliação seriada apresenta alguns riscos:

“Nos países desenvolvidos a avaliação para ingresso no ensino superior é comumente extensiva no tempo e na diversificação de aspectos da vida dos candidatos (...) Nos países socialistas, por exemplo, o interesse e a motivação são considerados mais importantes que o desempenho na prova de admissão. Isso não significa, contudo, que a solução para o caso brasileiros seja simplesmente estender ou ‘diluir’ o vestibular por todo o 2º grau; dada a supervalorização social desse processo na vida e na cultura nacionais, seus efeitos sobre o sistema educacional poderão ser mais deletérios que benéficos”(Prado, 1990: 170).

Em 1985, uma comissão montada pelo Ministério da Educação para propor reformulações no ensino superior apresentou um relatório contendo uma análise do quadro de acesso às universidades e apresentando propostas de melhoria. No relatório, a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior tratou diversas vezes da questão do acesso ao ensino superior. Expôs, na proposta de uma nova política para a educação superior, o caráter seletivo do sistema de ensino que, através de um processo de afunilamento, vai filtrando os

estudantes desde o ensino fundamental, passando pelo primeiro e segundo graus até o momento do concurso vestibular. Segundo o relatório da Comissão, a seleção ocorrida ao longo das séries iniciais, quando as crianças e adolescentes das camadas populares deixam os estudos, torna-se ainda mais rigorosa no momento do concurso vestibular. Na transição do 2º grau para o ensino superior ocorre a diferenciação entre os jovens oriundos de famílias de baixa renda e os jovens de maior poder aquisitivo; as vagas para as escolas públicas acabam ficando com os ex-alunos dos caros colégios particulares, enquanto os demais têm que se submeter aos altos custos do ensino superior em escolas particulares, normalmente de qualidade inferior. A oferta de vagas nas instituições de ensino superior públicas atende principalmente aos interesses e necessidades dos alunos jovens, oriundos de famílias com maior poder aquisitivo. A grande oferta de vagas se dá nos cursos diurnos, que exigem dedicação em tempo integral, o que inviabiliza o estudo daqueles que trabalham durante o dia.

“Há evidências de que os que terminam o 2º grau e se dirigem imediatamente às universidades e escolas superiores já são hoje minoria. Grande parte dos atuais estudantes de nível superior são pessoas de mais de 25 anos de idade, já empregadas, e que buscam nos estudos uma possibilidade de aprimoramento e melhoria profissional. No entanto o ensino superior público está organizado somente em função da primeira clientela, deixando a maioria entregue às vicissitudes do ensino privado”(Ministério da Educação, 1985: 7).

Tal diagnóstico levou a comissão a propor a adequação das universidades públicas para o atendimento desta “nova” demanda, através da criação de novos cursos e de novos horários de funcionamento dos mesmos. “A oferta de vagas nas instituições públicas deve ser expandida na medida das possibilidades e nas áreas de maior demanda; e cursos noturnos devem ser introduzidos onde couber, para atender estudantes que têm que trabalhar durante

o dia, mas cuidando para que se preservem padrões de qualidade e competência” (Ministério da Educação, 1985: 18)³⁸.

A Constituição de 1988 previu a formulação de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual demorou 7 anos para ser aprovada pelo Senado Federal, em 12 de dezembro de 1995. O capítulo IV do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei trata da Educação Superior. O artigo 42, em seu segundo item, estabelece que os cursos de graduação estarão “abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo”. A expressão *processo seletivo* permite a adoção de outros mecanismos e critérios de seleção diferenciados do concurso vestibular convencional, como no caso do sistema de avaliação ao longo do 2º grau (três últimos anos do antigo ensino médio). Outro artigo que toca na questão do acesso ao ensino superior é o de nº 45, que no parágrafo 4º estabelece: “As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária”. Destaca-se neste artigo, além da determinação do oferecimento de cursos noturnos em instituições públicas, a ênfase na qualidade dos mesmos, compatível com a qualidade dos cursos diurnos. Tal medida beneficia diretamente os candidatos trabalhadores, que não têm condições de matrícula nos cursos diurnos. A sanção presidencial, contudo, depende da votação da Lei na Câmara dos Deputados, o que não ocorreu até junho de 1996. A morosidade do Poder Legislativo, na aprovação das leis relativas à educação³⁹, compromete seriamente o aperfeiçoamento do sistema educacional, inclusive na questão do acesso ao ensino superior.

³⁸ Em São Paulo, a Constituição estadual de 1989 estipula que as universidades estaduais paulistas mantenham, pelo menos, 33% de suas vagas no período noturno.

³⁹ Como no caso dos 15 anos que separaram a Constituição de 1946 da aprovação da LDB em 1961.



9- AS ELITES BRASILEIRAS E O ACESSO À UNIVERSIDADE

O levantamento do contexto histórico socioeducacional brasileiro revelou um quadro de marcada elitização. O acesso de jovens dos estratos inferiores da sociedade à universidade foi, ao longo dos anos, continuamente dificultado e inviabilizado. A limitação deste acesso revela o baixo grau de *capilaridade social*⁴⁰ da realidade brasileira, principalmente em se tratando da ascensão de elementos dos estratos inferiores por meio da educação. O forte processo de estratificação social ocorrido desde o período colonial privilegiou um pequeno grupo, o qual tinha acesso a todas as benesses e favores, inclusive o controle do acesso à educação de nível superior. Tal segmento da sociedade era composto principalmente pelos filhos dos grandes latifundiários, os quais dominavam a vida política e econômica do Brasil, desde o início da colonização.

Podemos afirmar que ao longo da história do Brasil a educação superior foi privilégio das elites. Por elite entende-se, em um primeiro momento, a aristocracia agrária que comandou a economia do país por décadas. Tal elite, contudo, foi se compondo ao curso dos anos por grupos não ligados diretamente ao setor agrário-exportador, mas também ocupantes do topo da pirâmide social (mineradores, grandes comerciantes, membros da burocracia estatal, burguesia industrial). A longevidade do “setor agrário” enquanto elite brasileira, parte integrante dos grupos dirigentes da vida nacional, pode ser comprovada pelo poderio da *bancada ruralista* na Câmara dos Deputados na década de 1990⁴¹. A

⁴⁰ Por capilaridade social, entende-se o grau de fluidez vertical de determinada sociedade, a possibilidade de ascensão de indivíduos dos estratos inferiores aos estratos superiores. Obviamente para que uma sociedade se caracterize por tal “capilaridade” é necessário que os canais de ascensão estejam abertos, e dentre tais canais está a educação. (Birou, 1982: 55)

⁴¹ Em 1994, uma das maiores bancadas supra-partidárias da Câmara era a ruralista com cerca de 100 deputados (Revista Veja, 1994; 29). Em abril de 1996 era ainda mais expressiva; Mônica Bérnago, em uma reportagem

capacidade de composição e convivência de grupos diversos, própria da sociedade brasileira, foi identificada por Emília Viotti da Costa:

“Assim como fazendeiros se convertem em empresários, empresários cuja fortuna originalmente se formou na indústria, reinvestiriam parte dos seus lucros em terras, ou se vinculariam por laços de família e amizade aos grupos ligados à grande propriedade. A oposição burguesia-aristocracia, setores urbanos-setores rurais, característica de outras sociedades, não se manifesta no Brasil com a mesma agudeza” (Costa, 1977: 201).

Esta aparente heterogeneidade da elite brasileira é por um lado a confirmação do fenômeno da *circulação das elites* identificado por Pareto: “por uma lei de grande importância, e que é a razão principal de muitos fatos sociais e históricos, essas aristocracias não duram, mas se renovam continuamente”⁴² (Pareto, 1984: 71). Assim sendo, a presença de elementos de outros segmentos sociais na composição da elite brasileira ao longo da história confirma o fenômeno. Contudo, a permanência da “aristocracia agrária” configura uma exceção, visto que a mesma resiste enquanto elite desde o início do século XVI até o final do século XX. Nota-se, ao longo da história do Brasil, que os grupos dirigentes da vida política, econômica e social permaneceram com um perfil muito semelhante. Tais grupos, as elites, se valeram de todos os meios para se manterem “elite”, entre eles a educação. Os mecanismos de acesso ao ensino superior foram controlados e dirigidos visando facilitar o ingresso de jovens dos estratos superiores da sociedade, o que significa dificultar o ingresso daqueles oriundos dos estratos inferiores. “Os processos de seletividade social, como se pode depreender de sua evolução histórica, são cada vez mais dissimulados e tecnicamente mais apurados de sorte que tais processos se revestem de uma

tratando da questão fundiária, destacava que: “com tanta concentração, o Brasil produziu uma oligarquia rural poderosa. Ela tem hoje uma bancada de 150 parlamentares no Congresso” (Bérgamo & Camarotti, 1996: 34).

⁴² Segundo Pareto, circulação das elites consistiria na possibilidade de mobilidade vertical dentro de uma sociedade, seria a ascensão de pessoas de outros segmentos sociais à condição de elite.

pretensa meritocracia” (Frigotto, 1984: 175). O sucesso daqueles que conseguem alcançar a universidade pública, embora camuflado de mérito acadêmico e intelectual é, na realidade, determinado socioeconomicamente.

Quando questionamos o grau de elitização da universidade pública brasileira da década de 90, especificamente no nosso caso, a Unesp em 1993, estamos nos referindo a um conceito mais amplo de elitização. Entendemos que houve um alargamento no perfil daqueles que compõem a elite. Na realidade, quando a opinião pública fala em processo de elitização da universidade, está se referindo à dificuldade de acesso das camadas populares; é uma identificação de elite por exclusão: é parte da elite todo aquele que não pertence às camadas populares. Os diversos autores que criticam a predominância da elite na universidade consideram como elite não necessariamente os filhos de fazendeiros ou empresários. Ao se afirmar que ocorre uma elitização da universidade pública, considera-se como elite também, e principalmente, os jovens oriundos de famílias de classe média. Deste ponto de vista, são parte da “elite” os filhos de profissionais liberais e de assalariados com razoável remuneração.

“A história de que as elites se perpetuam, se auto-reproduzem e não admitem novos sócios também é defeituosa. Se há um ponto em que a elite brasileira tem vantagem sobre as outras, ele está em sua permeabilidade. Na lista dos vinte brasileiros mais influentes e poderosos aparecem pessoas de origens variadas (...) Apenas um terço das pessoas que mandam no país é formada por filhos de gente poderosa. Os outros dois terços vieram de famílias de classe média ou de casas pobres” (Neto & Grinbaum, 1996: 37).

Lara Bezzon, em seu trabalho sobre a Unicamp, identifica os sintomas de elitização da universidade através de sua observação dos

estacionamentos: “A primeira pergunta que surgiu foi se a Unicamp vem se elitizando através do tempo. No final da década de 80, poucos carros andavam pela Universidade e os estacionamentos estavam sempre vazios. Hoje (7 anos depois), quase não se consegue vaga nos estacionamentos de todos os Institutos” (Bezzon, 1995:3). Se a própria posse ou uso de veículos pode ser um indício de elitização, podemos afirmar que tal elite é vista em um sentido bem amplo. Enquadrando a classe média na categoria de elite, podemos entender ou considerar a universidade pública como elitizada, já que a mesma, nos dizeres de Arthur Giannotti “é o paraíso das classes médias, o lugar por excelência de suas práticas, o terreno onde se articulam seus ideais”(Giannotti, 1987: 46).

Não obstante a elitização das universidades públicas ter se tornado um diagnóstico de consenso, a nossa posição a este respeito era discordante. A impressão que tínhamos de determinados câmpus da Unesp, levava-nos a um diagnóstico diferenciado. Assim como existem indicadores que podem sugerir a *elitização* há, em contrapartida, alguns indicadores que podem sugerir a *não-elitização*, a composição “mais popular” de determinado grupo. No nosso caso percebemos alguns destes indicadores principalmente entre os estudantes do Câmpus de Marília. O grande número de alunos que faziam uso do transporte coletivo para irem e virem até o câmpus, o empréstimo freqüente de livros junto à biblioteca⁴³, a presença constante no setor de reprografia (formando as filas para “tirar xerox”) eram alguns dos indicadores de que grande parte dos alunos daquele câmpus não pertenciam ao que se convencionou chamar de elite. Percebíamos também diferenças aparentes entre os alunos do Câmpus de Marília e os alunos do Câmpus de Araçatuba. A impressão que tínhamos era que os alunos de Araçatuba procediam de famílias com maior poder aquisitivo que os alunos de Marília. Em outras palavras, os alunos do Câmpus de Araçatuba apresentavam um perfil mais elitizado que os alunos do Câmpus de Marília, que

⁴³ O que indica a falta de um acervo bibliográfico pessoal.



revelavam um perfil mais popular. A confirmação ou negação da elitização da Unesp, e mais especificamente destes dois câmpus mencionados, necessitaria de uma pesquisa mais detalhada, o que levou-nos a analisar os questionários socioeconômicos do vestibular de 1993.

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

SOCIOECONÔMICOS

VUNESP 1993



I-INTRODUÇÃO

2ª PARTE

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS**SOCIOECONÔMICOS****VUNESP 1993**

1- INTRODUÇÃO

Ao longo da história do Brasil, o ensino superior esteve voltado à classe dominante e, somente a partir do primeiro quartel do século XX, ocorre a possibilidade mais concreta de jovens oriundos de outros segmentos sociais cursarem uma faculdade/universidade, valendo-se do subsídio governamental (desde que tivessem concluído os estudos secundários e fossem aprovados nos exames vestibulares). A elitização do ensino superior, patente no período colonial, imperial e nas primeiras décadas da república, torna-se com o passar dos anos mais velada, porém ainda presente: a obrigatoriedade do pagamento pelos estudos excluía os candidatos das camadas populares, mesmo que tivessem condições de aprovação no vestibular. A luta pela gratuidade do ensino superior nas instituições oficiais interessava, mesmo que indiretamente, a tais camadas uma vez que, pelo menos em tese, haveria a possibilidade da continuidade dos estudos após a conclusão do curso secundário. Contudo, a gratuidade alcançada foi sendo, e hoje é, questionada por diversos setores da sociedade e por alguns educadores e políticos, por entenderem que a mesma estaria beneficiando, principalmente, os candidatos das classes mais abastadas, os quais, devido ao preparo especializado para o vestibular, estariam preenchendo as vagas oferecidas gratuitamente pelas instituições públicas de ensino superior. Estaria aí o paradoxo: aqueles que teriam condições financeiras de arcar com os custos de uma faculdade particular estariam fazendo seus cursos de graça, enquanto aqueles que não teriam condições financeiras para tal estariam sendo alijados deste ensino gratuito por ocasião do concurso vestibular.

Tal elitização das universidades públicas pode ser confirmada ou questionada através da observação e análise dos candidatos inscritos e matriculados em seus concursos vestibulares. No caso da Unesp, coletamos as informações nos questionários socioeconômicos preenchidos pelos candidatos



quando da inscrição para o vestibular. O preenchimento dos questionários socioeconômicos da Vunesp é realizado no momento da inscrição dos candidatos a uma das vagas nos diversos cursos da Unesp. As perguntas tratam de diversos aspectos da vida do candidato⁴⁴ e para efeito da pesquisa selecionamos aquelas informações que nos permitiriam obter os traços mais marcantes do perfil socioeconômico dos inscritos e dos matriculados. A inscrição deu-se no segundo semestre de 1992 quando, além do preenchimento do questionário, os candidatos tiveram que pagar uma taxa de Cr\$ 130.000,00 a título de inscrição e outra de Cr\$ 20.000,00 para a aquisição do Manual do Candidato. Procuraremos identificar o perfil destes candidatos/alunos, enfatizando o aspecto socioeconômico: sua idade, sexo, a renda familiar e a sua escolaridade pregressa⁴⁵. Em um primeiro momento, faremos um apanhado geral, tendo como base os inscritos para o vestibular de 1993 e os matriculados naquele mesmo ano.

Pelos dados, podemos supor que o desempenho feminino foi superior ao masculino, uma vez que a porcentagem de mulheres aumentou em 1% na matrícula, enquanto que a dos homens caiu 1%.⁴⁷ Devido ao grande número de candidatos que prestam os concursos tanto para Unesp quanto para Unicamp/Fovest é de se supor que os homens tenham preferência em cursar a USP ou Unicamp, quando aprovados nos três concursos. Supomos também que, por alguma razão, possivelmente a localização das faculdades fora da Capital⁴⁸, tenha ocorrido a preferência das moças do interior pela Unesp.

⁴⁴ Modelo do questionário no Anexo 1 e dados gerais de inscritos e matriculados no Anexo 2.

⁴⁵ Muito embora os dados que possibilitam o levantamento do Capital Cultural dos inscritos e dos matriculados (principalmente o nível de escolaridade dos pais) sejam de extrema importância optamos por não incluí-los em nossa pesquisa, focalizando o aspecto renda familiar. Tal opção deve-se principalmente à estreita vinculação observada ao longo da história do Brasil entre o poderio econômico das famílias e a possibilidade de acesso ao ensino superior.

2- ANÁLISE DOS DADOS GERAIS- VUNESP - 1993

B- Dados Relativos À Faixa Etária

A- Dados Relativos Ao Sexo

Quanto ao sexo, observamos que há um número maior de mulheres que de homens, tanto na inscrição para o vestibular quanto na matrícula efetiva para os cursos.⁴⁶

IDADE	INSC. %	MAT. %
VUNESP - GERAL - 1993 - SEXO		
SEXO	INSC. %	MAT. %
MASCULINO	44	43
FEMININO	55	56
NÃO RESPONDEU	1	1
TOTAIS	100	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR - VUNESP- 1993

Pelos dados, podemos supor que o desempenho feminino foi superior ao masculino, uma vez que a porcentagem de mulheres aumentou em 1% na matrícula, enquanto que a dos homens caiu 1%.⁴⁷ Devido ao grande número de candidatos que prestam os concursos tanto para Unesp quanto para Unicamp/Fuvest é de se supor que os homens tenham preferência em cursar a Usp ou Unicamp, quando aprovados nos três concursos. Supomos também que, por alguma razão, possivelmente a localização das faculdades fora da Capital⁴⁸, tenha ocorrido a preferência das moças do Interior pela Unesp.

⁴⁶ Pela observação dos dados relativos ao vestibular/96 percebemos uma tendência de aumento da participação feminina pois na Vunesp as mulheres foram maioria tanto na inscrição quanto na matrícula, aumentando de 55 para 58 e de 56 para 57 os percentuais de inscritas e de matriculadas.

⁴⁷ Pelos dados preliminares da Vunesp/96 a situação foi inversa com a queda de 1% da participação feminina entre a inscrição e a matrícula.

⁴⁸ A Unesp é uma universidade descentralizada em termos de câmpus. As faculdades que compõem a universidade estão localizadas em diversas cidades de pequeno e médio porte do Interior de São Paulo. Desta forma os câmpus estão próximos às famílias das estudantes, em contraste com as universidades localizadas na capital, que exigem a adaptação de seus alunos às dificuldades da vida em um grande centro urbano.



B- Dados Relativos À Faixa Etária

Em termos de faixa etária, podemos afirmar que tanto os inscritos nos vestibulares da Unesp, como os matriculados em seus cursos, são jovens com idade inferior a 22 anos.

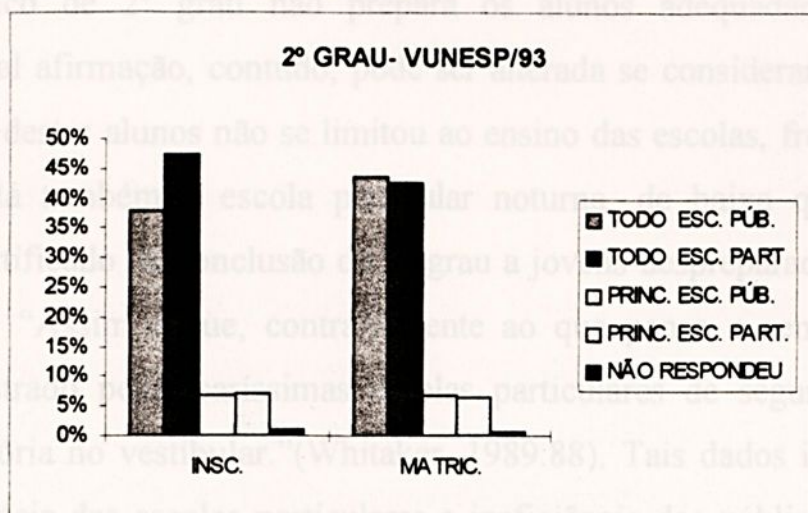
VUNESP - GERAL - 1993 - FAIXA ETÁRIA

IDADE	INSC. %	MAT. %
18 ANOS OU MENOS	55	51
19 A 22 ANOS	36	37
23 A 25 ANOS	4	5
ACIMA DE 25 ANOS	4	6
NÃO RESPONDEU	1	1
TOTAL	100	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR - VUNESP- 1993

As tabelas relativas à faixa etária deixam transparecer um aspecto interessante. A porcentagem de inscritos com idade inferior a 18 anos caiu de 55% para 50% com a matrícula, enquanto que os candidatos com idade superior a 23 anos subiram de 8% para 11% na relação inscritos/matriculados. Algumas hipóteses se apresentam para o entendimento do fenômeno. A primeira é a inscrição de jovens que cursam o 1º ou 2º ano do segundo grau, os chamados *treineiros*. A segunda hipótese é o tempo gasto com a preparação e cursinhos nos anos que se seguem à conclusão do segundo grau. A terceira hipótese é a preferência dos candidatos mais velhos, que trabalham e sustentam a família, por cursos com demanda regional, como os oferecidos pela Unesp; nestes casos, a proximidade entre o local de residência e trabalho com o local de estudo é determinante para a escolha do curso. Há ainda a possibilidade de combinação entre essas hipóteses.

C- Dados Relativos À Origem Escolar



FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR - VUNESP- 1993

A maior parte dos inscritos no vestibular da Unesp em 1993 tinha cursado o 2º grau em escola particular. No gráfico notamos uma variação nas colunas quando comparados o percentual de inscritos com o de matriculados; é perceptível que, embora a porcentagem de oriundos de colégios particulares seja maior na inscrição, na matrícula o maior percentual é o de ex-alunos de colégios públicos.

VUNESP - GERAL - 1993 - ORIGEM ESCOLAR

2º GRAU	INSC.%	MAT.%
TODO ESC. PÚBL.	38	43
TODO ESC. PART.	47	43
PRINC. ESC. PÚBL.	7	7
PRINC. ESC. PART.	7	6
NÃO RESPONDEU	1	1
TOTAL	100	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR - VUNESP- 1993

Percebemos que o percentual de ex-alunos de escolas públicas aumentou de 45% (38 + 7) para 50%, enquanto que o de ex-alunos de

estabelecimentos particulares caiu de 54% (47 + 7) para 49%. O melhor aproveitamento dos ex-alunos da rede pública altera um pouco a visão de que o ensino público de 2º grau não prepara os alunos adequadamente para o vestibular. Tal afirmação, contudo, pode ser alterada se considerarmos que uma grande parte destes alunos não se limitou ao ensino das escolas, freqüentando os *cursinhos*. Há também a escola particular noturna, de baixa qualidade, que confere o certificado de conclusão do 2º grau a jovens despreparados em termos de conteúdo. “Assim é que, contrariamente ao que pensa o senso comum, o ensino ministrado pelas caríssimas escolas particulares de segundo grau não garante a vitória no vestibular.”(Whitaker, 1989:88). Tais dados indicam que a pretensa eficácia das escolas particulares e ineficiência das públicas mereça ser reavaliada, no que se refere ao ingresso na Unesp.

D- Dados Relativos À Frequência A Cursinhos

VUNESP - GERAL - 1993 - FREQUÊNCIA A CURSINHO

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC. %	MAT. %
NÃO	47	46
SIM	52	53
NÃO RESPONDEU	1	1
TOTAL	100	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR - VUNESP- 1993

Pelos dados acima podemos afirmar que a frequência aos cursinhos contribuiu, mas não foi fator determinante na alteração da relação inscritos/matriculados. Notamos que a alteração entre os inscritos e matriculados foi de apenas um ponto percentual em favor daqueles que haviam freqüentado um cursinho o que, em uma primeira análise, lança dúvidas sobre a eficácia

destes estudos suplementares, pelo menos em se tratando do ingresso na Unesp em 1993.

E - Dados Relativos À Renda Familiar

A definição e classificação das classes sociais com base na renda familiar é pouco precisa e não consensual. Para efeito de análise, consideraremos como “camadas populares” (E) as famílias com renda até 5 salários mínimos; classe média baixa (D), as famílias com renda entre 5 e 10 mínimos; média (C), as famílias com renda entre 10 e 20 mínimos ; média alta (B), as famílias com renda entre 20 e 30 mínimos, e alta (A) as famílias com renda acima de 30 mínimos.

VUNESP - GERAL - 1993 - RENDA FAMILIAR

RENDA FAMILIAR	INSC.%	MAT.%
ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	4	6
DE 2 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	15	20
DE 5 A 10 SAL. MÍNIMOS	28	30
DE 10 A 15 SAL. MÍNIMOS.	18	17
DE 15 A 20 SAL. MÍNIMOS	14	11
DE 20 A 25 SAL. MÍNIMOS	7	6
DE 25 A 30 SAL. MÍNIMOS	5	4
ACIMA DE 30 SAL. MÍNIMOS	7	5
NÃO RESPONDEU	2	1
TOTAL	100	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR - VUNESP- 1993

Os dados relativos aos inscritos seguem o quadro geral da sociedade brasileira, principalmente do sudeste, indicando uma significativa parcela no



setor médio -entre 10 e 30 salários mínimos (44 %), e o maior grupo com renda inferior a 10 salários mínimos (47 %). Observação importante deve ser feita na transição da inscrição para a matrícula, via vestibular, a fim de se identificar se realmente ocorre uma seleção dos mais ricos em detrimento das camadas populares. Ao contrário do que se tornou senso comum, a porcentagem de matriculados com renda inferior a 10 salários mínimos - população de baixa renda e a classe média baixa (56%), é maior que a porcentagem dos matriculados com renda superior a 10 salários mínimos (44%), estando aí incluídos jovens da classe média e classe alta. Além disso, a porcentagem de inscritos /matriculados com renda inferior a 10 salários cresceu consideravelmente (até 5 salários aumentou de 19% para 26%; entre 5 e 10 salários aumentou de 28% para 30%). Por outro lado, a porcentagem dos inscritos/matriculados com renda superior diminuiu em todas as faixas. Segundo os dados do vestibular de 1993, há uma indicação de que o índice de matrículas decresceu, proporcionalmente, à medida que aumentava a renda dos candidatos inscritos. Tais dados não confirmam a tese de que o vestibular acentua a elitização do processo de escolarização do Brasil, muito embora o processo de marginalização das camadas populares em relação à escola venha ocorrendo desde o ensino fundamental, se afunilando até o momento do concurso vestibular. Desta forma pode-se afirmar que, no caso da Unesp, dentre os candidatos inscritos no concurso vestibular, não há necessariamente uma supremacia daqueles com melhores condições financeiras, da passagem pelo vestibular até a efetivação da matrícula.

	33	67	31
RESP	60	32	67
NÃO RESP	1	1	1
TOTAL	100	100	100

DESTE RELATÓRIO VESTIBULAR - UNESP-1993

Dentre os cursos da Unesp, aqueles da área de humanidades têm

seus vagas preenchidas predominantemente por mulheres, para cada homem

matriculado em um curso de humanidades há mais que duas mulheres

3 - COMPARAÇÃO ENTRE OS MATRICULADOS POR ÁREAS - VUNESP 1993

As análises feitas anteriormente tiveram como base os dados gerais. Contudo, uma observação mais específica, área a área, pode ser útil no levantamento do perfil do aluno da Unesp. A demanda pelos diversos cursos dentro das três áreas (biológicas, exatas e humanas) é bastante heterogênea, havendo grandes variações na relação candidatos/vaga.

A - Matriculados - Sexo

A caracterização de um curso como mais masculino ou mais feminino transcende o conceito puramente biológico de sexo. Segundo Whitaker, tal diferenciação é mais uma questão de gênero que de sexo. A autora esclarece remetendo-se à definição de Nicholson, que gênero é o conceito que encobre a masculinidade e a feminilidade, sendo tais idéias construídas culturalmente. (Whitaker, 1989:3).

MATRÍCULAS POR ÁREAS - VUNESP- 1993- SEXO

SEXO	BIOL.%	EXAT.%	HUMAN. %
MASC.	39	67	31
FEMIN.	60	32	67
NÃO RESP.	1	1	1
TOTAL	100	100	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR - VUNESP- 1993

Dentre os cursos da Unesp, aqueles da área de humanas têm suas vagas preenchidas predominantemente por mulheres, para cada homem matriculado em um curso de humanas há mais que duas mulheres



matriculadas (68% contra 31%). Os cursos de biológicas também têm mais alunas que alunos (60% e 39% respectivamente), enquanto os cursos de exatas têm um maior contingente masculino (67% a 32%). Em exatas, a situação verificada em humanidades se inverte, havendo uma proporção maior que dois homens para cada mulher matriculada. Tal quadro se deve, provavelmente, ao grande número de cursos de Engenharia, nos quais a presença feminina ainda é rara.

B- Matriculados - Faixa Etária

“...o vestibular reproduz alguns preconceitos sexistas da ‘nova’ sociedade industrial, preparando a Divisão Sexual do Trabalho que ocorre dentro da universidade. Seguindo os caminhos que já lhe estão reservados, os rapazes procuram preferencialmente a área das exatas, que corresponde ao padrão de racionalidade suposto como masculino.”(Whitaker, 1989:87)

Outra hipótese para o predomínio masculino nos cursos de exatas é a forte presença da matemática que, por razões culturais, afugenta as jovens. Os próprios cursos técnicos de 2º grau na área de exatas (Eletrônica, Mecânica) são cursados principalmente por rapazes.

Em pesquisa feita sobre as carreiras universitárias da segunda metade da década de 70, Sérgio Costa Ribeiro identificou três grupos distintos: o primeiro grupo composto pelas carreiras recém oferecidas nas universidades (Arquivologia, Biblioteconomia), o segundo grupo composto por carreiras que levam ao magistério de 2º grau (Ciências Contábeis, Licenciaturas) e o terceiro grupo composto pelas “profissões liberais” (Medicina, Engenharia). A pesquisa revelou uma importante característica destes três grupos com relação à distribuição dos candidatos por sexo: “No primeiro grupo, observamos uma predominância extremamente forte de candidatos do sexo feminino; no segundo, há uma distribuição aproximadamente equivalente entre os sexos, enquanto o terceiro grupo é marcadamente masculino” (Ribeiro, 1987: 33). Confrontando os

resultados da pesquisa feita no final da década de 70 e os resultados obtidos de nossa pesquisa observamos uma alteração importante principalmente com relação ao terceiro grupo, onde ocorreu um aumento expressivo da participação feminina principalmente em razão da grande presença de moças nos cursos de Medicina, Odontologia e demais da área de ciências biológicas.

B- Matriculados - Faixa Etária

MATRÍCULAS POR ÁREAS - VUNESP - 1993- FAIXA ETÁRIA

IDADE	BIOL.%	EXAT.%	HUMAN. %
18 ANOS OU MENOS	57	57	43
19 A 22 ANOS	38	34	38
23 A 25 ANOS	3	4	8
ACIMA DE 25 ANOS	1	4	10
NÃO RESP.	1	1	1
TOTAL	100	100	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR - VUNESP - 1993

Os matriculados mais jovens concentram-se nos cursos de biológicas e exatas (57% em ambos) e são, via de regra, recém saídos do 2º grau, optando pelas “carreiras de prestígio” - os cursos mais concorridos, com maior índice de candidatos/vaga. Os cursos de humanidades têm a peculiaridade de ter 18% de seus matriculados com idade superior a 23 anos, o que indica ser a área que atrai e recebe os candidatos mais amadurecidos e, possivelmente com escolarização anterior mais tardia. Um dos fatores que contribuem para a grande demanda de pessoas com mais idade pelos cursos de humanidades deve-se ao período noturno, em que muitos destes cursos são oferecidos; como os candidatos mais

velhos normalmente têm que trabalhar para sustentar ou cooperar ativamente no sustento da família, o horário mais viável para os estudos é a noite⁴⁹.

C - Matriculados - Origem Escolar

MATRÍCULAS POR ÁREAS - VUNESP - 1993- ORIGEM ESCOLAR

2º GRAU	BIOL.%	EXAT.%	HUMAN. %
TODO ESC.PÚBL.	28	40	56
TODO ESC. PART.	58	47	30
MAIOR PART. ESC. PÚBL.	6	5	8
MAIOR PART. ESC. PART.	7	7	6
NÃO RESP.	1	1	1
TOTAL	100	100	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR - VUNESP- 1993

A comparação entre os dados das três áreas revela aspectos importantes. A grande maioria dos matriculados em biológicas fez o 2º grau em escolas particulares, mesmo que parcialmente (65%). Tal situação explica-se pelo “preparo específico para o vestibular” oferecido por várias escolas particulares, as quais, em muitos casos, montam turmas exclusivas para os candidatos aos cursos de biológicas. Normalmente a relação candidatos/vaga nestes cursos é a maior dentre os demais⁵⁰. Quanto ao predomínio de alunos oriundos de escolas particulares em detrimento dos ex-alunos de

⁴⁹ Em 1993 foram oferecidos pela Unesp um total de 115 cursos dentre os quais 31 à noite, o que representava somente 26,9% do total. Destes, 22 (ou 71%) eram da área de ciências humanas.

⁵⁰ As relações candidatos/vaga para os cursos de ciências biológicas são, em média, muito superiores às demais. Para os três cursos mais concorridos de biológicas tínhamos as seguintes relações: Medicina (Botucatu) - 94,9%, Medicina Veterinária (Botucatu) - 38,9% e Odontologia (São José dos Campos) - 36,3%. Embora para o curso de Ciências da Computação, da área de exatas e de Direito, da área de humanas, as relações candidatos/vaga tenham ficado na casa dos 30 pontos percentuais, a média nos demais cursos nessas áreas é bem inferior às médias dos cursos de biológicas.

estabelecimentos públicos, Souza & Okada em sua pesquisa afirmam: "Aqueles cursos para os quais há maior concorrência exigem antecedentes escolares que dificilmente estão ao alcance desta população estudantil." (Castro e Souza & Okada, 1992: 99).

Os matriculados em exatas apresentam um certo equilíbrio quanto a procedência escolar (pública ou particular, 45% e 54 % respectivamente), com vantagem para os ex-alunos de escolas particulares. Os cursos de humanidades apresentam um quadro totalmente diferente dos cursos de biológicas. O oposto ocorre, uma vez que a maioria de seus matriculados cursaram o 2º grau em escolas públicas (64%). Neste aspecto, devem-se levar em consideração os programas adotados pelas escolas públicas (principalmente estaduais), que dão grande ênfase na formação do cidadão: crítico e consciente. Tal ênfase pode não somente direcionar tais jovens para os cursos de humanidades como fornece um preparo mais adequado às matérias específicas da área. "Fazer o segundo grau na escola pública parece afetar positivamente o desempenho dos candidatos ao curso de ciências sociais." (Whitaker, 1989: 13). Importante também, na análise desta questão, é o fato dos cursos de humanidades apresentarem uma clientela regionalizada e uma menor demanda que os demais cursos, principalmente de biológicas. Tal tendência, associada ao fato de muitos cursos de humanidades funcionarem no período noturno, possibilitam o ingresso de jovens que não cursaram uma escola particular.

Muitos associam a existência dos cursinhos ao tipo de provas adotadas nos vestibulares. Há aqueles que criticam as provas de múltipla escolha (as chamadas provas de cruzinhas) e aqueles que as defendem. A professora Maria Celia Falcon resumiu de forma clara a divergência existente, ao afirmar que,

D - Matriculados - Frequência A Cursinho

MATRÍCULAS POR ÁREAS - VUNESP - 1993- FREQUÊNCIA A CURSINHO

FREQ.A CURSINHO	BIOL.%	EXAT.%	HUMAN.%
NÃO	34	39	57
SIM	65	60	42
NÃO RESP.	1	1	1
TOTAL	100	100	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR - VUNESP- 1993

A frequência a cursinhos segue a proporção observada nos gráficos quanto à escolaridade no 2º grau. Quanto maior o número de ex-alunos de escolas particulares, maior o número de “ex-alunos” de cursinho.

“Não podemos esquecer ainda o papel desempenhado pelos ‘cursinhos’, que funcionam como elo complementar na formação daqueles que aspiram a uma vaga em escolas e/ou cursos para os quais há maior concorrência. Esses cursinhos são pagos, exigem, em geral, período integral e, portanto, são inacessíveis aos estratos socioeconômicos mais baixos.”(Castro e Souza & Okada, 1992: 100)

Desta forma, a maior porcentagem se encontra na área de biológicas (65%) enquanto que a menor na área de humanidades (42%). Os dados atestam que os matriculados em exatas também tiveram um alto índice de frequência a cursinhos (60%), o que indica uma maior necessidade de preparo por parte dos candidatos desta área para obtenção da vaga.

Muitos associam a existência dos cursinhos ao tipo de provas adotadas nos vestibulares. Há aqueles que criticam as provas de múltipla escolha (as chamadas provas de cruzinhas) e aqueles que as defendem. A professora Maria Célia Falcon resumiu de forma clara a divergência existente, ao afirmar que,

“produziu-se uma retórica de ódio às ‘cruzinhas’ do vestibular. Generalizou-se a crença em que as ‘cruzinhas’ são responsáveis por tudo. Na verdade, esse ódio às cruzinhas me constrange. É claro que não sou favorável à cruzinha nem à múltipla escolha. Mas, dizer que ela é responsável por tudo, não é não. Até porque - tenho experiência de 5 anos de trabalho nesse assunto - os resultados serão diferentes, por mais que se capriche no padrão, que se discuta com todo mundo. Pensar que a discursiva vai solucionar a questão, não vai não. Pode melhorar, mas não resolve. Sabemos que nossos alunos, cada vez mais, escrevem menos e escrevem mal” (Falcon, 1987: 209).

A possibilidade do acaso na resolução das questões de múltipla escolha dos concursos vestibulares definir o ingresso de um candidato não habilitado pode ser contestada. Podemos afirmar que, nos testes, três possibilidades se apresentam: 1ª - quem sabe pouco, responde pouco e “chuta” muito; 2ª - quem sabe medianamente, acerta medianamente e “chuta” medianamente; 3ª - quem sabe muito, acerta muito e só “chuta” o que não sabe, isto é, “chuta” pouco. Desta forma, a classificação (e o concurso vestibular é classificatório) corresponderia ao nível de conhecimento dos alunos. O fato de o “chute” ser um recurso de última instância, utilizado somente quando o vestibulando efetivamente não sabe a resposta correta da questão, eliminaria a hipótese de que haveria candidatos aprovados nos concursos vestibulares por obra do acaso, por sorte, principalmente para os cursos mais concorridos.

“Sofismas como a questão do ‘macaco’ que também seria aprovado somente fazem efeito junto aos que desconhecem o real funcionamento da múltipla escolha. O macaco acerta 20%, mas são necessários 30% de acertos. logo, o macaco não passa” (Falcon, 1987: 211).

A relação *freqüência a cursinho x dificuldade do curso pretendido (relação candidatos/vaga)* é preponderante, visto que os cursos mais concorridos se encontram, em sua maioria, em biológicas e exatas. Dulce Whitaker defende a hipótese de que o trabalho executado pelos *cursinhos* “influencia mais os resultados de vestibulares para biológicas e exatas, uma vez que os cursinhos não dão tanto importância a disciplinas humanas.” (Whitaker, 1989: 23). Divergindo desta opinião o professor Fernando Prado afirma ter conhecimento de diversos professores de cursinho das disciplinas de humanidades que fazem comentários e análises das questões de vestibular de suas disciplinas com profundidade e competência. Também percebe que os candidatos aos cursos da ECA- USP, Direito e Arquitetura (todos de humanidades) são muito bem “tratados” pelos cursinhos. Reforça a sua tese mencionando a importância de Língua Portuguesa nos vestibulares e a atenção dada a esta matéria (também da área de humanidades) nos cursinhos, os quais reconhecem que há a necessidade de um bom desempenho em todas as disciplinas para a aprovação no vestibular (Prado, 1996).

Os matriculados em humanidades, mesmo tendo cursado, em sua maioria, o 2º grau em escolas públicas (de qualidade questionável, segundo grande parte dos educadores) não se sentiram tão impelidos quanto os demais a freqüentar um cursinho. “Mais do que preparar para o vestibular o ‘efeito cursinho’ revela a estratificação dos diferentes cursos dentro da Universidade.” (Whitaker, 1989: 91).

A parcela de matriculados em biológicas com renda inferior a 2 salários é a menor (somente 3%), o mesmo ocorrendo com os matriculados com renda familiar entre 2 e 5 mínimos (12%); tal quadro caracteriza os cursos de biológicas como os mais “elitizados” da Unesp. Os matriculados nos cursos de exatas vêm de famílias com renda entre 5 e 20 salários mínimos (63%), enquanto há uma porcentagem significativa de matriculados cujas famílias têm renda

E - Matriculados - Renda Familiar

Os cursos cujos matriculados procedem de famílias com maior poder aquisitivo são os da área biológica - 22% com renda superior a 20 salários mínimos e 32% entre 10 e 20 salários mínimos. Segundo Whitaker, o bom desempenho dos inscritos oriundos de famílias de classe média se deve ao fato de que os "filhos de famílias muito ricas podem pagar estudos e, conseqüentemente, são os filhos de famílias dos estratos médios que lutam com mais garra pelas vagas da universidade pública"(Whitaker, 1989: 49).

MATRÍCULAS POR ÁREAS - VUNESP - 1993- RENDA FAMILIAR

RENDA FAMILIAR	BIOL.%	EXAT.%	HUMAN. %
ATÉ 2 SAL. MÍN.	3	5	8
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	12	17	26
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	29	33	31
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	19	18	15
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	14	12	9
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	8	6	4
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	6	4	3
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	8	4	3
NÃO RESPOND.	2	1	1
TOTAL	100	100	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR - VUNESP- 1993

A parcela de matriculados em biológicas com renda inferior a 2 salários é a menor (somente 3%), o mesmo ocorrendo com os matriculados com renda familiar entre 2 e 5 mínimos (12%); tal quadro caracteriza os cursos de biológicas como os mais "elitizados" da Unesp. Os matriculados nos cursos de exatas vêm de famílias com renda entre 5 e 20 salários mínimos (63%), enquanto há uma porcentagem significativa de matriculados cujas famílias têm renda



inferior a 5 salários mínimos (22%). Os cursos de humanidades são os que apresentam maior porcentagem de matriculados das classes mais baixas na Unesp. Mais que um terço dos matriculados vem de famílias com renda inferior a 5 salários mínimos (34%) e outra parcela significativa (31%) vem de famílias com renda entre 5 e 10 salários mínimos. Tais dados indicam que os cursos de humanidades são os mais “populares” da universidade. Tal também foi a constatação de Castro e Souza & Okada ao pesquisarem os matriculados na Unesp de Marília (preponderantemente da área de humanidades): “Investigando o nível socioeconômico dos alunos, obtivemos resultados que mostram que a maior parcela deles é oriunda das camadas socioeconômicas inferiores.” (Castro e Souza & Okada, 1992: 99). Consideramos de extrema relevância a ocorrência da maior porcentagem de matriculados, em todas as áreas, na faixa de renda entre 5 e 10 salários mínimos (29% em biológicas, 33% em exatas e 31% em humanidades). Tal dado é muito significativo por indicar que na Unesp, mesmo na área mais “elitizada” (biológicas), é marcante a presença de matriculados com modestas rendas familiares.

sexo feminino deu-se tanto na inscrição quanto na matrícula. Conforme o observado na análise por áreas, algumas profissões estão passando por modificações em seu “perfil sexual”. Em Odontologia e Medicina Veterinária têm aumentado a participação feminina, talvez devido à clínica infantil (odontopediatria) e ao tratamento de pequenos animais domésticos, respectivamente.

INSCRITOS E MATRICULADOS- SEXO- MED. VETERIN.- ARACATUBA -UNESP/91

SEXO	INSC. %	MATR. %
MASC.	51	43
FEMIN.	48	57
NÃO RESP.	1	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUINTEANÁRIO EXCELENTÍSSIMO - UNESP/1991

4- COMPARAÇÃO ENTRE O PERFIL DOS INSCRITOS E DOS MATRICULADOS PELA VUNESP/93 PARA OS CURSOS DE ARAÇATUBA E MARÍLIA

A- Comparação Dos Dados Relativos Ao Sexo

Em Araçatuba funcionam dois cursos da Unesp da área de ciências biológicas: Medicina Veterinária e Odontologia. No concurso vestibular de 1993 houve uma maior demanda de inscritos do sexo masculino que do sexo feminino para o curso de Medicina Veterinária (51% contra 48%). Na matrícula, contudo, houve uma inversão com a maior porcentagem de matrículas do sexo feminino (57% contra 43%). O maior número de matrículas de mulheres em Medicina Veterinária confirmou a tendência que se apresenta na análise do quadro geral dos cursos da área de ciência biológicas. No curso de Odontologia a predominância do sexo feminino deu-se tanto na inscrição quanto na matrícula. Conforme o observado na análise por áreas, algumas profissões estão passando por modificações em seu "perfil sexual". Em Odontologia e Medicina Veterinária têm aumentado a participação feminina, talvez devido à clínica infantil (odontopediatria) e ao tratamento de pequenos animais domésticos, respectivamente.

INSCRITOS E MATRICULADOS- SEXO- MED. VETERIN.- ARAÇATUBA -VUNESP/93

SEXO	INSC.%	MATR.%
MASC.	51	43
FEMIN.	48	57
NÃO RESP.	1	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- SEXO- ODONTOLOGIA- ARAÇATUBA -VUNESP/93

SEXO	INSC.%	MATR.%
MASC.	33	34
FEMIN.	66	65
NÃO RESP.	1	1
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

Em Marília funcionou, em 1993, um curso da área de ciências biológicas (Fonoaudiologia) e quatro da área de humanidades (Biblioteconomia, Filosofia, Pedagogia e Ciências Sociais)⁵¹. O curso de Fonoaudiologia apresentou o mesmo tipo de demanda da maioria dos cursos da área, com a predominância de mulheres tanto na inscrição quanto na matrícula, situação que se repetiu para o curso de Biblioteconomia.

INSCRITOS E MATRICULADOS- SEXO- FONOAUDIOLOGIA- MARÍLIA- VUNESP/93

SEXO	INSC.%	MATRIC.%
MASC.	4	0
FEMIN.	94	100
NÃO RESP.	2	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- SEXO-BIBLIOTECONOMIA- MARÍLIA- VUNESP/93

SEXO	INSC.%	MATRIC.%
MASC.	24	20
FEMIN.	76	80
NÃO RESP.	0	0
TOTAL	100	100

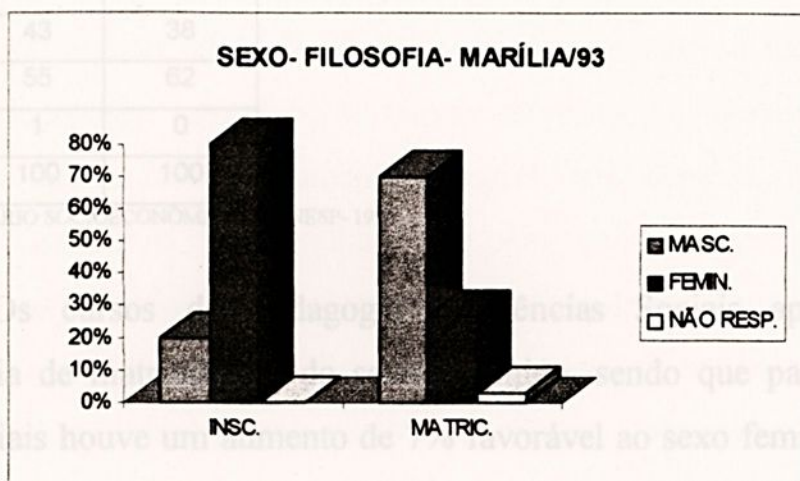
FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

⁵¹ Os cursos pesquisados do câmpus de Marília funcionam em período integral (Fonoaudiologia), matutino (Biblioteconomia, Ciências Sociais e Pedagogia) e noturno (Filosofia, Ciências Sociais e Pedagogia). Os cursos do câmpus de Araçatuba, Odontologia e Medicina Veterinária, funcionam todos em período integral. Para efetuar os cálculos relativos ao perfil dos alunos dos cursos que funcionam em dois turnos com turmas diferentes (Pedagogia e Ciências Sociais) somamos os dados dos inscritos e dos matriculados dos cursos matutinos com os dados dos inscritos e matriculados dos cursos noturnos e obtivemos os dados dos cursos, independentemente do turno.

INSCRITOS E MATRICULADOS- SEXO- FILOSOFIA- MARÍLIA- VUNESP/93

SEXO	INSC.%	MATRIC.%
MASC.	20	70
FEMIN.	80	27
NÃO RESP.	0	3
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993



FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

A maior alteração ocorrida com relação aos cursos de Marília deu-se com o curso de Filosofia. Na inscrição a demanda seguia a tendência dos cursos de humanidades, com a predominância de inscritos do sexo feminino (80%); contudo, na matrícula a porcentagem de matriculados do sexo masculino supera, por larga margem, os matriculados do sexo feminino (70% contra 27%). A grande inversão ocorrida é inquietante por indicar a hipótese de uma maior aptidão dos homens para Filosofia, apesar do maior interesse feminino (revelado na inscrição). Tal questão merece uma pesquisa mais detalhada e específica para que se possa compreender as razões do sucesso masculino e do insucesso feminino.

INSCRITOS E MATRICULADOS- SEXO- PEDAGOGIA- MARÍLIA- VUNESP/93

SEXO	INSC.%	MATRIC.%
MASC.	7	3
FEMIN.	91	94
NÃO RESP.	2	3
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO- VUNESP/93

INSCRITOS E MATRICULADOS- SEXO- CIÊNCIAS SOCIAIS- MARÍLIA- VUNESP/93

SEXO	INSC.%	MATRIC.%
MASC.	43	38
FEMIN.	55	62
NÃO RESP.	1	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

Os cursos de Pedagogia e Ciências Sociais apresentaram a predominância de matriculados do sexo feminino, sendo que para o curso de Ciências Sociais houve um aumento de 7% favorável ao sexo feminino (de 55% na inscrição para 62% na matrícula).

B- Comparação Dos Dados Relativos À Faixa Etária**INSCRITOS E MATRICULADOS- FAIXA ETÁRIA- MED. VET.- ARAÇATUBA- VUNESP/93**

IDADE	INSC.%	MATRIC.%
18 ANOS OU MENOS	49	60
19 A 22 ANOS	44	40
23 A 25 ANOS	4	0
ACIMA DE 25 ANOS	3	0
NÃO RESP.	1	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- FAIXA ETÁRIA - ODONTOLOGIA- ARAÇATUBA- VUNESP/93

IDADE	INSC.%	MATRIC.%
18 ANOS OU MENOS	60	56
19 A 22 ANOS	35	40
23 A 25 ANOS	3	3
ACIMA DE 25 ANOS	1	0
NÃO RESP.	1	1
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993.

Houve uma predominância de inscritos e matriculados jovens para os cursos da Unesp em Araçatuba. O fato de serem os dois cursos diurnos, com exigência de dedicação praticamente integral aos estudos, inviabilizou a matrícula de candidatos mais velhos, que têm, provavelmente, empregos e famílias sob seus cuidados. A porcentagem de matriculados com idade entre 19 e 22 anos cresceu , para o curso de Odontologia entre a inscrição e a matrícula (de 35% para 40%), contudo, para o curso de Medicina Veterinária, o crescimento se deu na faixa dos jovens de no máximo 18 anos (de 49% para 60%). A alta relação candidatos/vaga do curso de Odontologia exige dos candidatos um maior preparo, normalmente obtido após o término do 2º grau em cursinhos pré-vestibulares. A confirmação desta hipótese se dá ao compararmos a análise acima com os dados referentes à frequência a cursinhos, que teve a predominância dos matriculados para o curso de Odontologia em Araçatuba (74%).

INSCRITOS E MATRICULADOS- FAIXA ETÁRIA - FONOAUDIOLOGIA- MARÍLIA- VUNESP/93

IDADE	INSC.%	MATRIC.%
18 ANOS OU MENOS	57	80
19 A 22 ANOS	36	20
23 A 25 ANOS	3	0
ACIMA DE 25 ANOS	2	0
NÃO RESP.	2	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- FAIXA ETÁRIA - BIBLIOTECONOMIA- MARÍLIA- VUNESP/93

IDADE	INSC. %	MATRIC. %
18 ANOS OU MENOS	45	30
19 A 22 ANOS	38	47
23 A 25 ANOS	9	13
ACIMA DE 25 ANOS	6	7
NÃO RESP.	2	3
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

O curso de Fonoaudiologia de Marília apresentou inscritos e matriculados em sua grande maioria jovens, com idade inferior a 18 anos (57% na inscrição e 80% na matrícula); confirma-se a relação: proximidade do término do 2º grau e aprovação em cursos de ciências biológicas. O curso de Biblioteconomia apresentou uma maior procura por parte de candidatos jovens, com idade inferior a 18 anos (45% dos inscritos), estando, contudo, a maioria dos matriculados na faixa entre 19 e 22 anos (47%), que confirma o perfil mais amadurecido dos alunos de humanidades.

INSCRITOS E MATRICULADOS- FAIXA ETÁRIA - FILOSOFIA- MARÍLIA- VUNESP/93

IDADE	INSC. %	MATRIC. %
18 ANOS OU MENOS	30	17
19 A 22 ANOS	47	37
23 A 25 ANOS	13	23
ACIMA DE 25 ANOS	7	20
NÃO RESP.	3	3
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993



INSCRITOS E MATRICULADOS- FAIXA ETÁRIA - PEDAGOGIA- MARÍLIA- VUNESP/93

IDADE	INSC.%	MATRIC.%
18 ANOS OU MENOS	27	28
19 A 22 ANOS	46	48
23 A 25 ANOS	11	11
ACIMA DE 25 ANOS	15	11
NÃO RESP.	1	2
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- FAIXA ETÁRIA - CIÊN. SOC.- MARÍLIA- VUNESP/93

IDADE	INSC.%	MATRIC.%
18 ANOS OU MENOS	21	28
19 A 22 ANOS	45	42
23 A 25 ANOS	10	10
ACIMA DE 25 ANOS	23	20
NÃO RESP.	0	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

Os cursos de Filosofia, Pedagogia e Ciências Sociais apresentaram, em média, inscritos e matriculados mais velhos que os demais cursos de Marília e Araçatuba. Filosofia e Ciências Sociais apresentaram significativa porcentagem de matriculados com idade superior a 23 anos (43% e 30% respectivamente) o que se explica, em parte, pelo fato de os dois cursos serem oferecidos também no período noturno. Relevante também foi a expressiva porcentagem de inscritos em Pedagogia com idade superior a 23 anos (23%), demanda esta, provavelmente, composta por professoras primárias, aspirando uma melhor qualificação profissional ou uma melhoria salarial através da obtenção de um diploma de curso superior.

Os inscritos e, mais acentuadamente, os matriculados para os cursos de ciências biológicas, tanto de Araçatuba quanto Marília, cursaram, em sua grande maioria, o 2º grau em escolas particulares: Odontologia (74+3=79%), Medicina Veterinária (67+10=77%) e Fonoaudiologia (57+14=71%). Levando-se em conta o custo dos cursos em colégios particulares, os dados indicam o

C- Comparação Dos Dados Relativos À Origem Escolar

INSCRITOS E MATRICULADOS- 2º GRAU- MED. VET.-ARAÇATUBA- VUNESP/93

2º GRAU	INSC.%	MATRIC.%
TODO ESC. PÚBL.	35	17
TODO ESC. PART.	48	67
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	7	7
MAIOR PARTE ESC. PART.	9	10
NÃO RESP.	1	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- 2º GRAU- ODONTOLOGIA- ARAÇATUBA-VUNESP/93

2º GRAU	INSC.%	MATRIC.%
TODO ESC. PÚBL.	29	16
TODO ESC. PART.	53	74
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	8	4
MAIOR PARTE ESC. PART.	10	5
NÃO RESP.	1	1
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- 2º GRAU- FONOAUDIOLOGIA- MARÍLIA- VUNESP/93

2º GRAU	INSC.%	MATRIC.%
TODO ESC. PÚBL.	34	23
TODO ESC. PART.	45	57
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	11	6
MAIOR PARTE ESC. PART.	9	14
NÃO RESP.	1	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

Os inscritos e, mais acentuadamente, os matriculados para os cursos de ciências biológicas, tanto de Araçatuba quanto Marília, cursaram, em sua grande maioria, o 2º grau em escolas particulares: Odontologia ($74+5=79\%$), Medicina Veterinária ($67+10=77\%$) e Fonoaudiologia ($57+14=71\%$). Levando-se em conta o custo dos cursos em colégios particulares, os dados indicam o

predomínio de matriculados com melhores condições financeiras nos cursos da área de ciências biológicas. Importante destacar o predomínio de ex-alunos de escolas particulares não somente na matrícula, como também na inscrição, o que indica uma demanda específica para os cursos desta área. Na transição da inscrição para a matrícula ficou patente o melhor desempenho dos ex-alunos de escolas particulares. Para Medicina Veterinária houve um crescimento de 20% (de 57% para 77%), Odontologia de 16% (de 63% para 79%) e Fonoaudiologia de 17% (de 54% para 71%).

INSCRITOS E MATRICULADOS- 2º GRAU- BIBLIOTECONOMIA- MARÍLIA- VUNESP/93

2º GRAU	INSC.%	MATRIC.%
TODO ESC. PÚBL.	59	70
TODO ESC. PART.	29	20
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	4	0
MAIOR PARTE ESC. PART.	8	10
NÃO RESP.	0	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- 2º GRAU- FILOSOFIA- MARÍLIA-VUNESP/93

2º GRAU	INSC.%	MATRIC.%
TODO ESC. PÚBL.	70	47
TODO ESC. PART.	20	33
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	0	10
MAIOR PARTE ESC. PART.	10	7
NÃO RESP.	0	3
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993.



INSCRITOS E MATRICULADOS- 2º GRAU- PEDAGOGIA- MARÍLIA- VUNESP/93

2º GRAU	INSC.%	MATRIC.%
TODO ESC. PÚBL.	75	73
TODO ESC. PART.	16	17
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	5	6
MAIOR PARTE ESC. PART.	4	3
NÃO RESP.	1	1
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- 2º GRAU- CIÊNC. SOCIAIS- MARÍLIA- VUNESP/93

2º GRAU	INSC.%	MATRIC.%
TODO ESC. PÚBL.	62	70
TODO ESC. PART.	17	13
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	13	10
MAIOR PARTE ESC. PART.	8	7
NÃO RESP.	0	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

Os dados referentes aos cursos de humanidades de Marília revelam um quadro totalmente diferente do quadro dos cursos de biológicas. Na área de humanidades o predomínio é, tanto na inscrição, quanto na matrícula, de ex-alunos de escolas públicas. As principais alterações entre as porcentagens de inscritos e matriculados nesta área se dão no curso de Biblioteconomia, onde há um aumento de 11% (de 59% para 70%) daqueles que cursaram todo o 2º grau em escolas públicas, e no curso de Filosofia, onde o número daqueles que cursaram todo o 2º grau em escolas particulares aumentou em 13% (de 20% para 33%) da inscrição à matrícula.

D- Comparação Dos Dados Relativos À Frequência A Cursinhos

INSCRITOS E MATRICULADOS- CURSINHO- MED. VET.- ARAÇATUBA- VUNESP/93

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.%	MATRIC.%
NÃO	41	37
SIM	58	63
NÃO RESP.	1	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- CURSINHO- ODONTOLOGIA- ARAÇATUBA- VUNESP/93

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.%	MATRIC.%
NÃO	39	25
SIM	60	74
NÃO RESP.	1	1
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- CURSINHO- FONOAUDIOLOGIA- MARÍLIA- VUNESP/93

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.%	MATRIC.%
NÃO	47	49
SIM	52	51
NÃO RESP.	1	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

O quadro de frequência a cursinhos pré-vestibulares acompanha, de certa forma, o quadro de origem escolar, no tocante aos cursos de ciências biológicas de Araçatuba e Marília. A frequência aos cursinhos é diretamente proporcional ao estudo em escolas particulares no 2º grau. Tal constatação indica que os alunos de cursinho originaram-se, principalmente, da escola privada, deixando inconclusa a questão do principal responsável pelo êxito de tais estudantes, a escola particular ou o cursinho. Na área de ciências biológicas o “efeito cursinho” foi mais patente no curso de Odontologia, onde os inscritos

com cursinho aumentaram de 60% para 74% entre a inscrição e a matrícula. No curso de Fonoaudiologia, o “efeito cursinho” foi nulo, visto que os matriculados com cursinho corresponderam a 51% do total, enquanto eram 52% do total de inscritos. A frequência a cursinhos acompanhou o índice de candidatos/vaga, quanto maior o índice maior a frequência a cursinhos⁵².

INSCRITOS E MATRICULADOS- CURSINHO- BIBLIOTECONOMIA- MARÍLIA- VUNESP/93

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.%	MATRIC.%
NÃO	73	67
SIM	27	33
NÃO RESP.	0	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- CURSINHO- FILOSOFIA- MARÍLIA- VUNESP/93

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.%	MATRIC.%
NÃO	67	57
SIM	33	40
NÃO RESP.	0	3
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- CURSINHO- CIÊNCIAS SOCIAIS- MARÍLIA- VUNESP/93

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.%	MATRIC.%
NÃO	68	68
SIM	32	32
NÃO RESP.	0	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

⁵² Para os cursos pesquisados foram as seguintes as relações candidatos/vaga: Odontologia - 27,7; Medicina Veterinária - 19,7; Fonoaudiologia - 14,4; Biblioteconomia - 2,8; Ciências Sociais - 2,9; Filosofia - 2,7 e Pedagogia - 3,7.



INSCRITOS E MATRICULADOS- CURSINHO- PEDAGOGIA- MARÍLIA- VUNESP/93

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.%	MATRIC.%
NÃO	86	79
SIM	14	20
NÃO RESP.	1	1
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993.

Inscritos e matriculados nos cursos de humanidades da Unesp de Marília não podem ser caracterizados inequivocamente quanto a frequência a cursinhos. Não obstante os baixos índices de frequência observados entre os inscritos na área de humanidades, o “fator cursinho” fez-se presente em três dos quatro cursos de Marília, sempre com um aumento de 6% entre a inscrição e a matrícula (em Biblioteconomia de 27% para 33%, em Filosofia de 33% para 40% e em Pedagogia de 14% para 20%). A porcentagem de frequência a cursinhos só se manteve a mesma, entre a inscrição e a matrícula, para o curso de Ciências Sociais (32%). Tais dados revelam que, mesmo para alguns cursos de humanidades, a frequência a cursinhos pode contribuir para um bom resultado⁵³.

⁵³ Tal resultado contraria, pelo menos no caso da Unesp, a tese de Cláudio de Moura Castro de que os cursinhos não poderiam cooperar na aprovação de ex-alunos de colégios públicos: “Não parece ser possível, por via de adestramento de última hora, compensar uma formação deficiente”(Castro, 1981: 4).



E- Comparação Dos Dados Relativos À Renda Familiar

INSCRITOS E MATRICULADOS- RENDA FAMILIAR- MED. VET.- ARAÇATUBA- VUNESP/93

RENDA FAMILIAR	INSC.%	MATRIC.%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	4	3
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	12	7
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	28	13
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	18	23
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	15	17
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	8	10
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	5	10
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	9	13
NÃO RESP.	1	3
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- RENDA FAMILIAR- ODONTOLOGIA- ARAÇATUBA- VUNESP/93

RENDA FAMILIAR	INSC.%	MATRIC.%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	2	1
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	10	5
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	27	25
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	21	25
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	16	16
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	9	5
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	6	9
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	8	11
NÃO RESP.	1	3
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993



**INSCRITOS E MATRICULADOS- RENDA FAMILIAR- FONOAUDIOLOGIA- MARÍLIA-
VUNESP/93**

RENDA FAMILIAR	INSC.%	MATRIC.
ATÉ 2 SAL. MÍN.	5	0
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	16	11
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	32	40
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	18	23
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	13	17
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	4	3
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	6	3
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	5	3
NÃO RESP.	1	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

No aspecto renda familiar, os cursos de ciências biológicas, tanto de Araçatuba como de Marília, se assemelham. É insignificante a presença de matriculados com renda familiar abaixo de 2 salários mínimos (3% do total de matriculados em Medicina Veterinária, 1% de Odontologia e 0% de Fonoaudiologia), com a ressalva de que a demanda também foi pequena (apenas 4% do total dos inscritos para Medicina Veterinária, 2% para Odontologia e 5% para Fonoaudiologia). A maior porcentagem de matriculados para os curso de Araçatuba pertenceu à faixa com renda entre 10 e 15 salários (23% em Medicina Veterinária, 25% em Odontologia). Considerável, também, foi a porcentagem de matriculados com renda entre 5 e 10 salários mínimos, principalmente para o curso de Fonoaudiologia, com 40% do total de matriculados. Os cursos de Araçatuba tiveram uma expressiva porcentagem de matriculados com renda superior a 20 salários mínimos, o que poderia enquadrar os dois cursos, Medicina Veterinária e Odontologia, na categoria de “elitizados” (33% e 25% do total de matriculados, respectivamente).

Na transição da inscrição para a matrícula, houve equilíbrio, confirmando-se a demanda inicial. Alterações significativas somente ocorreram

em Medicina Veterinária, onde os inscritos com renda entre 10 e 20 salários mínimos tiveram um rendimento muito superior (de 33% para 40%) ao dos inscritos com renda entre 5 e 10 salários mínimos (queda de 28% para 13% do total). Outra alteração importante ocorreu em Fonoaudiologia, com a concentração das matrículas na faixa de renda familiar entre 5 e 20 salários mínimos, com 80% do total de matrículas contra 63% do total de inscrições.

INSCRITOS E MATRICULADOS- RENDA FAMILIAR- BIBLIOTECONOMIA- MARÍLIA- VUNESP/93

RENDA FAMILIAR	INSC.%	MATRIC.%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	7	7
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	31	47
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	29	33
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	9	3
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	9	7
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	5	0
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	6	3
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	4	0
NÃO RESP.	0	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- RENDA FAMILIAR- FILOSOFIA- MARÍLIA- VUNESP/93

RENDA FAMILIAR	INSC.%	MATRIC.%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	7	7
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	47	33
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	33	30
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	15	13
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	2	0
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	6	7
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	4	7
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	0	0
NÃO RESP.	0	3
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- RENDA FAMILIAR- PEDAGOGIA- MARÍLIA- VUNESP/93

RENDA FAMILIAR	INSC.%	MATRIC.
ATÉ 2 SAL. MÍN.	15	15
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	39	44
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	27	21
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	10	11
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	4	5
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	1	1
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	1	2
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	2	0
NÃO RESP.	1	1
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

INSCRITOS E MATRICULADOS- RENDA FAMILIAR-CIÊNCIAS SOCIAIS- MARÍLIA- VUNESP/93

RENDA FAMILIAR	INSC.%	MATRIC.%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	14	5
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	36	44
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	28	28
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	11	8
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	6	8
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	2	3
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	2	3
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	0	0
NÃO RESP.	1	0
TOTAL	100	100

FONTE: QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - VUNESP- 1993

Os matriculados nos cursos de humanidades de Marília concentram-se na faixa de renda entre 2 e 10 salários mínimos, o que confere a tais cursos um caráter mais “popular”. Em Biblioteconomia 80% dos matriculados localizam-se na faixa citada, com o predomínio de matriculados com renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos (47%), o mesmo ocorre em Pedagogia e Ciências Sociais (com 44% e 43% respectivamente, na faixa entre 2 e 5 salários mínimos). Em Filosofia 63% dos matriculados tinham renda familiar entre 2 e 10 salários, contudo havia um equilíbrio entre o grupo com renda entre 2 e 5 salários e 5 e 10 salários

mínimos (33% e 30%, respectivamente). Na faixa dos matriculados com renda superior a 20 salários mínimos as porcentagens foram muito pequenas, com exceção de Filosofia, com 13% do total dos matriculados. Nos demais cursos, inclusive Filosofia, nenhum matriculado tinha renda familiar superior a 30 salários mínimos. Tais dados evidenciam o caráter menos elitizante atribuído aos cursos de humanidades.

“É claro que o espectro de carreiras disponíveis para cada indivíduo é fortemente estruturado sócio-economicamente. É importante notar que para as classes sociais de menor posição a escolha se restringe a carreiras de menor prestígio, porém é interessante frisar também que para as classes altas estas carreiras de baixo prestígio não fazem, em geral, parte do espectro de carreiras disponíveis para escolha.”

(Ribeiro, 1987: 35)

Na transição da inscrição à matrícula, as alterações mais significativas ocorreram no curso de Biblioteconomia, onde houve um aumento considerável da porcentagem com renda entre 2 e 5 salários (de 31% para 47%) e uma queda dos matriculados com renda de 10 a 20 e 20 a 30 salários (de 19% para 10% e 11% para 3%, respectivamente). No curso de Filosofia houve uma equalização das porcentagens, com uma diminuição das diferenças entre as faixas de renda. Segundo os dados levantados, o curso de Filosofia é o mais equilibrado e representativo, em se tratando de renda familiar, ao se compararem inscritos e matriculados. As pequenas alterações ocorridas na transição da inscrição para a matrícula indicam a pouca influência do concurso vestibular na mudança de perfil dos matriculados, isto é, na seleção dos inscritos com melhores condições financeiras. Nos cursos em que o perfil médio dos matriculados indica uma maior renda familiar, observa-se que o mesmo perfil médio já se apresentava na demanda inicial (quadro de inscritos). “Como prática

de seletividade social, o vestibular não é a única nem, talvez, a mais importante barreira na seleção efetuada pela escola.”(Franco, 1987: 12).

A proporção entre o número de jovens oriundos de famílias de baixa renda, que têm condições escolares (que tenham concluído o 2º grau) de se inscreverem em concursos vestibulares, e o número total de jovens brasileiros de famílias de baixa renda é muito pequeno, pouco significativo. O próprio acesso à condição de prestar o concurso vestibular já é difícilimo para os jovens das camadas populares. Outros fatores de seleção, independente do concurso vestibular, são as características e exigências de alguns cursos: jovens que trabalham e sustentam ou contribuem para o sustento da família não têm condições efetivas de cumprirem com as exigências de cursos diurnos, que muitas vezes ocupam o período da manhã e da tarde (como os casos de Medicina Veterinária, Odontologia e Fonoaudiologia). Ocorre uma

“reelitização interna na distribuição dos classificados por cursos, onde os cursos de alto prestígio são ocupados por aqueles alunos cujas famílias possuem maior renda e ocupações com prestígio econômico e social mais elevados. Em resumo, a tão falada vocação é, a rigor, resultante da origem sócio-econômica do estudante” (Damasceno, 1986: 95).

Tal quadro contribui para a compreensão e avaliação da verdadeira responsabilidade do concurso vestibular no decantado processo de elitização da Universidade Pública.

²⁴ A maioria feminina, contudo, não é tão significativa quanto em Odontologia. Em Medicina Veterinária 37% dos ingressantes eram mulheres e 43% eram homens.

²⁵ Continuando o perfil socioeconômico identificado por Yolanda de Castro Souza e Cecília Yukio no tocante aos matriculados no curso de ciências humanas em 1986 e 1987 e acrescentando (dele a alteração) o perfil divergente dos matriculados em Fonoaudiologia.

²⁶ Menos um “amparo técnico” quanto à frequência a cursinhos: 47% não e 51% sim.

5- RESULTADOS

Os dados coletados possibilitam a montagem do perfil socioeconômico predominante em cada um dos câmpus e cursos estudados. O perfil predominante nos ingressantes para o curso de Odontologia/93 em Araçatuba é de um aluno do sexo feminino, bem jovem (entre 17 e 18 anos), recém saído do 2º grau cursado em escola particular, tendo também freqüentado um cursinho pré-vestibular. Procede de uma família cuja renda mensal oscila entre 10 e 30 salários mínimos. O perfil predominante dos ingressantes em Medicina Veterinária/93 de Araçatuba é também de um aluno do sexo feminino⁵⁴. É bastante jovem, como o matriculado em Odontologia, tendo cursado o 2º grau em escola particular e freqüentado cursinho. Quanto à renda familiar o aluno de Medicina Veterinária tem um perfil muito semelhante ao de Odontologia, podemos considerá-los como predominantemente compostos por alunos de classe média e média alta.

Houve uma pequena alteração no perfil socioeconômico dos alunos do câmpus de Marília com o início do curso de Fonoaudiologia⁵⁵. Em Marília, o perfil socioeconômico, de curso para curso, variou um pouco mais que em Araçatuba. O curso de Fonoaudiologia é totalmente feminino e sua aluna padrão, em se tratando das ingressantes em 1993, é tão jovem quanto os ingressantes de Araçatuba. Cursou o 2º grau em colégio particular (sem a supremacia observada em Araçatuba) e não teve uma definição quanto a freqüência a cursinhos⁵⁶. A ingressante em Fonoaudiologia/93 vem de famílias com renda média entre 5 e 20 salários mínimos, o que a coloca um pouco abaixo do padrão de renda dos

⁵⁴ A maioria feminina, contudo, não é tão significativa quanto em Odontologia. Em Medicina Veterinária 57% dos ingressantes eram mulheres e 43% eram homens.

⁵⁵ Confirmando o perfil socioeconômico identificado por Yolanda de Castro Souza e Cecília Yuko no tocante aos matriculados no cursos de ciências humanas em 1986 e 1987 e acrescentando (daí a alteração) o perfil divergente dos matriculados em Fonoaudiologia.

⁵⁶ Houve um "empate técnico" quanto a freqüência a cursinhos: 49% não e 51% sim.

ingressantes de Araçatuba, mas acima da média dos ingressantes dos demais cursos de Marília.

Os dados indicam que o ingressante em Biblioteconomia/93 é do sexo feminino, relativamente jovem (mas não tão jovem quanto os ingressantes em Odontologia, Medicina Veterinária e Fonoaudiologia), tendo cursado o 2º grau em colégios públicos e passado pelo vestibular sem o auxílio de cursinhos. A sua renda familiar, entre 2 e 10 salários mínimos, é um pouco inferior à renda predominante entre os ingressantes em Fonoaudiologia.

Já os ingressantes em Filosofia/93 possuem o perfil mais difícil de ser definido. É do sexo masculino, o mais velho dentre os ingressantes dos cursos pesquisados, fez o 2º grau em escola pública e não frequentou cursinho⁵⁷. Em termos de renda familiar, a definição é ainda mais difícil visto que, embora ocorra o predomínio de ingressantes com renda entre 2 e 5 salários mínimos, encontramos consideráveis porcentagens nas demais faixas de renda.

O ingressante no curso de Pedagogia em 1993 é do sexo feminino, jovem⁵⁸, tendo cursado o 2º grau em colégios públicos e prestado o concurso vestibular sem o auxílio de cursinhos. A renda familiar predominante encontra-se na faixa entre 2 e 5 salários mínimos, a exemplo dos ingressantes em Ciências Sociais, que também apresentam um perfil semelhante com relação à idade, escolaridade pregressa, frequência a cursinhos e renda familiar. No tocante ao sexo, embora com uma maioria de mulheres, há uma considerável parcela de homens ingressando em 1993.

⁵⁷ Muito embora uma significativa parcela dos ingressantes tenha cursado colégios particulares e tenha frequentado cursinho.

⁵⁸ Com as exceções das alunas com mais idade, provavelmente professoras ou ex-professoras do ensino pré-escolar ou de 1ª a 4ª série.



1 - INTRODUÇÃO

3ª PARTE

"Os exames vestibulares são uma das maiores, possivelmente a maior praga que infesta a educação brasileira" (Alves, 1995: 15). Com esta frase Rubem Alves inicia mais uma de suas histórias contendo metáforas nas quais contesta severamente o vestibular. Na primeira, "O país dos dedos gordos", aponta a influência nociva dos vestibulares sobre a cultura escolar e por conseguinte sobre a infância e adolescência de inúmeros brasileiros. A segunda história, "Vestibulo coisa nenhuma", apresenta uma crítica à qualidade e quantidade dos conteúdos abordados pelos vestibulares considerando-os, em sua maioria, exagerados e supérfluos. No texto intitulado "Eu ficaria de fora", Rubem Alves aborda a proposta de substituição do vestibular pela seleção via

O VESTIBULAR E A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

hi... decidir" e "Viagem longa e destino incerto", há uma crítica à precocidade da escolha... vestibular. Dentre as críticas apresentadas não poderia faltar aquela ao caráter discriminatório, em termos socioeconômicos, dos concursos vestibulares. Em duas histórias, "A maratona safada" e "O sorteio", é tratada a questão da seletividade social do vestibular. Nesta última é apresentada a proposta de sorteio para a seleção dos candidatos a uma vaga nas universidades como sendo a mais justa e a menos discriminatória³⁹. "A maratona safada" trata especificamente das alterações ocorridas nos vestibulares da Unicamp, as quais, embora alterem os padrões de inteligência e os tipos de conhecimento exigidos dos candidatos, continuam promovendo a exclusão dos mais pobres.

"Aqueles que trabalham na elaboração do vestibular da UNICAMP sabiam que o problema da exclusão dos alunos, filhos de famílias

³⁹ A utilização do sorteio como forma de seleção também é mencionada por outros autores, os quais a consideram como necessária de maior atenção (Hansburger, 1970: 14, 1987: 153 e Strambi, 1987: 223).

1 - INTRODUÇÃO

“Os exames vestibulares são uma das maiores, possivelmente a maior praga que infesta a educação brasileira” (Alves, 1995: 15). Com esta frase Rubem Alves inicia mais uma de suas histórias contendo metáforas nas quais contesta severamente o vestibular. Na primeira, “O país dos dedos gordos”, aponta a influência nociva dos vestibulares sobre a cultura escolar e por conseguinte sobre a infância e adolescência de inúmeros brasileiros. A segunda história, “Vestíbulo coisa nenhuma”, apresenta uma crítica à qualidade e quantidade dos conteúdos abordados pelos vestibulares considerando-os, em sua maioria, exagerados e supérfluos. No texto intitulado “Eu ficaria de fora”, Rubem Alves aborda a proposta de substituição do vestibular pela seleção via histórico escolar, contestando-a. Nas duas últimas histórias, “Muito cedo para decidir” e “Viagem longa e destino incerto”, há uma crítica à precocidade da escolha da carreira, ocorrida já no momento da inscrição para o vestibular. Dentre as críticas apresentadas não poderia faltar aquela ao caráter discriminatório, em termos socioeconômicos, dos concursos vestibulares. Em duas histórias, “A maratona safada” e “O sorteio”, é tratada a questão da seletividade social do vestibular. Nesta última é apresentada a proposta de sorteio para a seleção dos candidatos a uma vaga nas universidades como sendo a mais justa e a menos discriminatória⁵⁹. “A maratona safada” trata especificamente das alterações ocorridas nos vestibulares da Unicamp, as quais, embora alterem os padrões de inteligência e os tipos de conhecimento exigidos dos candidatos, continuam promovendo a exclusão dos mais pobres.

“Aqueles que trabalham na elaboração do vestibular da UNICAMP sabiam que o problema da exclusão dos alunos, filhos de famílias

⁵⁹ A utilização do sorteio como forma de seleção também é mencionada por outros autores, os quais a consideram como merecedora de maior atenção (Hamburger, 1970: 14; 1987: 153 e Strambi, 1987: 223).

pobres, não seria resolvido por ele. O novo vestibular modificaria o perfil dos alunos, mas não tinha mecanismos para modificar a sua classe de origem” (Alves, 1995: 27).

Assim como Rubem Alves, diversos autores que tratam da questão do acesso ao ensino superior abordam, invariavelmente, o problema da seletividade social dos concursos vestibulares. Os trabalhos enfatizam, em geral, os empecilhos à plena democratização do acesso ao ensino superior, principalmente nas universidades públicas, considerando-as elitizadas. Muitos destacam o paradoxo: “quem pode não paga, quem não pode paga”, referindo-se à grande porcentagem de alunos das classes média e alta cursando universidades públicas (gratuitas), em contraste com a predominância de alunos das camadas populares nas faculdades particulares (pagas), principalmente nos cursos noturnos. Alguns autores tocam na questão da seletividade social ligada a determinadas carreiras, os chamados “cursos de prestígio”, que apresentam maior relação candidatos/vaga, nos quais ocorre uma pré-seleção já na demanda inicial.

Diversos trabalhos abordam a questão da seletividade sócio-escolar, enfatizando o problema da evasão no ensino fundamental e secundário. Tal evasão se dá dentre as crianças e adolescentes das camadas populares, os quais ficam impossibilitados de se inscreverem nos concursos vestibulares. Os autores que tratam desta questão procuram demonstrar que uma excessiva carga de responsabilidade foi colocada, por muitos, sobre o concurso vestibular, ao considerarem-no o “vilão” do sistema educacional, responsável maior pelo impedimento dos jovens das camadas populares cursarem o ensino superior. Na questão da seletividade escolar, alguns trabalhos levantam o problema do desnível entre o desempenho dos ex-alunos de escolas particulares e dos ex-alunos de escolas públicas nos concursos vestibulares, ressaltando a importância dos *cursinhos* na classificação para os cursos mais concorridos.

2- A QUESTÃO DA SELETIVIDADE SOCIAL

A- O problema

Diversos autores identificam uma forte discriminação social no processo de seleção dos candidatos a uma vaga nas instituições de ensino superior do Brasil (Franco, 1987: 14; Normando, 1987: 128). Paul Singer considera tal problema como inerente ao próprio capitalismo, mencionando que “a altura da pirâmide aumenta sem cessar, pois a estrutura social capitalista nada tem de igualitária e o papel da escola é essencialmente selecionador. Entre base e altura da pirâmide tem que haver uma tal proporção que apenas uma fração ‘adequada’ da clientela possa alcançar os estágios mais altos”(Singer, 1980: 3). Celso Kelly, no final da década de 60, apontava o problema da seletividade social dos vestibulares. Não verificava a chegada à universidade “dos mais bem dotados intelectualmente, nem dos que tenham revelado mais nítida vocação.” Defendia a tese de que “sem a sua elite intelectual, nenhuma nação progride, e não se deve confundir elite intelectual com elite social ou econômica - esta, resultante de contingências tão diversas e de efeitos, em tantos casos, meramente parasitários”; enfatizava a inversão ou o desvio no critério de seleção dos candidatos ao ensino superior (Kelly, 1968: 29). A prioridade deveria ser da *elite intelectual* e não da *elite social ou econômica*. Segundo o autor, não se pode condicionar o bom desempenho intelectual ao poderio econômico ou ao status social. A predominância da elite econômica nas instituições de ensino superior também foi identificada e criticada por Otáisa Romanelli, que explicou a predominância deste grupo em razão das condições de ócio e conforto às quais tinha acesso desde cedo. “E é aqui também que se encontram as raízes da discriminação social promovida pelo sistema. Sim, porque, nesta luta pela escola, o que mais contava não era a capacidade real do estudante, mas sua origem social”

(Romanelli, 1993: 104). Diversos trabalhos procuram demonstrar este perfil elitizado das instituições públicas de ensino superior como no caso da pesquisa coordenada por Sedi Hirano sobre os alunos da USP, em meados da década de 80.

“Quanto à classe social referida à família dos estudantes da Universidade de São Paulo, ela é composta majoritariamente pela classe A (47,4%), vindo depois a classe B (34,5%), perfazendo um total de 81,9%. A variável classe social, segundo os critérios mercadológicos da ABIPEME (Associação Brasileira de Pesquisa de Mercado), revela que o mercado de cultura universitária não é tão acessível às classes C, D e E: apenas 18,1% consegue participar dele como universitário. Pode-se concluir que a Universidade de São Paulo é uma universidade da elite intelectual, da elite econômica e das classes alta e média dos Jardins, dos bairros de classe média-alta e dos bairros vizinhos à Cidade Universitária” (Hirano et alii, 1988: 16).

Podemos considerar a universidade, não somente a pública, como elitizada se nos determos no fato de que dos aproximadamente 16 milhões de jovens brasileiros com “idade universitária” (entre 20 e 24 anos), somente 10%, algo em torno de 1,6 milhão, estão matriculados em alguma instituição de ensino superior⁶⁰. Neste sentido, cursar uma instituição de ensino superior já é, por si só, um fator de elitização. Tal análise, contudo, não leva necessariamente à conclusão de que o acesso ao ensino superior seja elitizado.

⁶⁰ Em 1994 estavam matriculados 1.661.034 alunos nas instituições de ensino superior no Brasil, o que representava aproximadamente 1% da população brasileira e 10% da população entre 20 e 24 anos (Ministério da Educação e do Desporto, 1996). O ensino superior se torna ainda mais seletivo se considerarmos o número de matriculados em universidades públicas - 690.450, que corresponde a somente 4% do contingente de jovens em idade escolar compatível com o ensino superior (Sampaio, 1990:23).

B- As carreiras de prestígio

A seletividade social, um fenômeno identificado por diversos autores, também aparece ligada à escolha de determinadas carreiras por candidatos de perfis socioeconômicos semelhantes. Na matrícula ocorre a confirmação desta seletividade social, uma vez que os alunos de maior poder aquisitivo são estatisticamente predominantes em determinados cursos, enquanto que os alunos de menor poder aquisitivo concentram-se em outros.

“Ao analisarmos o perfil sócio-econômico e cultural dos candidatos às diversas carreiras, observamos que existe um forte viés nessa escolha. Este fenômeno, já descrito em outros contextos sociais, aparece no Brasil de forma extremamente marcada. A cada carreira estão associados candidatos com perfis sócio-econômicos e culturais extremamente definidos. Forma-se assim uma escala de prestígio social das carreiras, com implicações extremamente importantes para a compreensão da estrutura político-social do país” (Ribeiro, 1987: 32).

A diferenciação interna ligada às carreiras já se fazia presente na década de 60. Segundo Otaísa Romanelli, para as licenciaturas eram atraídos

“salvo honrosas e brilhantes exceções, sobretudo dois tipos de clientela - aquele cujo ingresso é barrado em escolas de cursos mais disputados (Medicina e Engenharia por exemplo), ou que realmente não tem condições pessoais de concorrer às carreiras técnicas e científicas, e aquele tipo que não necessita adquirir *status*, mas deseja apenas ou dar mais brilho ao *status* adquirido, ou titular-se para um mais vantajoso casamento, como é o caso de parte da clientela feminina”(Romanelli, 1993:121)

Segundo Sérgio Ribeiro, a escolha da carreira, embora feita pelo indivíduo, segue a determinantes socioeconômicos. Tal afirmação está em concordância com a avaliação dos dados da Vunesp/93 de Marília e Araçatuba, os quais revelaram a predominância de inscritos de famílias com maior poder aquisitivo nos cursos de Odontologia, Medicina Veterinária e Fonoaudiologia. A seletividade social dos cursos é também apontada por Frigotto, que inclui como determinantes pela posição de classe dos alunos, além da distribuição interna das carreiras, também a possibilidade de acesso à universidade, o tempo de permanência e o grau de aproveitamento escolar dentro da própria universidade (Frigotto, 1984: 177). Vê-se, portanto, que a própria escolha da carreira a ser cursada no ensino superior é condicionada pelo aspecto socioeconômico. Após o ingresso, as carreiras de “menor prestígio”, que geralmente formam os alunos para áreas com baixas remunerações, são cursadas por pessoas oriundas de famílias com menor poder aquisitivo, intensificando-se o viés original. As carreiras de prestígio são aquelas que normalmente formam profissionais para áreas que oferecem melhores remunerações; desta forma há uma oscilação periódica entre os cursos mais procurados⁶¹. Alguns cursos, contudo, mantêm-se enquadrados nas “carreiras de prestígio” não necessariamente por um questão econômica (a remuneração), mas sim por razões de título e prestígio tradicionalmente ligados aos seus formandos, como no caso dos bacharéis em Direito.

“A reduzida participação da clientela de baixa renda se dá nos cursos que possuem baixo prestígio econômico e social, caracterizando um processo de diferenciação interna nas Universidades. O mais grave é que tais cursos situam-se em áreas em que o mercado de trabalho está bastante saturado, com uma oferta excessiva de profissionais e, além

⁶¹ Tais oscilações ocorrem em consonância com as variações ocorridas no mercado de trabalho. A saturação de determinado tipo de mão-de-obra ou o surgimento de um novo campo de atuação profissional influenciam diretamente a desvalorização ou valorização de uma carreira.

de tudo, os salários são bem inferiores àqueles dos cursos de alto prestígio” (Damasceno, 1986: 94).

Maria Célia Falcon também identificou tal seletividade social dentro da universidade: “Os dados mostram que as vagas de Medicina são ocupadas por candidatos de rendas bem mais altas que as vagas de Letras” (Falcon, 1987: 211). Tal diferenciação indica uma heterogeneidade, com a preferência e ingresso dos alunos de classes com maior poder aquisitivo em determinadas carreiras (as chamadas “carreiras de prestígio”) e a concentração dos alunos de baixa renda nas carreiras de menor prestígio. Em sua pesquisa Sedi Hirano também identificou uma “estratificação interna na USP que seleciona para as escolas de mais difícil acesso, as mais procuradas, os estudantes das classes A e B, bem menos das classes C, D e E” (Hirano et alii, 1988: 81). A professora Beatriz Alvarenga, da UFMG, identificou o mesmo quadro ao afirmar que os cursos com menor demanda são exatamente aqueles escolhidos pelos candidatos de baixa renda, temerosos da concorrência pelas “carreiras de prestígio”, nos cursos mais valorizados socialmente, os quais apresentam normalmente as maiores relações candidatos/vaga (Alvarenga, 1987: 180). Os jovens das camadas populares encontram extremas dificuldades para concluir o 2º grau, tendo assim condições legais de inscrição nos concursos vestibulares. Quando conseguem alcançar o ensino superior, normalmente o fazem em faculdades particulares, sendo pequeno (se pensarmos principalmente na população brasileira como um todo) o número daqueles que conseguem uma vaga em instituições públicas. Segunda Zaia Brandão, “cabe-lhes pela ‘façanha’ de até aí chegar o ‘prêmio’ de arcar com o custo das piores escolas e dos cursos de menor prestígio” (Brandão, 1987: 173). As “carreiras de prestígio” exigem, em geral, dedicação integral de seus alunos, traduzida na frequência a um curso que funciona em dois turnos, o que inviabiliza a matrícula de candidatos trabalhadores. Cientes desta realidade algumas instituições públicas de ensino superior criaram mecanismos para



possibilitar o acesso de um maior número de candidatos aos cursos menos prestigiados.

“Na USP, os critérios para seleção ao vestibular de 1991 foram alterados, reservando-se o caráter eliminatório apenas para a prova de redação (Na Vunesp já vigora este critério, com a condição adicional de que o candidato não ‘zere’ em cada uma das demais provas). Espera-se, com essa modificação permitir o preenchimento por classificação das vagas de todos os cursos. Como as licenciaturas, assim como diversas outras especialidades, não têm sido em geral procuradas pelos candidatos de origem sócio-econômica mais alta, pretende-se abrir aos demais candidatos, que até então eram deslealmente eliminados no Vestibular, a possibilidade de cursar uma universidade pública e se graduar, o que para eles pode significar uma boa perspectiva profissional e de ascensão social” (Prado, 1990: 162).

C- A gratuidade do ensino superior público

Ao analisar os dados referentes ao concurso vestibular de 1985 organizado pela Vunesp, Dulce Whitaker observou “aspectos democratizantes” naquele concurso vestibular. Segundo a autora, os dados encontrados revelam o perigo das conclusões precipitadas e generalizações em torno da clientela da universidade pública.

“Evidenciou-se um quadro que contraria crenças a respeito de caráter elitizante do ensino superior público (...) Os candidatos ao vestibular VUNESP não são, portanto, assim tão privilegiados com supõe a Teoria Educacional que aponta apenas para o caráter elitizante do sistema escolar. A análise mostrou que até entram trabalhadores na UNESP” (Whitaker, 1989: 53,92).

Tal interpretação está em concordância com o pensamento de Maria Werebe quando, tratando da gratuidade da universidade pública, afirma que “não se pode negar também que ela abre as portas desse ensino a um grande número de jovens que não poderiam pagá-lo” (Werebe, 1994: 112). A análise dos questionários socioeconômicos da Vunesp/93 revelou também a tendência não elitizante, sobretudo dos cursos que funcionam no Câmpus de Marília.

A presença de um considerável contingente de alunos das camadas populares no ensino superior não elimina, contudo, o problema da gratuidade do curso. Muitos dos alunos das camadas populares que cursam o ensino superior o fazem em instituições particulares, isto é, pagas. Paradoxalmente, os alunos dos estratos superiores, com maior poder aquisitivo, estão em grande número (senão a maioria) nas instituições públicas, gratuitas. Sérgio Ribeiro, quando na CAPES, afirmou que, para as “carreiras de prestígio” que são oferecidas tanto em instituições públicas quanto em instituições particulares, a opção dos candidatos de classes mais abastadas é a de cursá-las nas primeiras.

“Em cada carreira, os classificados para escolas públicas têm um nível de desempenho e um nível sócio-econômico acima daqueles que se classificam para escolas particulares. É difícil supor que esta divisão esteja apenas ligada à possível excelência das instituições públicas. Parece-nos que a gratuidade seja o fator predominante dessa divisão” (Ribeiro, 1987: 34).

Já na década de 50, Anísio Teixeira percebia uma forte tendência ao uso “indevido” da gratuidade do ensino superior. Identificava um costume arraigado na tradição da elite brasileira de “obter a sua educação à custa dos cofres públicos”. Notava que tal prática já atingia a classe média, que visava não somente a manutenção do *status quo* como a sua própria ascensão à condição de elite. (Werebe, 1994: 111). Diversos autores questionam o fato de que aqueles que não têm condições financeiras de arcar com os custos do ensino superior têm

de fazê-lo, enquanto os que as têm, não o fazem. Segundo Neto & Grinbaum, em matéria publicada na Revista Veja sobre o comportamento das elites brasileiras, nas três últimas décadas foram criados diversos cursos superiores,

“alguns de péssima qualidade, outros razoáveis, nos quais uma multidão de pessoas foi estudar à noite, enquanto trabalhava de dia. Um quarto dos alunos da Região Sudeste frequenta cursos noturnos. Enquanto as faculdades oficiais - e gratuitas - atendiam os filhos dos privilegiados, a massa de estudantes mais humildes teve de fazer malabarismo para pagar faculdade particular. Do 1,6 milhão de alunos matriculados em curso superior no Brasil, quase 1 milhão estuda em escolas pagas” (Neto & Grinbaum, 1996: 39).

O que se depreende dessa situação é que “o ensino superior gratuito estaria a serviço daqueles que, sob o prisma econômico, dele não necessitam, enquanto a população escolar economicamente carente estaria sendo alijada destas oportunidades educacionais” (Castro e Souza & Wada, 1992: 85).

Propostas foram feitas para que se limitassem as vagas do ensino superior gratuito para os candidatos de classes com maior poder aquisitivo, adotando um critério social às avessas. Em 1996 o Deputado Estadual Vaz de Lima entrou com uma emenda⁶² ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do estado de São Paulo propondo a criação de um grupo de estudo visando instituir a cobrança de mensalidades nas universidades estaduais (USP, Unesp e Unicamp). As mensalidades, segundo o projeto, incidiriam sobre “quem pode pagar” (Rosseti, 1996: 33).

Francisco A. G. Jardim, da PUC do Rio Grande do Sul, tocou também no problema do pagamento do ensino superior em instituições públicas, em sua palestra no Seminário sobre Vestibular, realizado em Florianópolis, no ano de 1986.

⁶² Emenda nº 1.616 ao Projeto nº 276/96. A emenda foi retirada pelo deputado ainda em junho de 1996.

“Enfim, sugiramos, quem sabe um ‘choque heterodoxo’ no sistema de educação a partir do ensino superior, retomando o tema da gratuidade x ensino pago sob a perspectiva dada pelo Pe. Vasconcellos já em 1980, quando, invocando a Constituição, defendeu a gratuidade de ensino apenas àqueles que ‘demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos’, critério a ser adotado para as Universidades públicas, quanto para as particulares, indiscriminadamente” (Jardim, 1987: 216).

A tese de exclusividade do ensino superior gratuito para os alunos considerados carentes e do pagamento dos encargos somente para os alunos com poder aquisitivo para tal, encontrou forte resistência. Carlos Bindi, diretor do colégio Etapa de São Paulo, considera muito “bem intencionada” a idéia de reservar vagas para os mais carentes, contudo, critica-a com veemência uma vez que, segundo tal política, seria oferecido ao jovem das camadas populares “um ensino que não poderia seguir, além de tirar da faculdade alguém que poderia contribuir melhor com sua formação para o país” (Bindi, 1995: 5). A crítica ao fim do ensino gratuito para aqueles que tenham condições de arcar com os custos do ensino superior baseia-se, também, na dificuldade da definição da condição de carência ou não carência de um candidato. O que caracterizaria um aluno como carente? Quais os critérios a serem adotados? Como evitar o mascaramento de dados e informações importantes para a definição dos beneficiados?



D- A seletividade sócio-escolar e a aparente responsabilidade do vestibular

A questão da seletividade social do vestibular está diretamente ligada à questão da seletividade escolar. O professor José Goldemberg admitiu tal discriminação, ao afirmar que os concursos vestibulares unificados “criaram uma competição democrática (igual para todos) dentro da elite escolar brasileira. Os que não fazem parte da elite, não freqüentaram colégios particulares caros, nem fizeram ‘cursinhos’ são eliminados por critérios que são, no fundo, econômicos” (Goldemberg, 1995a: 4). A predominância de alunos com maior poder aquisitivo nas instituições de ensino superior, principalmente nas públicas, é em grande parte consequência do processo de seleção ao qual as crianças e adolescentes foram submetidos desde sua entrada na escola. Segundo Zaia Brandão, para se mudar “o caráter de seletividade social do vestibular é necessário que se mude, antes de mais nada, o modelo de escola que atende preferencialmente as camadas populares” (Brandão, 1987: 175).

A seleção dos jovens de famílias com maior poder aquisitivo para ingressarem nas universidades públicas se dá ao longo de todo período de escolarização anterior ao concurso vestibular. Segundo Sérgio Ribeiro, do total de crianças que ingressam na escola “apenas 6% concluem o 1º grau; terminam o 2º grau cerca de 10% e entre 5 e 6% adquirem os pré-requisitos para candidatar-se ao vestibular” (Ribeiro, 1987: 32). Levando-se em conta o fato de que tal processo de filtragem se dá em forma de funil, é possível afirmar que a grande maioria daqueles que ingressam no ensino fundamental não chega a sequer poder se submeter a um concurso vestibular. Importante, contudo, é a identificação destes ex-alunos, que se evadem do sistema escolar entre o primeiro e o último ano da escolaridade de 1º grau e 2º grau. Esta seleção dos alunos dos segmentos

mais abastados ao longo dos 11 anos de escolaridade anteriores ao vestibular é identificada por Maria N. Damasceno.

“Na verdade, o critério básico usado é a origem sócio-econômica dos estudantes, posto que aqueles provenientes das famílias com níveis sócio-econômicos mais elevados têm não apenas a chance de ingressar no sistema escolar de melhor qualidade, mas, sobretudo, têm sua escolarização assegurada por um tempo mais longo. Já as crianças procedentes das famílias com baixa renda são excluídas e/ou expulsas da escola, dita para todos” (Damasceno, 1987: 91).

Diversos autores concordam com o diagnóstico de que a seletividade escolar está associada à questão socioeconômica (Hamburger, 1987: 155; Cortella, 1987: 162). Entendem que as universidades públicas se beneficiam ao selecionarem para os seus cursos aqueles que tiveram as melhores condições de escolaridade de 1º e 2º graus por estudarem em colégios particulares e freqüentarem bons cursinhos pré-vestibulares. “Estes seriam provavelmente provenientes do estrato social mais elevado e teriam sido selecionados de uma forma quase natural, ao longo de sua trajetória escolar, para comporem a elite que consegue galgar o vértice da pirâmide escolar” (Castro & Ribeiro, 1979: 10). O fracasso escolar das camadas populares é construído desde a base até o topo da pirâmide de escolarização. Do grande contingente de crianças de baixa renda que entram na escola, só um pequeno e pouco representativo grupo consegue concluir o 2º grau e ingressar em uma universidade pública.

Na realidade, o concurso vestibular não é o principal responsável pelo alijamento dos jovens de menor renda da universidade pois simplesmente utiliza “o mesmo filtro da nossa velha escola: seleciona os já selecionados socialmente durante a trajetória escolar” (Brandão, 1987: 172). O vestibular recebe esta grande parcela de “culpa” por consistir em um momento singular na



carreira escolar daqueles que aspiram chegar ao ensino superior. A principal questão é que “seu caráter episódico confere-lhe a função de lente de aumento, permitindo a toda a sociedade a visão ampliada dessa problemática” (Jardim, 1987: 215). Ao vestibular “não pode ser atribuída a missão impossível de compensar as diversidades de fortuna e oportunidades às quais os candidatos estiveram expostos desde o nascimento.” (Ribeiro Neto, 1987:27). O fenômeno da evasão escolar se dá desde as primeiras séries do 1º grau, se estendendo até as últimas séries do 2º grau. As crianças e adolescentes que deixam os estudos são provenientes, em sua maioria esmagadora, das camadas populares.

“O dramático da história da educação no Brasil não é apenas não ter um projeto de país garantindo, efetivamente, o direito à educação básica, fundamental e média. É colocar na seleção a responsabilidade de uma elitização que ocorre, prioritariamente, no âmbito da sociedade desigual que somos. O que significa apelar para uma solução que não pode existir, porque o problema é anterior” (Franco, 1994: 70).

Segundo Sérgio Costa Ribeiro, a seleção dos melhores não se limita ao período em que se dá a entrada na universidade. Ultrapassa os limites do momento do ingresso no ensino superior, remontando ao passado, na eliminação por antecipação que ocorreu na escola de 1º e 2º graus (Ribeiro, 1987: 29). Neste mesmo sentido caminha Maria Nobre Damasceno ao afirmar que, através de uma análise dos dados de matrícula e evasão nos diversos níveis de ensino no Brasil, é possível observar que as matrículas no 1º grau são cerca de dez vezes maiores que as matrículas no 2º grau, o que indica um claro processo seletivo. Entre o 2º grau e o ensino superior a seleção continua porém em escala bem inferior já que cerca de 50% daqueles que se matriculam no 2º grau conseguem se matricular em uma instituição de ensino superior (Damasceno, 1986: 91).

Uma mera alteração na sistemática do Vestibular será inócua em termos de alteração no perfil socioeconômico dos ingressantes nas universidades públicas. As mudanças ocorridas ao longo dos anos nos tipos de provas (como a inclusão da redação e o aumento do número de questões dissertativas) não implicaram em alteração significativa desse perfil (Vianna, 1987: 136; Alves, 1995: 27). Não entendemos que as questões que compõem as provas dos vestibulares já tenham atingido um nível tal de excelência que não necessitem de modificações e aperfeiçoamentos; entendemos que tais alterações não são suficientes para promoverem uma mudança no perfil socioeconômico dos ingressantes no ensino superior.

“Assim, além de ser acusado como o principal culpado pelo uso insatisfatório da língua escrita pelos estudantes, ao vestibular das ‘cruzinhas’, agora ‘enriquecido’ de prova ou questão de redação, se atribuiu, também, a responsabilidade de solucionar o problema. Esse exemplo retrata bem a visão simplista, ou mesmo ingênua, de muitos que acreditam possa o vestibular solucionar todas as mazelas do sistema de ensino.(...) A implantação da redação, não precedida de efetiva melhoria da qualidade do ensino, é desvantajosa sobretudo para os candidatos oriundos de classes sociais menos favorecidas, posto que é conhecida a associação existente entre ambiente sócio-econômico-cultural e a capacidade de expressão escrita e verbal.” (Ribeiro Neto, 1987: 23).

Os critérios adotados na formulação das provas dos vestibulares têm girado em torno da valorização da capacidade e potencial cognitivo dos candidatos, do domínio ou conhecimento de determinada gama de conteúdos. É uma forma de priorizar a seleção qualitativa em termos de conhecimento: entram na universidade aqueles que demonstram, através de suas respostas às questões das provas, terem um maior conhecimento dos assuntos abordados. Afirmar que

tais provas são mais fáceis para aqueles que têm melhor condição financeira e propor a elaboração de outros tipos de questões que propiciem o acesso de candidatos com perfis socioeconômicos mais “populares” é não admitir a existência de duas grandes defasagens no sistema de ensino brasileiro: uma defasagem quantitativa e outra qualitativa. A defasagem quantitativa se dá uma vez que, proporcionalmente, é pouco significativo o número de candidatos ao ensino superior vindos das camadas populares; tal desproporção tende a manter-se quando deixamos de considerar os candidatos e nos voltamos para os ingressantes na universidade. A defasagem qualitativa se explica pelo fato de os candidatos ao ensino superior provenientes das camadas populares terem, geralmente, uma formação escolar menos qualificada que os candidatos oriundos de famílias de maior poder aquisitivo. Por razões salariais os melhores professores primários e secundários tendem a migrar para os bons colégios particulares, que são praticamente inacessíveis (devido ao alto custo das mensalidades) às crianças e adolescentes das camadas populares. Além de um melhor corpo docente tais colégios contam com uma melhor infra-estrutura e têm o vestibular como principal objetivo para os seus alunos, razão pela qual estão em constante sintonia com as alterações ocorridas na sistemática das provas podendo assim fornecerem um preparo mais adequado. A diferença qualitativa entre as escolas, principalmente de segundo grau, acaba por influenciar diretamente o resultado dos vestibulares em favor dos jovens com maior poder aquisitivo, a clientela dos bons colégios particulares.⁶³

A análise dos dados da Vunesp/93 confirma esta tese ao demonstrar a semelhança entre o perfil dos inscritos e dos matriculados nos cursos com maior demanda (Odontologia e Medicina Veterinária)⁶⁴. A predominância de matriculados de classe média, ex-alunos de colégios particulares e freqüentadores

⁶³ Salvo as exceções de determinadas escolas estaduais e de grande parte das escolas técnicas federais que têm oferecido um ensino de excelente qualidade e propiciado a diversos de seus ex-alunos a possibilidade de aprovação nos vestibulares mais concorridos do país.

⁶⁴ Para Odontologia (Araçatuba) foram oferecidas 80 vagas com a razão de 27.7 candidatos/vaga. Para Medicina Veterinária (Araçatuba) foram oferecidas 30 vagas com a razão de 19.7 candidatos/vaga.

de cursinhos, é apenas a confirmação e a continuidade da tendência apresentada na inscrição; o perfil “elitizado” já se apresentava antes mesmo da realização do vestibular. A seleção social que ocorreu não se deu no momento do concurso vestibular; o processo seletivo iniciou-se muitos anos antes e prolongou-se ao longo de toda a carreira escolar.

A elitização da universidade pública brasileira tem suas raízes no período colonial. A dificuldade de acesso ao ensino superior por parte de jovens dos estratos com menor poder aquisitivo da sociedade foi uma constante, embora tenha assumido características distintas em cada uma das fases da história. Em um primeiro momento, que vai do século XVI ao início do século XIX, ocorreu uma “seleção entre muito poucos”⁶⁵. O acesso ao ensino superior era restrito dentro do já restrito grupo de jovens que cursavam os colégios brasileiros, principalmente os educandários mantidos pelos jesuítas. O perfil do universitário brasileiro era pois marcadamente aristocrático, elitizado. O segundo momento foi de uma “seleção entre poucos” que durou do início do século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, até meados do século XX. Houve um pequeno alargamento do acesso, com a entrada de elementos das camadas médias da sociedade. O perfil do aluno do ensino superior brasileiro continuou, contudo, elitizado, uma vez que a grande maioria ainda pertencia aos estratos superiores da sociedade. Estamos vivenciando o terceiro momento deste processo seletivo de acesso ao ensino superior, quando ocorre uma “seleção entre muitos”. Após a década de 50 ocorreu um aumento expressivo da demanda pelo ensino superior, consequência direta das medidas tomadas a partir da década de 30 de incentivo à escolarização primária e secundária, da intensificação da industrialização, da urbanização e da explosão populacional do pós-guerra. A questão dos excedentes veio em decorrência deste aumento da demanda e a competição por uma vaga nas universidades públicas exigiu o aperfeiçoamento do vestibular com

⁶⁵ A classificação “seleção entre poucos”, “seleção de contenção” e “seleção entre muitos” foi feita originalmente por Clarke Nunes (Nunes, 1981: 129). Em nossa pesquisa, encontramos uma classificação semelhante, com algumas modificações e adequações.

CONCLUSÃO

A elitização da universidade pública brasileira tem suas raízes no período colonial. A dificuldade de acesso ao ensino superior por parte de jovens dos estratos com menor poder aquisitivo da sociedade foi uma constante, embora tenha assumido características distintas em cada uma das fases da história. Em um primeiro momento, que vai do século XVI ao início do século XIX, ocorreu uma “seleção entre muito poucos”⁶⁵. O acesso ao ensino superior era restrito dentro do já restrito grupo de jovens que cursavam os colégios brasileiros, principalmente os educandários mantidos pelos jesuítas. O perfil do universitário brasileiro era pois marcadamente aristocrático, elitizado. O segundo momento foi de uma “seleção entre poucos” que durou do início do século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, até meados do século XX. Houve um pequeno alargamento do acesso, com a entrada de elementos das camadas médias da sociedade. O perfil do aluno do ensino superior brasileiro continuou, contudo, elitizado, uma vez que a grande maioria ainda pertencia aos estratos superiores da sociedade. Estamos vivenciando o terceiro momento deste processo seletivo de acesso ao ensino superior, quando ocorre uma “seleção entre muitos”. Após a década de 50 ocorreu um aumento expressivo da demanda pelo ensino superior, consequência direta das medidas tomadas a partir da década de 30 de incentivo à escolarização primária e secundária, da intensificação da industrialização, da urbanização e da explosão populacional do pós-guerra.. A questão dos excedentes veio em decorrência deste aumento da demanda e a competição por uma vaga nas universidades públicas exigiu o aperfeiçoamento do vestibular com

⁶⁵ A classificação “seleção entre poucos”, “seleção de contenção” e “seleção entre muitos” foi feita originalmente por Clarice Nunes (Nunes, 1981: 129). Em nossa pesquisa, encontramos uma classificação semelhante, com algumas modificações e adequações.



técnica de seleção. O perfil do universitário, em decorrência da chegada de um novo tipo de candidato a uma vaga na universidade, sofreu uma tênue alteração, porém permanecendo ainda com o estigma de elitizado. A questão da elitização se dá devido ao grande número de representantes das classes média e alta em contraste com o pequeno número de representantes das camadas populares. A desproporção entre o total de jovens brasileiros de baixa renda, em idade compatível com a escolaridade superior, e o insignificante número destes na universidade pública caracteriza ainda mais este processo de elitização.

A ênfase dada ao grau de seletividade social do vestibular é atenuada pela alta seletividade sócio-escolar que o precede. Na realidade, o concurso vestibular seleciona o que já é pré-selecionado. Neste sentido questionamos as constantes e excessivas críticas feitas às metodologias desses concursos. Uma mudança puramente metodológica não seria suficiente para propiciar um maior acesso de candidatos das camadas populares. Em termos gerais, a universidade pública acaba por acolher um número expressivo de jovens de baixa renda, se tomarmos como referencial não o total de jovens brasileiros de baixa renda, mas o total daqueles que concluem o segundo grau e têm condições legais de se inscreverem em um concurso vestibular. Tais jovens, normalmente oriundos de colégios públicos, concentram-se nos cursos de ciências humanas, preferencialmente à noite, na tentativa de conciliar estudo e emprego. Os jovens dos estratos mais elevados, a “elite”, dominam as “carreiras de prestígio”, que apresentam uma maior relação candidatos/vaga.

Tal foi a tendência observada na análise dos questionários socioeconômicos da Vunesp/93. O levantamento dos dados gerais revelou um relativamente baixo grau de elitização da Unesp, provocado pelo grande número de cursos na área de ciências humanas⁶⁶, os quais apresentam um perfil mais “popular”. A própria Folha de São Paulo, ao defender o fim da gratuidade do

⁶⁶ A Unesp ofereceu em 1993 um total de 4.276 vagas sendo que 1.921, isto é, 44,9%, correspondiam à área de humanidades (com um total de 56 cursos). Em contrapartida, de um total de 54.637 inscrições, apenas 15.461, isto é, 28,2%, visavam os cursos de humanidades.(Relatório Vunesp/93: 4)



ensino público superior, fornece um dado que coloca em cheque o alto grau de elitização atribuído à Unesp enquanto universidade pública: “Nas três universidades estaduais paulistas o percentual de alunos que vêm de escolas privadas e, em tese, teriam condições de pagar pela universidade varia de 70% (USP) a 50% (Unesp)” (Folha, 5/5/96 : 12). Se 50% dos alunos vêm de escolas públicas e, seguindo o mesmo raciocínio, não têm condições de pagar pelo ensino superior, não seria correto considerar a Unesp elitizada. Jaime Pinsky, em artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, reforça esta tese.

“Uma rápida averiguação nas assessorias de imprensa das três universidades paulistas nos fornece dados surpreendentes. Cerca de 27% de vestibulandos aprovados em 95 na USP e na Unicamp e 50% na Unesp estudaram em escola pública! Os dados são significativos para mostrar que as universidades estaduais não são, como muitos imaginam, escolas de filhinhos de papai, que lotam os pátios de estacionamento com carros de último tipo e exigem o sacrifício de toda a população” (Pinsky, 1996).

No tocante aos inscritos e matriculados pela Vunesp/93 para os cursos dos câmpus de Marília e Araçatuba, notamos duas grandes distinções. A primeira, de câmpus para câmpus, cabendo a Araçatuba um contorno mais elitizado e à Marília um contorno mais popular. A segunda distinção foi de área para área, visto que, não obstante o curso de Fonoaudiologia estar funcionando em Marília, apresentou ingressantes com o perfil mais próximo dos ingressantes nos cursos de Araçatuba (todos da área biológica) do que dos ingressantes nos demais cursos de Marília (todos da área de humanidades).

Algumas informações que julgávamos importantes e interessantes à nossa pesquisa não foram fornecidas pelas respostas aos questionários da Vunesp: a etnia dos inscritos e matriculados é uma delas. Uma observação superficial revela a grande incidência de descendentes de asiáticos nos cursos de



Araçatuba, sobretudo no curso de Odontologia. A grande presença de imigrantes na região, com razoável nível socioeconômico⁶⁷, explica, em parte, esta impressão. Outra conclusão interessante que poderia ser tirada de informações sobre etnia seria quanto à presença de negros na Unesp. A pequena porcentagem de alunos negros (se confirmada por uma pesquisa objetiva)⁶⁸ confirmaria a segregação racial informal que existe no Brasil e que se apresenta de forma patente na educação pública de nível superior. Segundo Emília Viotti da Costa, em 1950 havia, nas universidades, apenas 2% de mulatos e 0,25% de negros (Costa, 1977: 228). A situação foi alterada nestes últimos 45 anos, contudo, a porcentagem de negros e mulatos na universidades, principalmente nas públicas, é ainda insignificante -84% de brancos, 8% de negros, 5% de pardos e 3% de asiáticos, diante da distribuição étnica da população brasileira -54% de brancos, 40% de pardos, 5% de negros e 1% de outras etnias⁶⁹ (Kachani, 1996: 94).

Identificamos, ao final deste trabalho, aspectos importantes relacionados à Unesp e ao perfil socioeconômico de seus ingressantes. O fato de oferecer diversos cursos noturnos, em várias localidades do Interior, abre o acesso a candidatos até então distanciados da possibilidade de continuarem seus estudos em uma instituição pública de ensino superior. Neste sentido, são bem vindas as tentativas de implantação de novos cursos de ciências biológicas e exatas no período noturno. O problema da elitização merece ser redefinido, pois dentro da “elite” encontram-se jovens com diferentes perfis socioeconômicos, desde representantes da “pauperizada” classe média brasileira (com uma renda

⁶⁷ Os primeiros imigrantes japoneses dedicavam-se à lavoura mas adquiriram condições de renda suficientes para manterem seus filhos em colégios particulares e arcarem com os custos de bons cursinhos.

⁶⁸ A grande miscigenação, característica marcante da população brasileira, gerou uma série de classificações étnicas (morenos, mulatos, pardos) que acabam por dificultar a identificação precisa do grupo étnico de um indivíduo. As dificuldades inerentes à definição e enquadramento étnico por parte dos próprios inscritos devem ser, pois, ressaltadas.

⁶⁹ Em maio de 1996, o Comitê Pró-Cotas fez uma manifestação na USP reivindicando a reserva de 10% das 5.000 vagas oferecidas pela universidade para candidatos negros. A proposta tem como referência a experiência norte-americana, onde o sistema foi implantado na década de 60 e pelo qual "foi possível beneficiar uma parcela da população negra. Um em cada três deles chegou à classe média, e passou a desfrutar um padrão de vida antes reservado aos brancos" (Kachani, 1996: 94). A aceitação da proposta geraria duas seleções para ingresso na USP: uma para os negros, que disputariam entre si aproximadamente 500 vagas e outra entre os não-negros, que disputariam as vagas restantes. Esta “discriminação positiva” proporcionaria o acesso dos candidatos negros com melhores notas, mesmo que estas fossem inferiores às notas de candidatos brancos ou amarelos não classificados.

mensal entre 10 e 15 salários mínimos) até aqueles considerados “ricos” (cuja renda familiar ultrapassa os 30 salários mínimos). Este conceito excessivamente amplo de elite, associado ao alto índice de alunos de baixa renda matriculados em diversos cursos da Unesp, servem como fortes elementos de contestação tanto da pretensa seletividade social promovida pelo seu concurso vestibular (Vunesp) quanto do mito de que toda universidade pública é um reduto de jovens de famílias com alto poder aquisitivo.

ALTHUSSER, Louis *Ideologia y Aparatos Ideológicos del Estado*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

ALVES, Rubem *Estórias de quem gosta de ensinar: o fim dos vestibulares*. São Paulo: Ars Poética, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1991.

AZEVEDO, Fernando de *Velha e nova política: aspectos e figuras da educação nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

_____. *As universidades no mundo de amanhã: seu sentido, sua missão e suas perspectivas atuais*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1947.

_____. *A Educação entre dois mundos*, v. XVI. São Paulo: Melhoramentos, 1949.

_____. *A Educação na Encruzilhada*, v. VI. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

_____. *A transmissão da cultura*. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BARRETO, J. Anchieta E. *Avaliação: Mitos e Armadilhas - Ensaio*, v.1, n.1. São Paulo, 1993.

BARROSO, Carmem Lúcia de M. *Validade de conteúdo e preditiva das provas*. *Simpósio sobre exames vestibulares*. São Paulo: EGRT, 1970.

BASSO, Itacy S. *Perfil do aluno do campus de Marília - resultados preliminares*. Marília: Unesp, 1990 (pesquisa).



BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ALMEIDA, José Ricardo Peres de *História da Instituição Pública no Brasil (1550 - 1889)*. Tradução Antonio Cluzzolti. São Paulo: INEP, 1989.

ALTHUSSER, Louis *Ideologia y Aparatos Ideológicos del Estado*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

ALVES, Rubem *Estórias de quem gosta de ensinar: o fim dos vestibulares*. São Paulo: Ars Poetica, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1991.

AZEVEDO, Fernando de *Velha e nova política : aspectos e figuras da educação nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

As universidades no mundo de amanhã: seu sentido, sua missão e suas perspectivas atuais. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1947.

A Educação entre dois mundos, v. XVI. São Paulo: Melhoramentos, 1949.

A Educação na Encruzilhada, v. VI. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

A transmissão da cultura. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BARRETO, J. Anchieta E. *Avaliação: Mitos e Armadilhas - Ensaio*, v.1, n.1. São Paulo, 1993.

BARROSO, Carmem Lúcia de M. *Validade de conteúdo e preditiva das provas Simpósio sobre exames vestibulares*. São Paulo: EGRT, 1970.

BASSO, Itacy S. *Perfil do aluno do campus de Marília - resultados preliminares*. Marília: Unesp, 1990 (pesquisa).



- BEISIEGEL, Celso de Rui *Estado e Educação Popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BERGAMO, Monica & CAMAROTTI, Gerson *Sangue em Eldorado - Brasil - Revista Veja*. São Paulo: Abril, 24/04/96.
- BESSA, Nícia M. *Exames vestibulares e problemas de padronização de testes - Simpósio sobre exames vestibulares*. São Paulo: EGRT, 1970.
- BEZZON, Lara A. Crivelaro *Análise do perfil sócio-econômico cultural dos ingressantes na Unicamp(1987-1994):democratização ou elitização?* Campinas: Unicamp, 1995 (Dissertação de mestrado em Sociologia).
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. Carmem C. Varriale e outros. 2ª ed. Brasília: UNB, 1986.
- BINDI, Carlos Eduardo *Mudar a entrada na faculdade? - Tendências do Vestibular*. n.48, 1995.
- BIROU, A. *Dicionário de ciências sociais*. 5ª ed.Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.
- BORTONI, Larissa *UnB cria nova forma para ingresso no ensino superior - Jornal dos concursos*. 18/12/95.
- BRANDÃO, Zaia *O processo de seletividade social e o vestibular - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.
- CAMPOS, Maria C. S. de Souza *Educação-Agentes Formais e Informais*. São Paulo: EPU, 1985.
- CARVALHO, Antonio César Perri de *Educação e Saúde em Odontologia*. São Paulo: Livraria Editora Santos, 1995.
- CARVALHO, Guido I. de (org.) *Ensino superior - Legislação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.
- CARVALHO, José M. de *A Escola de Minas de Ouro Preto*. São Paulo: FINEP, 1978.
- CARVALHO, Laerte Ramos de *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva, 1978.



CASTRO, Araújo *A Nova Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1936.

CASTRO, C. M. & RIBEIRO, S. C. *Desigualdade Social e acesso à Universidade - Forum Educacional*, v.3, n.4. Rio de Janeiro, 1979.

CASTRO, C. M. *Sua Excelência, o vestibular - Educação e Seleção*, n.3. São Paulo, 1981.

Educação Brasileira - Consertos e Remendos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CASTRO E SOUZA, Y. & WADA, C. Yuko *Um estudo da carreira escolar pregressa e da origem geográfica e sócio-econômica dos estudantes que ingressaram nos cursos da UNESP - Campus de Marília - Didática*, v.28. São Paulo, 1992.

Análise de alguns fatores correlacionados ao desempenho no Ensino Superior. Marília: UNESP, 1992.

CASTRO E SOUZA, Y. *Relação entre aspectos da personalidade e êxito ou malogro no concurso vestibular*. Tese USP, 1985.

CECCON, Claudius et al. *A vida na escola e a Escola da vida*, Petrópolis: Vozes, 1992.

CESPE *Programa de Avaliação Seriada - PAS - Triênio 1996/1998*. Primeira Etapa - Edital nº 1/95 - UnB.

CHAGAS, Valnir *Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo: Saraiva, 1980.

COELHO, Ildeu Moreira *Aspectos políticos do vestibular - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.

A questão política do trabalho pedagógico in O educador: vida e morte. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

CORTELLA, Mário Sérgio *Relação entre o vestibular e o sistema educacional - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.

COSTA, Emília Viotti da *Da monarquia à república : momentos decisivos*.



São Paulo: Gujalba, 1977.

CUNHA, Celso da *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez, 1981.

CUNHA, Luis Antonio *Vestibular: A volta do pêndulo* in *Simpósio crítico dos Concursos vestibulares*. Rio de Janeiro: Cesgranrio, 1977.

_____. *A Universidade Temporã*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

_____. *A Universidade Crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. *A Universidade Crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. *Qual Universidade ?*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

DAMASCENO, Maria Nobre *O processo de seletividade social e o vestibular - Educação e Seleção*, n.14. São Paulo, 1986.

DEMO, Pedro *Desafios Modernos da Educação*. Petrópolis: Vozes, 1993.

DIAS, Fernando Correia *Construção do Sistema Universitário no Brasil*. Brasília: CRUB, 1989.

DIAS, J. A. & MARTELLI, A. F. *Caracterização dos candidatos ao vestibular - Estudos e Documentos*, v.14. São Paulo, 1978.

DULCI, O. & AZEVEDO, S. *A crise da Universidade Pública e a reforma do sistema federal de ensino superior - Educação Brasileira*, v.14, n.29. Brasília, 1992.

DURHAM, E. R. *A avaliação na Universidade, poder e democracia - Estudos e Debates*, v.14. Brasília, 1988.

DURHAM, E. R. & SCHARTZMAN, Simon (org.) *Avaliação do Ensino Superior*. São Paulo: Edusp, 1992.

DURKHEIM, Émile *Educação e Sociologia*. 4ª ed. São paulo: Melhoramentos, 1995.

_____. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FALCON, Maria Célia A. S. *O vestibular: uma questão política - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.

FERNANDES, Florestan *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1960.

_____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1973.

FERNANDES, Lúcia M. *Características técnicas dos instrumentos de medida - Simpósio sobre exames vestibulares*. São Paulo: EGRT, 1970.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1ª ed. 15ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Editorial*. São Paulo, 07/05/96.

FONSECA, Maria Alice de A. *Política para o estabelecimento do número de vagas na universidade e demanda social - Simpósio sobre exames vestibulares*. São Paulo: EGRT, 1970.

FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta *O acesso à universidade: uma questão política e um problema metodológico - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.

_____. *O acesso ao ensino superior: e cinco temas da moralidade - Cadernos CRUB*. Brasília, 1994.

FREYRE, Gilberto *Casa grande e senzala*. 10ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FREITAG, Bárbara *Escola, Estado & Sociedade*. 6ª ed. São Paulo: Moraes, 1986.

FREITAS, L. C. *Anotações sobre avaliação: Universidade e Estado - Universidade e Sociedade*, v.2, n.3, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio *Política de financiamento da educação: sociedade desigual, distribuição igual dos recursos. Caderno CEDES*. São Paulo: Cortez, 1981.

JARDIM, Francisco A. *A produtividade da escola improdutiva*. 2ª ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1984.

FRIGOTTO, G. & FRANCO, M. C. *Sapiens: sabedoria ou novas armadilhas para o acesso ao ensino superior? - Tecnologia Educacional*. v.21 Rio de Janeiro: ABT, 1992.

GIANNOTTI, J. A. *A universidade em ritmo de barbárie*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1991.

GOLDEMBERG, J. *Os padrões são elevados e as provas são boas - Tendências do Vestibular*, n.48, 1995a.

_____. *Vestibulares - O Estado de São Paulo*, 21/11/1995b.

GRAMSCI, Antonio *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES, Sônia *Como se faz a indústria do vestibular*. Petrópolis: Vozes, 1984.

HAMBURGER, Ernest Wolfgang *O exame vestibular e os desajustes do sistema de ensino - Simpósio sobre exames vestibulares*. São Paulo: EGRT, 1970.

_____. *Seletividade social e o vestibular - Seminários vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.

HINGEL, M. A. *Universidade : autonomia necessária - Educação Brasileira*, v.14, n.29. Brasília, 1992.

HIRANO, S. et alii *A universidade e a identidade da condição estudantil: um estudo sobre a situação sócio-econômica, níveis de saúde e modo de vida*



- dos estudantes da USP*. São Paulo: USP, 1988. (relatório preliminar).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JARDIM, Francisco A. G. *A pseudo-democratização do concurso vestibular: alternativas de superação - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.
- KACHANI, Morris *Igualdade desigual - Revista Veja*. 22/05/96.
- KELLY, Celso *Política da Educação*. Rio de Janeiro: Reper, 1968.
- LEITE, Dante Moreira *A medida das diferenças individuais e sua função no processo de seleção - Simpósio sobre exames vestibulares*. São Paulo: EGRT, 1970.
- LESER, W. S. *Considerações gerais sobre a seleção de candidatos à matrícula nas escolas médicas - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 27, n.85, 1962.
- LEVIN, Henry M. et al. *Educação e desigualdade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LIMA, Lauro de O. *Estórias da Educação no Brasil: De Pombal a Passarinho*. Brasília: Brasília, 1974.
- LINHARES, Maria Yedda (org) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LUCKESI, Cipriano et al. *Fazer Universidade: uma proposta metodológica*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MATTAR, F. N. *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Atlas, 1994.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO *Uma nova política para a a educação superior brasileira*. Brasília, 1985.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA *Educação no Brasil : textos selecionados*. Brasília, 1976.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO *Ensino superior no Brasil*. Brasília, 1996.

- NEIVA, Cláudio C. *Iniciativa de planejamento e avaliação in Avaliação do ensino superior*. São paulo: USP, 1992. (Coleção Base, v.2).
- NETO, A. N. & GRINBAUM, R. *As elites no inferno astral - Revista Veja*. 26/6/96.
- NISKIER, Arnaldo *Educação brasileira: 500 anos de história (1550-2000)*. São Paulo: Melhoramentos, 1989.
- NORMANDO, R. A. *Vestibular : modelo alternativo ou alternativas de procedimento? - Educação e Seleção*, n.14. São Paulo, 1986.
- NUNES, Clarice *O que você vai ser quando crescer, ou a trajetória do desemprego - Vestibular como diagnóstico do sistema educacional*. Rio de Janeiro: Cesgranrio : Finep, 1981 (mimeografado).
- _____. *Relações do vestibular com o sistema de ensino - Educação e Seleção*. n.12. São Paulo, 1988.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Serpa de. *A avaliação técnica ao longo do 2º grau e o acesso à universidade - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.
- OLIVEIRA, Romualdo P. de (org.) *Política Educacional : impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1995.
- PARETO, Vilfredo 1848-1923 *Manual de economia política* Trad. João Guilherme V. Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Os economistas v.1).
- PEIXOTO, Beatriz Alvarenga *Relação entre o vestibular e o sistema educacional - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.
- PERKINS, J. A. *Projetando programas e pesquisas referentes ao acesso à educação - Educação e Seleção*, n.3. São Paulo, 1981.
- PILETTI, Nelson & Claudino *História da Educação*. São Paulo: Ática, 1995.
- PIMENTA, Selma Garrido e GONÇALVES, C. L. *Reverendo o Ensino de 2º grau, Propondo a formação de professores*. São Paulo: Cortez, 1990.
- PINSKY, Jaime *Em defesa da universidade - O Estado de São Paulo*. 2/4/96.

PÔRTO, Vicente S. *Exame crítico da atual legislação sobre o concurso vestibular - Simpósio sobre exames vestibulares*. São Paulo: EGRT, 1970.

PRADO, Fernando Dagnoni *A implantação da Resolução 30 em Rio Claro, SP - Revista de ensino de física*. v.2, n.1. 1980.

_____. *A graduação em física na USP*. Instituto de Física e Faculdade de Educação. USP, 1980. (Dissertação de Mestrado).

_____. *Acesso e evasão de estudantes na graduação: a situação do curso de física da USP*. USP, 1990. (Tese de Doutorado).

RABELLO, O. *Um estudo socioeconômico do estudante universitário*. Campinas: INEP, 1974.

REVISTA VEJA *Bancada de interesses*. São Paulo: Abril, 04/05/1994.

RIBEIRO, Sérgio Costa *A visão de professores e alunos das IES hoje - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.

_____. *Quem vai para a universidade. Ciência Hoje*. 1(4): 51-55, 1983.

_____. *Mecanismos de escolha na carreira e estrutura social da universidade - Educação e Seleção*. n.3. São Paulo, 1981.

RIBEIRO, S. C. & KLEIN, R. A. *A divisão interna da universidade: posição social das carreiras - Educação e Seleção*. n.5. São Paulo, 1982.

RIBEIRO NETO, Adolpho *A natureza do exame vestibular - Simpósio sobre exames vestibulares*. São Paulo: EGRT, 1970.

_____. *Aptidão intelectual e acesso ao ensino superior - Educação e Seleção*. n.13. São Paulo, 1986.

_____. *O vestibular ao longo do tempo - implicações e implicâncias - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

ROSENBERG, L. *Educação e desigualdade social*. São Paulo: Loyola, 1984.

- VASCONCELOS, J. *O acesso à universidade. Educação Brasileira* v.2, n.4, ROSSETI, Fernando *Emenda propõe fim da universidade grátis - Folha de São Paulo*. 16/6/96.
- VELLOSO, Jacques (org.) *Universidade pública: política, desempenho, pers-* SAMPAIO, Helena *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*. São Paulo: NUPES, 1991.
- VIANNA, H. M. *Emprego e características de provas objetivas - Simpósio* SANT'ANNA, Romildo *As provas de língua portuguesa e de redação da Vunesp*. Texto apresentado em mesa redonda, 10º COLE. Campinas: Unicamp, 1995.
- SAVIANI, Dermeval *Política e Educação no Brasil*. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1988.
- SENADO FEDERAL *Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 101*. Brasília, 1996.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da *Cultura no Brasil Colonial*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SILVEIRA, Nádia D. Ruiz *Universidade brasileira: a intenção da extensão*. São Paulo: Loyola, 1987.
- SINGER, Paul *Escola e Capital - Folha de São Paulo*. São Paulo, 10/11/1980.
- SOLARI, C. L. B. *A estratificação social e as oportunidades - o caso do vestibular*. In LEVIN et al. *Educação e desigualdade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOUZA, E. M. *Concurso Vestibular: a análise da experiência brasileira. Educação Brasileira*, v.1, n.1, Brasília, 1978.
- STRAMBI, Armando O. *Modelos alternativos de seleção - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.
- TEIXEIRA, Anísio *Ensino superior no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- TODOROV, J. C. & MARTINS, Denise de A. C. *O início do fim do vestibular na UnB - O Globo*. 22/12/95.
- TOLEDO, J. Roberto de *Universidade paga é opção para privilegiar o 1º grau - Folha de São Paulo*. São Paulo, 05/05/1996.



VASCONCELOS, J. *O acesso à universidade. Educação Brasileira*. v.2, n.4, Brasília, 1978.

VELLOSO, Jacques (org.) *Universidade pública: política, desempenho, perspectivas*. Campinas: Papirus, 1991.

VIANNA, H. M. *Emprêgo e características de provas objetivas - Simpósio sobre exames vestibulares*. São Paulo: EGRT, 1970.

_____. *Acesso à universidade: um estudo de validade. Educação e Seleção*. n.15, São Paulo, 1987.

_____. *Acesso à universidade: análise de alguns modelos alternativos de seleção - Seminários Vestibular Hoje*. Brasília: MEC, 1987.

VUNESP. *Relatório do Vestibular 1993*. São Paulo: Fundação Para o Vestibular da Unesp (Vunesp).

_____. *Manual do Candidato - Vunesp - Vestibular 1993*.

_____. *Respostas aos questionários socioeconômicos dos inscritos e dos matriculados nos cursos de Marília e Araçatuba*, 1993.

WEREBE, Maria J. G. *Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil: 30 anos depois*. São Paulo: Ática, 1994.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta *A seleção dos privilegiados*. São Paulo: Semente, 1981.

_____. *Unesp: diferentes perfis de candidatos para diferentes cursos*. São Paulo: VUNESP, 1989

ANEXOS

ANEXO 1 -

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO PREENCHIDO PELOS INSCRITOS NA VUNESP/93

PERGUNTAS

01. Qual é seu sexo?

- (1) Masculino.
- (2) Feminino.

02. Qual será sua idade em 31 de dezembro de 1992?

- (1) 17 anos ou menos.
- (2) 18 anos.
- (3) 19 anos.
- (4) 20 anos.
- (5) 21 anos.
- (6) 22 anos.
- (7) 23 a 25 anos.
- (8) 26 a 30 anos.
- (9) 31 anos ou mais.

03. Qual é seu estado civil?

- (1) Solteiro.
- (2) Casado.
- (3) Viúvo.
- (4) Desquitado.
- (5) Divorciado.
- (6) Outro.

04. Em que Estado ou Território você nasceu?

- (1) Acre.
- (2) Alagoas.
- (3) Amapá.
- (4) Amazonas.
- (5) Bahia.
- (6) Ceará.
- (7) Distrito Federal (Brasília).
- (8) Espírito Santo.
- (9) Fernando de Noronha.
- (10) Goiás.
- (11) Maranhão.
- (12) Mato Grosso.
- (13) Mato Grosso do Sul.
- (14) Minas Gerais.
- (15) Pará.
- (16) Paraíba.
- (17) Paraná.
- (18) Pernambuco.
- (19) Piauí.



- (20) Rio Grande do Norte.
- (21) Rio Grande do Sul.
- (22) Rio de Janeiro.
- (23) Rondônia.
- (24) Roraima.
- (25) Santa Catarina.
- (26) São Paulo.
- (27) Sergipe.
- (28) Tocantins.
- (29) Outros Países (Exterior).

05. Em que Estado ou Território você reside?

- (1) Acre.
- (2) Alagoas.
- (3) Amapá.
- (4) Amazonas.
- (5) Bahia.
- (6) Ceará.
- (7) Distrito Federal (Brasília).
- (8) Espírito Santo.
- (9) Fernando de Noronha.
- (10) Goiás.
- (11) Maranhão.
- (12) Mato Grosso.
- (13) Mato Grosso do Sul.
- (14) Minas Gerais.
- (15) Pará.
- (16) Paraíba.
- (17) Paraná.
- (18) Pernambuco.
- (19) Piauí.
- (20) Rio Grande do Norte.
- (21) Rio Grande do Sul.
- (22) Rio de Janeiro.
- (23) Rondônia.
- (24) Roraima.
- (25) Santa Catarina.
- (26) São Paulo.
- (27) Sergipe.
- (28) Tocantins.
- (29) Outros Países (Exterior).

06. Que tipo de curso de 1º Grau ou equivalente você concluiu?

- (1) Atual ensino de 1º Grau.
- (2) Antigo ginásio secundário.
- (3) Antigo ginásio profissional.
- (4) Supletivo ou Madureza.

07. Em que Estado ou Território você concluiu o 1º Grau ou equivalente?

- (1) Acre.
- (2) Alagoas.
- (3) Amapá.
- (4) Amazonas.
- (5) Bahia.
- (6) Ceará.
- (7) Distrito Federal (Brasília).



- (8) Espírito Santo.
- (9) Fernando de Noronha.
- (10) Goiás.
- (11) Maranhão.
- (12) Mato Grosso.
- (13) Mato Grosso do Sul.
- (14) Minas Gerais.
- (15) Pará.
- (16) Paraíba.
- (17) Paraná.
- (18) Pernambuco.
- (19) Piauí.
- (20) Rio Grande do Norte.
- (21) Rio Grande do Sul.
- (22) Rio de Janeiro.
- (23) Rondônia.
- (24) Roraima.
- (25) Santa Catarina.
- (26) São Paulo.
- (27) Sergipe.
- (28) Tocantins.
- (29) Outros Países (Exterior).

08. Onde você fez seu curso de 1º Grau?

- (1) Todo em escola pública.
- (2) Todo em escola particular.
- (3) Maior parte em escola pública.
- (4) Maior parte em escola particular.
- (5) Fiz exame de Supletivo ou Madureza.

09. Que tipo de curso de 2º grau, ou equivalente, você concluiu ou está cursando?

- (1) Supletivo.
- (2) Magistério.
- (3) Humanidades.
- (4) Biológicas.
- (5) Exatas.
- (6) Minha escola não separa áreas.
- (7) Colegial secundário (Científico ou Clássico).
- (8) Colegial Técnico (Agrícola, Industrial, Comercial, outros).

10. Em que Estado ou Território você concluiu ou concluirá o curso de 2º Grau ou equivalente?

- (1) Acre.
- (2) Alagoas.
- (3) Amapá.
- (4) Amazonas.
- (5) Bahia.
- (6) Ceará.
- (7) Distrito Federal (Brasília).
- (8) Espírito Santo.
- (9) Fernando de Noronha.
- (10) Goiás.
- (11) Maranhão.
- (12) Mato Grosso.
- (13) Mato Grosso do Sul.
- (14) Minas Gerais.
- (15) Pará.

- (16) Paraíba.
(17) Paraná.
(18) Pernambuco.
(19) Piauí.
(20) Rio Grande do Norte.
(21) Rio Grande do Sul.
(22) Rio de Janeiro.
(23) Rondônia.
(24) Roraima.
(25) Santa Catarina.
(26) São Paulo.
(27) Sergipe.
(28) Tocantins.
(29) Outros Países (Exterior).
11. Onde você fez seu curso de 2º Grau?
- (1) Todo em escola pública.
(2) Todo em escola particular.
(3) Maior parte em escola pública.
(4) Maior parte em escola particular.
12. Em que turno você fez seu curso de 2º Grau ou equivalente?
- (1) Todo no diurno.
(2) Todo no noturno.
(3) Maior parte no diurno.
(4) Maior parte no noturno.
(5) Fiz exame de Supletivo ou Madureza.
13. Em que ano você concluiu ou concluirá o curso de 2º Grau ou equivalente?
- (1) 1984 ou antes.
(2) 1985.
(3) 1986.
(4) 1987.
(5) 1988.
(6) 1989.
(7) 1990.
(8) 1991.
(9) 1992.
(10) 1993 ou após.
14. Onde você estudou a língua estrangeira que indicou para o vestibular?
- (1) Nunca estudei essa língua em escola.
(2) Estudei apenas em curso de 2º Grau ou equivalente.
(3) Estudei em cursos especializados de línguas.
(4) Estudei no 2º Grau (ou equivalente) e também em cursos especializados de línguas.
15. Você freqüentou ou freqüenta cursinho?
- (1) Não.
(2) Sim, menos de um semestre.
(3) Sim, um semestre.
(4) Sim, um ano.
(5) Sim, mais de um ano.



16. Se você freqüentou ou freqüenta cursinho, qual o principal motivo que o levou a fazê-lo?

- (1) Eu nunca freqüentei cursinho.
- (2) Meu colégio não prepara adequadamente para o Vestibular.
- (3) Meu colégio prepara para o Vestibular, mas o cursinho é mais específico.
- (4) Para atualizar meus conhecimentos, porque parei de estudar há muito tempo.
- (5) Os jovens geralmente fazem cursinho.
- (6) Meu colégio tem convênio com um cursinho.
- (7) Recebi bolsa no cursinho.
- (8) Meus pais quiseram que eu fizesse cursinho.
- (9) Outro motivo.

17. Se você nunca freqüentou cursinho, qual o principal motivo que o levou a não freqüentá-lo?

- (1) Eu freqüento cursinho.
- (2) O ensino do meu colégio prepara adequadamente para o Vestibular.
- (3) Dificuldades de horário.
- (4) Dificuldades financeiras.
- (5) Não existe cursinho nas proximidades de minha residência.
- (6) Posso estudar por conta própria.
- (7) Meu colégio já oferece pré-vestibular integrado ao curso regular.
- (8) Outro motivo.

18. Quantas vezes você já prestou Vestibular?

- (1) Nenhuma.
- (2) Uma vez.
- (3) Duas vezes.
- (4) Três vezes.
- (5) Quatro vezes.
- (6) Cinco vezes ou mais.

19. Você já iniciou algum curso superior?

- (1) Não.
- (2) Sim, mas abandonei-o.
- (3) Sim, estou cursando.
- (4) Sim, e já o conclui.
- (5) Sim, já o conclui e estou cursando outro.
- (6) Sim, já conclui um e abandonei outro.

20. Qual é o nível de instrução de seu pai?

- (1) Analfabeto.
- (2) Lê e escreve, mas nunca esteve na escola.
- (3) Primário incompleto.
- (4) Primário completo.
- (5) Ginásio (ou equivalente) incompleto.
- (6) Ginásio (ou equivalente) completo.
- (7) Colegial (ou equivalente) incompleto.
- (8) Colegial (ou equivalente) completo.
- (9) Curso Superior incompleto.
- (10) Curso Superior completo.

21. Qual o nível de instrução de sua mãe?

- (1) Analfabeto.
- (2) Lê e escreve, mas nunca esteve na escola.
- (3) Primário incompleto.
- (4) Primário completo.
- (5) Ginásio (ou equivalente) incompleto.
- (6) Ginásio (ou equivalente) completo.

- (7) Colegial (ou equivalente) incompleto.
- (8) Colegial (ou equivalente) completo.
- (9) Curso Superior incompleto.
- (10) Curso Superior completo.

22. Qual é a ocupação principal de seu pai ou responsável?

- (1) Proprietários e administradores de grandes empresas.
- (2) Profissionais liberais e técnicos de nível superior.
- (3) Proprietários de médias empresas.
- (4) Administradores.
- (5) Profissionais e técnicos de nível médio.
- (6) Professores secundários.
- (7) Técnicos e administradores do setor primário.
- (8) Proprietários de pequenas empresas.
- (9) Técnicos e auxiliares.
- (10) Professores primários e afins.
- (11) Ocupações de escritório.
- (12) Mestres e contramestres.
- (13) Militares oficiais.
- (14) Militares não oficiais e atletas profissionais.
- (15) Ocupações da indústria mecânica e metalúrgica.
- (16) Outras ocupações qualificadas ou semiqualficadas do setor.
- (17) Ocupações de transporte e comunicações.
- (18) Trabalhadores na indústria de construção.
- (19) Trabalhadores na indústria de madeira e móveis.
- (20) Outras ocupações qualificadas e semiqualficadas não-industriais.
- (21) Trabalhadores na indústria têxtil do couro e do vestuário e na indústria de alimentação.
- (22) Trabalhadores diversos não qualificados do setor de indústria, artesanato, comércio ou serviços.
- (23) Trabalhadores do setor primário.
- (24) Outras.

23. Qual é a ocupação principal de sua mãe ou responsável?

- (1) Proprietários e administradores de grandes empresas.
- (2) Profissionais liberais e técnicos de nível superior.
- (3) Proprietários de médias empresas.
- (4) Administradores.
- (5) Profissionais e técnicos de nível médio.
- (6) Professores secundários.
- (7) Técnicos e administradores do setor primário.
- (8) Proprietários de pequenas empresas.
- (9) Técnicos e auxiliares.
- (10) Professores primários e afins.
- (11) Ocupações de escritório.
- (12) Mestres e contramestres.
- (13) Militares oficiais.
- (14) Militares não oficiais e atletas profissionais.
- (15) Ocupações da indústria mecânica e metalúrgica.
- (16) Outras ocupações qualificadas ou semiqualficadas do setor.
- (17) Ocupações de transporte e comunicações.
- (18) Trabalhadores na indústria de construção.
- (19) Trabalhadores na indústria de madeira e móveis.
- (20) Outras ocupações qualificadas e semiqualficadas não-industriais.
- (21) Trabalhadores na indústria têxtil do couro e do vestuário e na indústria de alimentação.
- (22) Trabalhadores diversos não qualificados do setor de indústria, artesanato, comércio ou serviços.

(23) Trabalhadores do setor primário.

(24) Outras.

24. Você exerce atividade remunerada?

(1) Não.

(2) Sim, em tempo parcial (até 30 horas semanais).

(3) Sim, em tempo integral (31 ou mais horas semanais).

(4) Sim, mas é trabalho eventual.

25. Qual é a sua participação na vida econômica da família?

(1) Não trabalho e meus gastos são financiados pela família ou por outras pessoas.

(2) Trabalho e também recebo ajuda financeira da família ou de outras pessoas.

(3) Trabalho e sou responsável pelo meu sustento, e não recebo ajuda financeira.

(4) Trabalho e sou responsável pelo meu sustento e também contribuo para o sustento da família ou de outras pessoas.

(5) Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família.

26. Qual é a sua ocupação principal?

(1) Proprietários e administradores de grandes empresas.

(2) Profissionais liberais e técnicos de nível superior.

(3) Proprietários de médias empresas.

(4) Administradores.

(5) Profissionais e técnicos de nível médio.

(6) Professores secundários.

(7) Técnicos e administradores do setor primário.

(8) Proprietários de pequenas empresas.

(9) Técnicos e auxiliares.

(10) Professores primários e afins.

(11) Ocupações de escritório.

(12) Mestres e contramestres.

(13) Militares oficiais.

(14) Militares não oficiais e atletas profissionais.

(15) Ocupações da indústria mecânica e metalúrgica.

(16) Outras ocupações qualificadas ou semiqualficadas do setor.

(17) Ocupações de transporte e comunicações.

(18) Trabalhadores na indústria de construção.

(19) Trabalhadores na indústria de madeira e móveis.

(20) Outras ocupações qualificadas e semiqualficadas não-industriais.

(21) Trabalhadores na indústria têxtil do couro e do vestuário e na indústria de alimentação.

(22) Trabalhadores diversos não qualificados do setor de indústria, artesanato, comércio ou serviços.

(23) Trabalhadores do setor primário.

(24) Outras.

(25) Não trabalho.

27. O local de sua residência é:

(1) Na capital do Estado.

(2) No interior.

28. Em princípio, como pretende manter-se durante o curso universitário?

(1) Trabalhando.

(2) Com recursos próprios.

(3) Com recursos de meus pais ou responsáveis.

(4) Com Bolsa de Estudos.

(5) Com Crédito Educativo.

(6) De outra maneira.



29. Qual é a renda total mensal de sua família?

- (1) Até 2 SM ou Cr\$ 1.044.000,00.
- (2) De 2 a 5 SM ou de Cr\$ 1.044.001,00 a Cr\$ 2.610.000,00.
- (3) De 5 a 10 SM ou de Cr\$ 2.610.001,00 a Cr\$ 5.220.000,00.
- (4) De 10 a 15 SM ou de Cr\$ 5.220.001,00 a Cr\$ 7.830.000,00.
- (5) De 15 a 20 SM ou de Cr\$ 7.830.001,00 a Cr\$ 10.440.000,00.
- (6) De 20 a 25 SM ou de Cr\$ 10.440.001,00 a Cr\$ 13.050.000,00.
- (7) De 25 a 30 SM ou de Cr\$ 13.050.001,00 a Cr\$ 15.660.000,00.
- (8) Acima de 30 SM ou acima de Cr\$ 15.660.000,00.

30. Quantas pessoas vivem da renda familiar indicada na pergunta anterior?

- (1) Uma.
- (2) Duas.
- (3) Três.
- (4) Quatro.
- (5) Cinco.
- (6) Seis.
- (7) Sete ou mais.

31. Você se inscreveu apenas para no Vestibular da UNESP?

- (1) Sim.
- (2) Não, também da FUVEST.
- (3) Não, também da FUVEST e UNICAMP.
- (4) Não, também da UNICAMP.
- (5) Não, também da FUVEST e/ou UNICAMP e outra instituição de ensino superior.

32. Você soube do Vestibular da UNESP através de:

- (1) Jornal.
- (2) Televisão.
- (3) Rádio.
- (4) Divulgação feita pela UNESP.
- (5) Informações de escola e/ou cursinho.
- (6) Amigos e parentes.
- (7) Outro veículo de comunicação.

RENDA FAMILIAR	INSC.	%	MATRIC.	%
ATÉ 2 SAL. MIN.	2.350	4	240	5
DE 2 A 5 SAL. MIN.	8.167	15	829	20
DE 5 A 10 SAL. MIN.	15.074	28	1.291	30
DE 10 A 15 SAL. MIN.	9.933	18	719	17
DE 15 A 20 SAL. MIN.	7.492	14	488	11
DE 20 A 25 SAL. MIN.	3.341	7	243	5
DE 25 A 30 SAL. MIN.	2.769	5	171	4
ACIMA DE 30 SAL. MIN.	4.008	7	204	5
NÃO RESPONDEU	805	2	56	1
TOTAL	54.537	100	4.241	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR-UNESP/93



ANEXO 2 - INSCRITOS E MATRICULADOS -VUNESP/93

MATRICULAS POR ÁREAS		GERAL		EXATAS		HUMANIDADES	
SEXO	INSC.	%	MATRIC.	%			
MASCULINO	24.013	44	1.799	43			
FEMININO	29.873	55	2.392	56			
NÃO RESPONDEU	751	1	50	1			
TOTAIS	54.637	100	4.241	100			

IDADE	INSC.	%	MATRIC.	%
18 ANOS OU MENOS	30.183	55	2.160	51
19 A 22 ANOS	19.508	36	1.560	37
23 A 25 ANOS	2.229	4	239	5
ACIMA DE 25 ANOS	2.064	4	247	6
NÃO RESPONDEU	663	1	35	1
TOTAL	54.637	100	4.241	100

2º GRAU	INSC.	%	MATRIC.	%
TODO ESC. PART.	20.649	38	1.846	43
TODO ESC. PART.	25.866	47	1.810	43
PRINC. ESC. PÚB.	3.697	7	284	7
PRINC. ESC. PART.	3.875	7	267	6
NÃO RESPONDEU	560	1	34	1
TOTAL	54.637	100	4.241	100

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.	%	MATRIC.	%
NÃO	25.771	47	1.939	46
SIM	28.313	52	2.267	53
NÃO RESPONDEU	563	1	35	1
TOTAL	54.637	100	4.241	100

RENDA FAMILIAR	INSC.	%	MATRIC.	%
ATÉ 2 SAL. MIN.	2.390	4	240	6
DE 2 A 5 SAL. MIN.	8.167	15	829	20
DE 5 A 10 SAL. MIN.	15.074	28	1.291	30
DE 10 A 15 SAL. MIN.	9.993	18	719	17
DE 15 A 20 SAL. MIN.	7.492	14	488	11
DE 20 A 25 SAL. MIN.	3.941	7	243	6
DE 25 A 30 SAL. MIN.	2.769	5	171	4
ACIMA DE 30 SAL. MIN.	4.006	7	204	5
NÃO RESPONDEU	805	2	56	1
TOTAL	54.637	100	4.241	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR- VUNESP/93

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR- VUNESP/93

MATRÍCULAS POR ÁREAS	BIOLÓGICAS		EXATAS		HUMANIDADES	
VUNESP /1993						
SEXO		%		%		%
MASC.	488	39	715	67	596	31
FEMIN.	760	60	349	32	1.283	67
NÃO RESP.	11	1	11	1	28	1
TOTAL	1.259	100	1.075	100	1.907	100

IDADE		%		%		%
18 ANOS OU MENOS	719	57	620	58	821	43
19 A 22 ANOS	481	38	363	34	716	38
23 A 25 ANOS	34	3	44	4	161	8
ACIMA DE 25 ANOS	14	1	39	4	194	10
NÃO RESP.	11	1	9	1	15	1
TOTAL	1.259	100	1.075	100	1.907	100

2º GRAU		%		%		%
TODO ESC. PART.	353	28	433	40	1.060	56
TODO ESC. PART.	733	58	504	47	573	30
MAIOR PARTE ES. PÚBL.	78	6	59	5	147	8
MAIOR PARTE ES. PART.	84	7	70	7	113	6
NÃO RESP.	11	1	9	1	14	1
TOTAL	1.259	100	1.075	100	1.907	100

FREQ.A CURSINHO		%		%		%
NÃO	426	34	419	39	1.094	57
SIM	821	65	647	60	799	42
NÃO RESP.	12	1	9	1	14	1
TOTAL	1.259	100	1.075	100	1.907	100

RENDIA FAMILIAR		%		%		%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	32	3	58	5	150	8
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	147	12	184	17	498	26
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	367	29	351	33	573	31
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	236	19	194	18	289	15
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	179	14	133	12	176	9
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	103	8	63	6	77	4
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	75	6	39	4	57	3
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	99	8	39	4	66	3
NÃO RESPOND.	21	2	14	1	21	1
TOTAL	1.259	100	1.075	100	1.907	100

FONTE: RELATÓRIO DO VESTIBULAR- VUNESP/93

ARAÇATUBA/93
MEDICINA VETERINÁRIA

SEXO	INSCRITOS	%	MATRICULADOS	%
MASC.	298	51	13	43
FEMIN.	285	48	17	57
NÃO RESP.	7	1	0	0
TOTAL	590	100	30	100

IDADE	INSCRITOS	%	MATRICULADOS	%
18 ANOS OU MENOS	290	49	18	60
19 A 22 ANOS	257	44	12	40
23 A 25 ANOS	23	4	0	0
ACIMA DE 25 ANOS	15	3	0	0
NÃO RESP.	5	1	0	0
TOTAL	590	100	30	100

2º GRAU	INSCRITOS	%	MATRICULADOS	%
TODO ESC. PÚBL.	207	35	5	17
TODO ESC. PART.	284	48	20	67
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	39	7	2	7
MAIOR PARTE ESC. PART.	55	9	3	10
NÃO RESP.	5	1	0	0
TOTAL	590	100	30	100

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSCRITOS	%	MATRICULADOS	%
NÃO	243	41	11	37
SIM	342	58	19	63
NÃO RESP.	5	1	0	0
TOTAL	590	100	30	100

RENDA FAMILIAR	INSCRITOS	%	MATRICULADOS	%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	25	4	1	3
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	70	12	2	7
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	164	28	4	13
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	104	18	7	23
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	90	15	5	17
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	49	8	3	10
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	27	5	3	10
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	55	9	4	13
NÃO RESP.	6	1	1	3
TOTAL	590	100	30	100

FONTE: QUESTIONÁRIOS SOCIOECONÔMICOS- VUNESP/93

ARAÇATUBA/93
ODONTOLOGIA

SEXO	INSC.	%	MATRIC.	%
MASC.	728	33	27	34
FEMIN.	1.458	66	52	65
NÃO RESP.	30	1	1	1
TOTAL	2.216	100	80	100

IDADE	INSC.	%	MATRIC.	%
18 ANOS OU MENOS	1.320	60	45	56
19 A 22 ANOS	783	35	32	40
23 A 25 ANOS	58	3	2	3
ACIMA DE 25 ANOS	26	1	0	0
NÃO RESP.	29	1	1	1
TOTAL	2.216	100	80	100

2º GRAU	INSC.	%	MATRIC.	%
TODO ESC. PÚBL.	636	29	13	16
TODO ESC. PART.	1.166	53	59	74
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	167	8	3	4
MAIOR PARTE ESC. PART.	222	10	4	5
NÃO RESP.	25	1	1	1
TOTAL	2.216	100	80	100

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.	%	MATRIC.	%
NÃO	855	39	20	25
SIM	1.334	60	59	74
NÃO RESP.	27	1	1	1
TOTAL	2.216	100	80	100

RENDA FAMILIAR	INSC.	%	MATRIC.	%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	53	2	1	1
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	226	10	4	5
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	595	27	20	25
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	468	21	20	25
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	352	16	13	16
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	190	9	4	5
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	128	6	7	9
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	173	8	9	11
NÃO RESP.	31	1	2	3
TOTAL	2.216	100	80	100

FONTE: QUESTIONÁRIOS SOCIOECONÔMICOS- VUNESP/93

MARÍLIA/93
FONOAUDIOLOGIA

SEXO	INSC.	%	MATRIC.	%
MASC.	18	4	0	0
FEMIN.	477	94	35	100
NÃO RESP.	10	2	0	0
TOTAL	505	100	35	100

IDADE	INSC.	%	MATRIC.	%
18 ANOS OU MENOS	289	57	28	80
19 A 22 ANOS	184	36	7	20
23 A 25 ANOS	14	3	0	0
ACIMA DE 25 ANOS	8	2	0	0
NÃO RESP.	10	2	0	0
TOTAL	505	100	35	100

2º GRAU	INSC.	%	MATRIC.	%
TODO ESC. PÚBL.	170	34	8	23
TODO ESC. PART.	229	45	20	57
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	56	11	2	6
MAIOR PARTE ESC. PART.	44	9	5	14
NÃO RESP.	6	1	0	0
TOTAL	505	100	35	100

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.	%	MATRIC.	%
NÃO	236	47	17	49
SIM	263	52	18	51
NÃO RESP.	6	1	0	0
TOTAL	505	100	35	100

RENDA FAMILIAR	INSC.	%	MATRIC.	%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	26	5	0	0
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	82	16	4	11
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	161	32	14	40
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	89	18	8	23
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	69	13	6	17
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	19	4	1	3
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	29	6	1	3
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	23	5	1	3
NÃO RESP.	7	1	0	0
TOTAL	505	100	35	100

FONTE: QUESTIONÁRIOS SOCIOECONÔMICOS- VUNESP/93

MARÍLIA/93
BIBLIOTECONOMIA

SEXO	INSC.	%	MATRIC.	%
MASC.	20	24	6	20
FEMIN.	65	76	24	80
NÃO RESP.	0	0	0	0
TOTAL	85	100	30	100

IDADE	INSC.	%	MATRIC.	%
18 ANOS OU MENOS	38	45	9	30
19 A 22 ANOS	32	38	14	47
23 A 25 ANOS	8	9	4	13
ACIMA DE 25 ANOS	5	6	2	7
NÃO RESP.	2	2	1	3
TOTAL	85	100	30	100

2º GRAU	INSC.	%	MATRIC.	%
TODO ESC. PÚBL.	50	59	21	70
TODO ESC. PART.	25	29	6	20
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	3	4	0	0
MAIOR PARTE ESC. PART.	7	8	3	10
NÃO RESP.	0	0	0	0
TOTAL	85	100	30	100

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.	%	MATRIC.	%
NÃO	62	73	20	67
SIM	23	27	10	33
NÃO RESP.	0	0	0	0
TOTAL	85	100	30	100

RENDA FAMILIAR	INSC.	%	MATRIC.	%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	6	7	2	7
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	26	31	14	47
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	25	29	10	33
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	8	9	1	3
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	8	9	2	7
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	4	5	0	0
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	5	6	1	3
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	3	4	0	0
NÃO RESP.	0	0	0	0
TOTAL	85	100	30	100

FONTE: QUESTIONÁRIOS SOCIOECONÔMICOS- VUNESP/93

MARÍLIA/93
FILOSOFIA

SEXO	INSC.	%	MATRIC.	%
MASC.	54	20	21	70
FEMIN.	27	80	8	27
NÃO RESP.	1	0	1	3
TOTAL	82	100	30	100

IDADE	INSC.	%	MATRIC.	%
18 ANOS OU MENOS	26	30	5	17
19 A 22 ANOS	29	47	11	37
23 A 25 ANOS	10	13	7	23
ACIMA DE 25 ANOS	16	7	6	20
NÃO RESP.	1	3	1	3
TOTAL	82	100	30	100

2º GRAU	INSC.	%	MATRIC.	%
TODO ESC. PÚBL.	42	70	14	47
TODO ESC. PART.	30	20	10	33
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	5	0	3	10
MAIOR PARTE ESC. PART.	3	10	2	7
NÃO RESP.	2	0	1	3
TOTAL	82	100	30	100

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.	%	MATRIC.	%
NÃO	57	67	17	57
SIM	24	33	12	40
NÃO RESP.	1	0	1	3
TOTAL	82	100	30	100

RENDA FAMILIAR	INSC.	%	MATRIC.	%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	10	7	2	7
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	21	47	10	33
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	24	33	9	30
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	11	15	4	13
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	2	2	0	0
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	5	6	2	7
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	3	4	2	7
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	3	0	0	0
NÃO RESP.	3	0	1	3
TOTAL	82	100	30	100

FONTE: QUESTIONÁRIOS SOCIOECONÔMICOS- VUNESP/93

MARÍLIA/93
PEDAGOGIA (diurno/noturno)

SEXO	INSC.	%	MATRIC.	%
MASC.	28	7	4	3
FEMIN.	363	91	113	94
NÃO RESP.	7	2	3	3
TOTAL	398	100	120	100

IDADE	INSC.	%	MATRIC.	%
18 ANOS OU MENOS	107	27	34	28
19 A 22 ANOS	186	46	58	48
23 A 25 ANOS	42	11	13	11
ACIMA DE 25 ANOS	59	15	13	11
NÃO RESP.	5	1	2	0
TOTAL	398	100	120	100

2º GRAU	INSC.	%	MATRIC.	%
TODO ESC. PÚBL.	299	75	88	73
TODO ESC. PART.	62	16	20	17
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	20	5	7	6
MAIOR PARTE ESC. PART.	14	4	4	3
NÃO RESP.	3	1	1	1
TOTAL	398	100	120	100

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.	%	MATRIC.	%
NÃO	341	86	95	79
SIM	54	14	24	20
NÃO RESP.	3	1	1	1
TOTAL	398	100	120	100

RENDA FAMILIAR	INSC.	%	MATRIC.	%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	61	15	18	15
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	156	39	53	44
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	108	27	25	21
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	38	10	13	11
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	16	4	6	5
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	4	1	2	1
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	5	1	2	2
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	7	2	0	0
NÃO RESP.	3	1	1	1
TOTAL	398	100	120	100

FONTE: QUESTIONÁRIOS SOCIOECONÔMICOS- VUNESP/93

MARÍLIA/93
CIÊNCIAS SOCIAIS (M/N)

SEXO	INSC.	%	MATRIC.	%
MASC.	89	43	23	38
FEMIN.	113	55	37	62
NÃO RESP.	3	1	0	0
TOTAL	205	100	60	100

IDADE	INSC.	%	MATRIC.	%
18 ANOS OU MENOS	44	21	17	28
19 A 22 ANOS	92	45	25	42
23 A 25 ANOS	21	10	6	10
ACIMA DE 25 ANOS	47	23	12	20
NÃO RESP.	1	0	0	0
TOTAL	205	100	60	100

2º GRAU	INSC.	%	MATRIC.	%
TODO ESC. PÚBL.	128	62	42	70
TODO ESC. PART.	34	17	8	13
MAIOR PARTE ESC. PÚBL.	26	13	6	10
MAIOR PARTE ESC. PART.	16	0	4	7
NÃO RESP.	1	0	0	0
TOTAL	205	100	60	100

FREQUÊNCIA A CURSINHO	INSC.	%	MATRIC.	%
NÃO	139	68	41	68
SIM	65	32	19	32
NÃO RESP.	1	0	0	0
TOTAL	205	100	60	100

RENDA FAMILIAR	INSC.	%	MATRIC.	%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	29	14	3	5
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	74	36	26	44
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	56	26	17	28
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	23	11	5	8
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	11	6	5	8
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	5	2	2	3
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	4	2	2	3
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	1	0	0	0
NÃO RESP.	2	1	0	0
TOTAL	205	100	60	100

FONTE: QUESTIONÁRIOS SOCIOECONÔMICOS- VUNESP/93

